



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

ALINE NASCIMENTO SANTOS CORREIA

**DETERMINANTES DO SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO- RACIAL NO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**São Cristóvão - SE
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS



ALINE NASCIMENTO SANTOS CORREIA

DETERMINANTES DO SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO- RACIAL NO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina Martins

São Cristóvão - SE
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Correia, Aline Nascimento Santos
C824d Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no
Serviço Social brasileiro / Aline Nascimento Santos Correia ;
orientadora Tereza Cristina Martins. – São Cristóvão, SE, 2018.
140 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2018.

1. Serviço social - Brasil. 2. Assistentes sociais. 3. Relações
étnicas. 4. Relações raciais. 5. Problemas sociais. I. Martins,
Tereza Cristina, orient. II. Título.

CDU 364-47-054(81)

ALINE NASCIMENTO SANTOS CORREIA

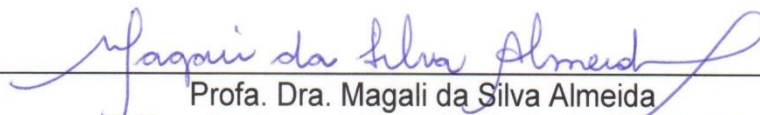
**DETERMINANTES DO SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO- RACIAL NO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe para
avaliação da Banca Examinadora.

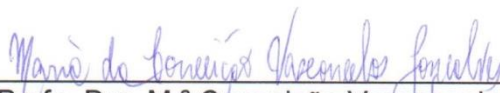
APROVADO EM: 31/07/2018



Profa. Dra. Tereza Cristina Martins
Presidente – Universidade Federal de Sergipe



Profa. Dra. Magali da Silva Almeida
1ª Examinadora – Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. M.ª Conceição Vasconcelos Gonçalves
2ª Examinadora – Universidade Federal de Sergipe



Profa. Dra. Vera Nubia Santos
Suplente – Universidade Federal de Sergipe

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018**

Dedico esta conquista à minha família Nascimento e todas as mulheres negras que sentem o desafio diário de viver numa sociedade machista e racista. Sem a resistência de vocês eu não teria chegado até aqui.

“Oyá ventou e me disse: Filha, empenhe suas forças durante a escalada, mas, lembre-se de que, ao chegar no topo, precisará de energia para voltar. Chegar no alto da montanha é metade da conquista, a outra metade é voltar inteiro para a casa! Vida de guerreira é assim!” (Autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Agô!

Dentre tantos aprendizados que o Serviço Social vem me proporcionando, a maioria deles não teria sido possível sem as pessoas que encontrei neste caminho e outras que continuaram presentes. Um caminho percorrido árduo. No entanto, reconheço o quanto amadureci pessoal e profissionalmente, mas, sobretudo, espiritualmente quando passo a sentir a proteção dos Orixás neste momento de dificuldades, dúvidas, contradições e muito medo. Por isso, agradeço aos Orixás pela proteção e peço-lhes licença para expressar minha gratidão a tantos seres de luz que fazem parte dessa conquista. “Custou, mas depois veio a bonança, e agora é hora de agradecer, abaixo de Deus [e orixás] só ficaram vocês”.

Começo dizendo um muito obrigada ao tripé que me ensinou desde muito jovem o que é ser mulher negra e a resistir nesta sociedade: a Minha Família Nascimento e a Associação de Moradores Clube de Mães da Comunidade em Ação de Pernambués/CMCP e ao CEAFFRO. Gratidão por me educar sabendo que “o martelo tem mais peso pra nós, que a gente todo dia anda na mira do algoz [...] Saber que a caminhada é diferente pra quem vem da negritude”. Sem vocês não saberia como enfrentar o racismo e machismo que sofro todos os dias. Gratidão!

Muitíssimo obrigada ao NEPGREG (Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração) grupo de estudo que me despertou a paixão pela pesquisa. Em especial, a Professora Elisabete Pinto por várias vezes me lembrar de que o mestrado estaria ao meu alcance, bastava ousar.

Gratidão às irmãs ao cubo: negras e assistentes sociais que diariamente foram meu exemplo. Aqui eu preciso expressar minha total admiração por Heide Damasceno, pela sua humildade, pelo seu caráter e energia que contagia qualquer pessoa. Agradeço-te imensamente pelo companheirismo, por além de ser amiga em todas as horas, me ensinar a viver na pós-graduação de forma mais leve. Sua aliança foi essencial para este momento, “o seu axé evitou o meu fim”. Muito obrigada!

Gratidão também à Magali Almeida pela sabedoria e injeção de ânimo nos momentos exatos. Com certeza sua experiência de luta faz toda diferença na formação de profissionais, mas, sobretudo, na construção, verdadeiramente, de uma

profissão que preocupa-se com a eliminação de todas formas de preconceito. Obrigada por ter o prazer em aprender com você.

Obrigada aos professores da Faculdade Hélio Rocha, em especial, a Maristela Gomes pelo incentivo, compreensão, confiança e por compartilhar suas experiências motivadoras.

Agradeço todas as professoras do PROSS/UFS. A orientadora, Tereza Martins, por me lembrar, nos momentos de angustia, que está na pós-graduação é uma oportunidade de militância teórica e não menos importantes das outras formas de militar.

Sou grata a minha turma por tantos aprendizados através das diferenças e limites, mas com respeito, sabedoria e tolerância. Sergipanos/as, baianas e alagoanas irmãs e irmãos nordestinos/as, muito obrigada! As minhas companheiras nessa jornada: Danielle, Jeruzia, Niedja e Renildes muito obrigada pelas trocas de experiências e dos sofrimentos que juntas compartilhamos. E a Walter, pela paciência, auxílio e compreensão ao resolver minhas questões administrativas, muitas vezes à distância, mas sempre me tranquilizando que tudo iria dá certo. Obrigada!

Agradecimentos afetuosos a Ashanti, Edvaldo, Mércia e Valdeluce pela acolhida e vibrações positivas no momento em que o silêncio e a tranquilidade se fizeram tão importantes. E a minha mãe, Valdeci, pela paciência e compreensão nas horas de cansaço e estresse.

Agradeço à todos amigos/as e familiares que suportaram meus desabafos e respeitaram minha ausência muitas vezes, outras até implicaram (rsrs), além daqueles que me tiraram de casa para ir ao samba: Alessandra, Aline's, Brisa, Bruno, Carina, Cely, Daiane, Danilo, Danielle, Del, Douglas, Eliana, Elielma, Elis, Elisângela, Erica, Eva, Ivo, Fabiana, Fernanda, Filipe, Gilson, Ivana, Jackson, Joceval, Kate, Lindiwe, Luciana, Marcelo, Miriam, Nivaldo, Rafaele, Rosana, Suelen, Thaise, Valdeildes, Valdemarcia, Valdemere, Valdenise, Verluse.

"Odô, axé odô!"

RESUMO

O trabalho teve como objeto de estudo as determinações que contribuíram/ contribuem para silenciar a questão étnico-racial. Em coerência com o objeto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória, consubstanciada no materialismo histórico dialético. Classificando-a como uma análise qualitativa, percorremos a história da profissão para identificar as determinações que fizeram silenciar a questão étnico-racial. Deste modo, a pesquisa foi realizada em livros, teses, dissertações, artigos e revistas. Perseguindo o objetivo proposto, o trabalho parte da gênese e consolidação do Serviço Social no Brasil, discute os avanços e limites do processo de renovação da profissão para finalmente discutir o silenciamento da questão étnico-racial como uma expressão do racismo estrutural. Os resultados demonstram que as determinações estão associadas à profissionalização conservadora do Serviço Social cujas atribuições voltaram-se exclusivamente para o atendimento das respostas do Estado à “questão social” no marco da cidadania regulada. Esse fato implicou no distanciamento da profissão dos segmentos da classe trabalhadora que vegetavam na informalidade ou, nos termos de Marx (2009, p.746), no “[...] exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular”. Por esse motivo, o/a trabalhador/a negro/a que estava majoritariamente na informalidade, e fora da cidadania regulada, também permaneceu, em sua maioria, distante das políticas sociais e das ações e reflexões do/a assistente social. As determinações do processo de renovação do Serviço Social se vinculam a uma ruptura de base conservadora. A ruptura com o tradicionalismo profissional foi conformada com “inclusão” de uma teoria social crítica de tradição marxista expressa no currículo mínimo de 1982 e no amadurecimento teórico notabilizado com a revisão curricular de 1996. Embora esses processos simbolizem um avanço para profissão, a teoria social marxista, no Serviço Social, não permitiu uma leitura da realidade brasileira alicerçada em aspectos fundamentais da formação sócio-histórica que possibilitasse compreender a nossa classe trabalhadora e a “questão social” no Brasil. A principal implicação dessa determinação é o silenciamento em relação aos/as trabalhadores/as negros/as, suas condições de trabalho e de vida, suas lutas e enfrentamentos no contexto brasileiro e, fundamentalmente, o silenciamento em relação ao fato de que é essa a parcela majoritária da classe trabalhadora que se destaca nas principais expressões da “questão social” no Brasil e, por essa razão, é a principal usuária dos serviços nos quais os/as assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais. Por fim, a persistência do silenciamento do debate da questão étnico-racial na profissão está, além de todas as determinações evidenciadas no contexto histórico do Serviço Social, intrinsecamente associada ao racismo estrutural e a mitologia da sua inexistência nas relações sociais contemporâneas.

Palavras-Chave: Serviço Social; Questão étnico-racial; determinações; silenciamento.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the main determinations that contributed / contributed to silence the ethnic-racial question in the Brazilian Social Service. In coherence with the object of study, a bibliographical research was carried out, of the exploratory type, embodied in dialectical historical materialism. Classifying it as a qualitative analysis, we go through the history of the profession to identify determinations that have silenced the ethno-racial question. In this way, the research was carried out in books, theses, dissertations, articles and magazines. Pursuing the proposed objective, the work starts from the genesis and consolidation of Social Service in Brazil, discusses the advances and limits of the process of renewal of the profession to finally discuss the silencing of the ethnic-racial issue as an expression of structural racism. The results show that the determinations are associated with the conservative professionalization of the Social Service whose attributions turned exclusively to attending to the responses of the State to the social question within the framework of regulated citizenship. This fact implied the distancing of the profession from the segments of the working class that vegetated in informality or, according to Marx (2009, p.746), in the "... army of workers in action, but with a totally irregular occupation." For this reason, the black worker who was mostly in the informality, and outside the regulated citizenship, also remained, for the most part, far from the social policies and actions and reflections of the social worker. The determinations of the process of renewal of Social Service are linked to a conservative base rupture. The rupture with professional traditionalism was shaped by "inclusion" of a critical social theory of Marxist tradition expressed in the minimal curriculum of 1982 and in theoretical maturation noted with the 1996 curriculum revision. Although these processes symbolize a breakthrough for a profession, social theory Marxist in Social Service did not allow a reading of the Brazilian reality based on fundamental aspects of socio-historical formation that made it possible to understand our working class and the social question in Brazil. The main implication of this determination is the silencing of black workers, their working and living conditions, their struggles and confrontations in the Brazilian context and, fundamentally, the silencing in relation to the fact that this is the a major portion of the working class that stands out in the main expressions of the Brazilian social question and, for this reason, is the main user of the services in which the social workers carry out their professional activities. Finally, the persistence of the silencing of the ethnic-racial debate in the profession is, in addition to all the determinations evidenced in the historical context of Social Service, intrinsically associated with structural racism and the mythology of its non-existence in contemporary social relations.

Key Words: Social Service; Ethnic-racial question; determinations; silencing.

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
CAPS	Caixa de Aposentadoria e Pensão
CAS	Centros de Ação Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistente Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IPASE	Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Instituto de Serviços Sociais do Brasil
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E DETERMINAÇÕES DO SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL.	23
1.1 Emergência do Serviço Social no Brasil: contexto e determinações.	24
1.2 “Questão Social” e Resposta do Estado.	36
1.3 Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social.	44
CAPÍTULO 2: RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: Avanços e Limites.	59
2.1 Os caminhos da ruptura com o tradicionalismo.	60
2.2. A Ruptura com o Serviço Social Tradicional.	67
2.3. Ruptura com Serviço Social Tradicional: determinações que repercutem no silenciamento da questão étnico-racial.	80
CAPÍTULO 3: RACISMO ESTRUTURAL E SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: qual a relação?	91
3.1 A construção social de “raça” no âmbito da ciência de classe.	92
3.2 O racismo estrutural brasileiro.	96
3.3. Racismo e influência do mito da democracia racial no Serviço Social.	104
3.3.1 Influência do mito da democracia racial no silenciamento da questão étnico-racial na formação profissional do Serviço Social.	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Esta dissertação reúne parte das minhas inquietações como pesquisadora da área de Serviço Social e integrante do movimento negro. As problematizações e reflexões na minha trajetória acadêmica sempre estiveram direcionadas a contribuir, do ponto de vista profissional, com a “escola” que me formou como mulher negra: A educação comunitária. Assim, na graduação, meus estudos foram voltados para a contribuição do/a assistente social na valorização da identidade étnica dos/as seus usuários/as, esta, uma pesquisa direcionada para o trabalho na educação. Desde então vinha participando de atividades nos espaços comunitários de educação que contribuíssem para empoderamento das jovens negras de Salvador e estimulassem a juventude a traçar caminhos para o ingresso na Universidade e/ou Escolas Técnicas.

Essas experiências foram somadas à prática docente no curso de graduação em Serviço Social. O interesse em qualificar-me enquanto educadora e contribuir na produção do conhecimento para profissão levou-me a continuar pesquisando sobre a realidade de muitos usuários/as atendidos/as por mim na Política de Assistência Social. A maioria desses/as usuários/as vivenciava situação de violação de direitos, agravada pela sua descendência étnica: negra/quilombola. Nesse sentido, buscar na prática docente elementos que interseccionem e provoquem reflexões sobre raça/racismo/etnia/identidade na vida dos/as novos/as profissionais faz parte do meu comprometimento político enquanto mulher negra, militante, educadora, assistente social e pesquisadora. No entanto, não posso omitir que aprofundar a pesquisa no mestrado sobre a temática étnico-racial no Serviço Social foi um desejo que se aprimorou ao me tornar pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração/ NEPGREG da Universidade Federal da Bahia.

O chamamento a uma problematização da questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social brasileiro se deu, além da realidade identificada no cotidiano, pela confirmação nas pesquisas que apontam a desigualdade racial no Brasil. Realidade apreendida nas altas taxas de desemprego e subempregos dos/as trabalhadores/as negros/as, conforme os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/PNAD de 2017, sinalizando que 63,7% dos/as desempregados/as são pretos/as ou pardos/as. Além disso, a taxa de desemprego

da população negra cresce em torno de 14% e a branca em 9%. Uma diferença que só comprova a desigualdade sob a via sociorracial (PNAD, 2012; IPEA, 2011).

Paixão (2011) em seu Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil também revela as condições desiguais de vida do/a negro/a no país. Ao perceber os avanços e limites no acesso aos direitos sociais, após a Constituição Federal de 1988, as assimetrias de cor ou raça durante as últimas duas décadas apresentam disparidades entre famílias negras e brancas. Disparidades possíveis de serem verificadas no âmbito da Seguridade Social, quando o/a trabalhador/a negro/a, além de conviver diariamente com a insegurança dos mínimos sociais, encontra-se quantitativamente presente nas políticas sociais cujo atributo principal é a transferência de renda (MDS, 2014), expressando o seu nível de empobrecimento.

Outro dado que nos chama a atenção é o Mapa de Violência no Brasil. Entre os anos de 2003 a 2014 o número de negros/as mortos/as por arma de fogo passou de 20.291 para 29.813, um aumento de 46,9%. No entanto, no mesmo período, os homicídios com o mesmo tipo de arma entre a população branca caiu de 13.224 para 9.766, representando uma queda de 26,1%. Esses dados significam que o número de mortes entre negros/as, em 11 anos, além de terem aumentado fortalecem a indicação das determinações do racismo no nível de violência contra esses/as trabalhadores/as. Em verdade, esses dados comprovam que no

[...] quadro de expropriação da classe trabalhadora e de níveis alarmantes de desigualdade social, vê-se que a condição étnico-racial funciona como um importante mecanismo de seleção para o acesso a direitos em todas as esferas da vida social (ROCHA, 2014, p.13).

Embora todos esses indicadores sociais venham comprovando a probabilidade para composição majoritária dos/as negros/as nas principais expressões da “questão social” - objeto do trabalho do/a assistente social – o silenciamento em torno da questão étnico-racial no Serviço Social pode ser expresso pela marginalização com que a temática é tratada. No Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989 - VI CBAS, Magali da Silva Almeida e Matilde Ribeiro pautaram o debate étnico-racial como indispensável para a categoria. No entanto, vinte anos depois ainda é perceptível a escassez do debate da temática no Serviço Social. Exemplo nesse sentido foi evidenciado por Ferreira (2010) quando, a partir da produção do conhecimento, revelou que até junho de 2010 a revista Serviço Social & Sociedade, iniciada em 1979, já tinha publicado 102 números, mas apenas

em 03 deles foram publicados artigos referentes à temática étnico-racial. Esses dados adquirem maior relevância por se tratarem de uma revista que é referência em publicações teóricas do Serviço Social no país.

Assim se desenha uma trajetória de silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social e sua persistência ainda pode ser observada no âmbito do último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ XV ENPESS. Nesse espaço de debate intelectual e político em que assistentes sociais, professores/as, pesquisadores/as, estudantes, militantes contribuem para as variadas discussões, é notória a marginalização adquirida pela temática ao longo da história da profissão. Em 2016, dos 885¹ trabalhos aprovados para apresentação/exposição, apenas 138 estavam direcionados ao eixo temático sobre “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”. Isso significa um percentual de 15,59% do total. Dentro da realidade desse eixo, aproximadamente 21,7% entram na discussão direta sobre as categorias raça/racismo/etnia/ e questão étnico-racial.

A problematização do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social e a sua persistência ganharam força quando pesquisas demonstraram a carência de textos sobre a temática racial/raça/etnia/racismo nas duas grandes revistas da área (a Revista Inscrita e a Revista Temporalis²) que apresentaram publicações decorrentes de resultados dos estudos teóricos e/ou do exercício profissional. A Revista Inscrita tem sua primeira edição é ano de 1997, mas ela

nasceu com o propósito de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao serviço social e de incluir cada vez mais o/a assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira. A revista traz artigos que promovem a atualização do conhecimento e, ao mesmo tempo, se caracterizam como um valioso registro histórico das discussões da categoria (site do CFESS).

Nas 14 edições encontrei um total de 132 publicações temáticas, divididas entre sessões variadas de: Artigos, Dossiê Temático, Em Discussão, Cartas e alguns debates de Cultura e Entrevistas. No entanto, desse universo apenas três publicações versam sobre o debate étnico-racial, a saber: na nº 2, em 1998, na sessão Em discussão: Política de cotas para minorias sociais – de Matilde Ribeiro,

¹ Dados coletados pela autora no site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (<http://www.abepss.org.br/enpess/trabalhos-29>)

² A opção por analisar as revistas passou pela acessibilidade que as mesmas têm ao disponibilizar suas edições online. Essa é uma característica que possibilita alcançar um número maior de profissionais leitores.

Muniz Sodré, Ives Gandre; na nº 4, em 1999, "Marcas de resistência na história da mulher negra" - de Magali da Silva Almeida; em 2013, a nº 14, presente no espaço destinado Dossiê Temático tem o texto: Racismo, "Questão Social" e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil de Tereza Cristina Santos Martins. Esse universo indica que 28,5% das edições têm discussões das questões raciais, mas totalizam apenas 3% dos textos destinados à temática racial em relação a todos os materiais disponibilizados pela revista.

Quanto a Revista Temporalis, esta é uma conquista recente para a categoria, criada no ano de 2000. Ela é editada/organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e "[...] se destina a publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares" (ABEPSS, 2000, p. 03) e, por isso, tem uma função essencial na formação profissional. Com 35 edições desde sua criação, entre os anos de 2010 a 2018³ foram 16 edições com eixos divididos entre: Ensaio; Resenhas; Seção Temática; Editorial e, muitas vezes, com duas publicações anuais. Existem um total de 242 textos temáticos com sistematizações de pesquisas fruto dos TCC's, Dissertações, Teses e reflexão teórico-prática. Mas, desse universo, apenas seis com centralidade na temática racial/raça/etnia/racismo, ou seja, 2,47% do total em oito anos.

É importante destacar que esse quantitativo foi encontrado em apenas quatro das 16 edições da revista Temporalis, das quais duas dessas eram direcionadas/nomeadas como "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades". Essa informação comprova que o caldeirão de temáticas que teoricamente "aproximam-se", conforme sinalizado por Oliveira (2015), nas disciplinas da graduação se faz também presente nas revistas. Assim, o misto de temáticas que são tidas como "minorias" são encontradas nas publicações teóricas e intelectuais do Serviço Social. Foi possível perceber que as edições nº 27 e 28 direcionadas, principalmente, para essas temáticas diversas estiveram com 80% das publicações direcionadas as questões de Gênero, isso possibilita duas reflexões: ou os/as profissionais têm demonstrado mais interesse sobre o debate de gênero ou as comissões avaliadoras da revista estão tendenciadas para publicações sobre a temática de gênero, seja intencionalmente

³ Foram analisadas as edições dos anos de 2010 a 2018 por estarem disponíveis na versão digital.

ou não, mas marginalizando o debate da “raça” no âmbito dos estudos e discussões sobre da classe.

Somam-se ao silenciamento étnico-racial, nos espaços até aqui apontados, as publicações disponíveis no site do Conselho Federal de Serviço Social/CFESS. A análise de Correia e Damasceno (2018, p. 38) destaca a diferença quantitativa e qualitativa “[...] entre as publicações específicas de tal temática com as demais bandeiras de lutas [...] apenas 2,53% tem relação com raça, e desses, 67% estão publicados no ‘CFESS Manifesta’ em comemoração ao dia ‘20 de novembro’”. Sem dúvida, esse dado evidencia o contraditório tratamento marginal e/ou pontual da questão étnico-racial pelo conjunto CFESS/CRESS, mesmo em um contexto de forte presença dos/as trabalhadores/as negros/as nas principais expressões da “questão social”, indicando determinações de “raça” e racismo na desigualdade social brasileira.

De certo, essas constatações - dos indicadores sociais, do silenciamento, presente na produção de conhecimento (CBAS, ENPESS, Revistas Serviço Social e Sociedade, Inscrita e Temporalis) e nas publicações CFESS/CRESS - consolidaram a motivação para o estudo da temática e escolha do objeto assumindo como inquietações os seguintes questionamentos: quais determinações seriam responsáveis pelo silenciamento da questão étnico-racial na profissão? Quais as determinações que se colocam em presença na contemporaneidade para a persistência do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social?

Assim, tendo como objeto de pesquisa as determinações do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social, parti de três hipóteses: a) Uma das principais determinações do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social esteve vinculada ao distanciamento dos/as trabalhadores/as negros/as do trabalho formal e, conseqüentemente, da cidadania regulada. Em decorrência disso, as suas demandas não fizeram parte das requisições à profissão, uma vez que as funções que lhe foram atribuídas, desde a sua origem, estão relacionadas à resposta do Estado à “questão social”; b) O serviço Social pós-reconceituação desafiou-se a romper com o conservadorismo, buscando uma renovação teórica-metodológica através da teoria social de base marxista, mas permaneceu limitado a uma leitura da realidade sem mediações necessárias com determinações presentes na formação social brasileira; c) O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social da

origem à contemporaneidade pode está relacionado com o racismo estrutural e com o mito da democracia racial.

Diante das indicações assinaladas, pretendo contribuir com o enfrentamento de uma lacuna importante no âmbito da produção do conhecimento acerca da temática étnico-racial no Serviço Social: A investigação das determinações do silenciamento da questão étnico-racial na profissão. Até o momento, dentre os estudos que estão abordando a questão étnico-racial no Serviço Social, muito se debateu sobre a necessidade e a importância em se discutir a temática na formação e na produção intelectual, tendo em vista um exercício profissional qualificado. Assim, se apontou acerca da sua ausência, insuficiência, inclusive dados de análises evidenciaram a marginalização do tema. Boa parte das pesquisas deu conta de mostrar a participação dos/as trabalhadores/as negros/as nas principais expressões da “questão social” e, ainda, identificar o seu acesso às políticas sociais. Alguns estudos analisaram a relação da luta de classe com a luta étnico-racial e tantos outros enfoques foram objeto de investigação na trajetória da temática na profissão. No entanto, até o momento, pouco se investigou acerca das determinações do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social.

Nesse sentido, a escassez bibliográfica acenando para o que parece ser fundamental no entendimento das motivações pelas quais se discute pouco a temática no Serviço Social, parece limitar consideravelmente a compreensão da problemática e, conseqüentemente, o seu enfrentamento. Essa é uma constatação que pode ser percebida no estudo de Ferreira (2010, p. 11) quando esta “analisa o negro na gênese do Serviço Social no Brasil (1936-1947). Mais especificamente, a tendência dominante a silenciar sobre a cor nas fontes primárias incipientes do Serviço Social”. A autora destaca que as questões raciais foram “sistematicamente sonegada nas elaborações teóricas dos primeiros assistentes sociais” e na maioria das vezes a visão e/ou intervenção do Serviço Social com a condição de ser negro é percebida nas entrelinhas das produções. Na minha concepção, a consequência dessa sonegação histórica pode ser percebida pela insuficiência teórica na contemporaneidade, isso porque conforme Decca (1984, p. 75): “[...] a existência dos dispositivos ideológicos é que sustentaram a produção historiográfica”.

Assim, nesta pesquisa foi possível perceber que esse suporte ideológico silenciador permanece historicamente silenciando a temática racial na profissão e, por isso, implicou/implica na escassez de bibliografias que versem sobre a questão

étnico-racial. No entanto, entendo que “[...] arrancar os dominados do silêncio, significa também entender como esse silêncio foi produzido” (DECCA, 1984, p. 69).

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as principais determinações da origem e trajetória do Serviço Social brasileiro que contribuíram/contribuem para silenciar a questão étnico-racial na profissão. Nesses termos, por determinações entendo

[...] os traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; [...] para Marx, a determinação é o momento essencial constitutivo do objeto (Dussel, 1985, p. 32). Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações. (NETTO, 2011, p.45)

Assim, conhecer as múltiplas determinações do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social implica analisar minimamente a trajetória da profissão e encontrar nesse trajeto as conjunturas importantes e, nelas, os elementos que marcaram a história da profissão. Com isso, a pesquisa teve como objetivos específicos: a) Identificar da origem até a reconceituação do Serviço Social no Brasil as determinações que podem ter contribuído para o silenciamento da questão étnico-racial; b) apanhar no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, as determinações que podem ter contribuído para silenciar a questão étnico-racial; c) Analisar a relação do racismo brasileiro com a persistência do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social.

Revelado os objetivos, sinalizo aqui o entendimento sobre o silêncio étnico-racial não como ausência, mas como consequência de determinação estrutural que encaminha a temática para via marginal ou discute pontualmente em momentos ocasionais. “[...] Esta análise tem em mira que o silêncio sobre os negros na produção incipiente do Serviço Social não é um acidente mnemônico, mas um silêncio – e “silêncio não é sinônimo de ausência” (SCHWARCZ, 2001, p. 52 apud FERREIRA, 2010, p. 13)”. Por isso, adoto como silenciamento a naturalização e/ou invisibilidade que o debate sobre “raça”/racismo/etnia/identidade é encaminhado como via secundária na profissão.

Feita essas considerações, aponto que aqui o entendimento de “raça”/racismo trata-se de uma construção de dominação moral, social e política, uma ideologia básica para desenvolvimento e consolidação do capital (MENEZES, 2010). Em outras palavras “[...] A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus

derivados não apresentam nenhuma validade científica” (ALMEIDA, 2017, p. 38). Aliás, nesses termos, o racismo é uma ideologia originária do capitalismo que relaciona o caráter subjetivo, político, social, econômico e intelectual para dominação e opressão dos/as trabalhadores/as negros/as (ALMEIDA, 2016).

Posto isto, a questão étnico-racial nesta dissertação é entendida como situações históricas de marginalização, opressão, exploração e discriminação vivida por povos negros, indígenas e quilombolas nas práticas sociais no capitalismo (SANTOS, 2013), mas também, e principalmente, é resistência e luta implementada desde o século XVII contra a exploração e dominação. No entanto, me delimito apenas a pesquisar as condições de vida da população negra.

Esta pesquisa consiste em um estudo exploratório que “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Pesquisas dessa natureza têm a intenção de conhecer melhor o objeto a ser investigado e aprofundar o conhecimento da realidade na medida em que se preocupa em alcançar uma visão geral sobre o objeto. Os dados coletados foram de natureza qualitativa, levando em conta que “[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade” (CHIZZOTTI, 1998, p.81), mesmo porque a investigação qualitativa tem interesse em todo o processo e não apenas nos resultados.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram livros, teses, artigos, revistas e textos científicos que abordam a temática étnico-racial, além de permitir um aprofundamento teórico da discussão sobre a origem e trajetória do Serviço Social no Brasil. Em se tratando de pesquisa bibliográfica, Lima e Miotto (2007) a entendem como atividade de consulta a fontes diversas de dados escritos para coletar dados gerais ou específicos à respeito de um determinado tema e/ou uma técnica. Para Gil (1994, p. 52) “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, foi realizado um aprofundamento teórico nos Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, utilizando como fonte essencial as obras clássicas

aproveitadas pela profissão, o que permitiu caminhar ao encontro de determinantes fundamentais ao silenciamento da temática étnico-racial no Serviço Social.

O estudo se constituiu a partir de uma perspectiva de totalidade da vida social. Nesse sentido, a investigação adotou, do ponto de vista teórico-metodológico, o materialismo histórico-dialético por compreender que ele possibilita um caminho mais adequado para o estudo do objeto em questão. Para Netto (2009), a teoria é considerada para Marx como “[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa [...]” (NETTO, 2009, p. 673). Nesse sentido, de acordo com Marx, era necessário apreender o objeto para além da sua aparência imediata, ou seja, era necessário ser apreendida a essência, já que ela representa a verdade estrutural. Assim, o “[...] ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 1968, p. 16 apud NETTO, 2011, p. 21).

Dada a importância de ir além da aparência para apreender a essência do objeto, busquei a articulação de três categorias nucleares fundamentais ao método: a totalidade, a contradição e mediação. A totalidade deve ser compreendida como reconstrução do “concreto pensado”. Esta está comprometida em investigar a trama que estabelece os complexos sociais, recuperando a “lógica da coisa”. Esta totalidade, “[...] é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). A categoria de totalidade pressupõe

[...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p.245).

A contradição é a categoria que possibilita reconhecer que a totalidade apresenta constante movimento e mudança regendo as coisas existentes. Isso, uma vez que o sentido particular da dialética é o estudo da contradição que existe na essência dos fenômenos. Obviamente porque o movimento “é a contradição mesma em sua existência” (HEGEL, 1968, p. 387 apud SILVA, 2013, p. 27). Em outras palavras, o movimento do objeto é uma contradição que possibilita

o desenvolvimento do superior ao inferior, o constante processo de evolução, não se dá em um plano harmonioso, mas sim na constante atualização das contradições inerentes aos objetos, aos fenômenos, na luta das tendências contrárias que agem na base das contradições. Parte do pensamento dialético consiste precisamente na percepção dessas contradições, no estudo das contradições presentes na própria essência das coisas (COSTA, 2015, p. 05).

A categoria mediação é defendida por Marx, de acordo com Netto (2009), como a capacidade que as pessoas têm de transformar a natureza a partir das mediações que é possível realizar em presença das coisas que os desafiam. A mediação enquanto uma categoria ontológica e reflexiva é a possibilidade de conhecer a realidade, respeitar o movimento, a historicidade, a singularidade e particularidade dos processos sociais (PONTES, 2008).

São as mediações que asseguram o movimento, a processualidade na relação “complexo-dinâmica entre complexos [...] dinâmicos” na totalidade concreta: [...], portanto, na estrutura da própria realidade - concebida como totalidade concreta está a categoria mediação (PONTES, 2008, p. 23-24).

Nesses termos, Netto (2009, p. 689) define que, “[...] o método implica, pois, para Marx uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Nesse sentido, o método de investigação proposto por Marx não consiste em “[...] um conjunto de regras formais de análise, externas às particularidades do objeto, mas uma relação que permite ao sujeito apanhar a dinâmica própria do objeto [...]” (NETTO, 2009, p. 691). Assim, “[...] este movimento busca apreender na unidade da diversidade contraditória das determinações do ser, a legalidade imanente, a qual se processa na dialética da singularidade – mediatizada pela particularidade – universalidade e vice-versa” (PONTES, 2008, p. 15). Portanto, esta pesquisa adota as orientações da tradição marxista como central para o alcance dos objetivos por concordar que a

aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. [...] O particular e o universal já estão em si, contidos no dado imediato e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações ocultas na imediatez são postas à luz. [...] a particularidade é um inteiro campo de mediações (PONTES, 2008, p. 22).

Com base nos objetivos propostos, o trabalho parte da gênese e consolidação do Serviço Social no Brasil, discute os avanços e limites do processo de renovação da profissão para, enfim, discutir o silenciamento da questão étnico-racial como uma expressão do racismo estrutural. O primeiro capítulo tratou de identificar, da origem à consolidação do Serviço Social no Brasil, as determinações que podem ter contribuído para o silenciamento da questão étnico-racial na profissão. Ele apresenta o contexto e determinações para o surgimento do Serviço Social no Brasil e sua ligação direta com a resposta do Estado à “questão social” num dado momento do modo de produção capitalista.

O segundo capítulo discutiu os avanços e limites do processo de renovação da profissão e apreende as determinações vinculadas a uma ruptura de base conservadora. O caminho desenhado sinaliza que: a ruptura com o tradicionalismo profissional conformada com a “inclusão” de uma teoria social crítica de tradição marxista expressa no currículo mínimo de 1982 e no amadurecimento teórico notabilizado com a revisão curricular de 1996. Mas, embora esses processos sinalizem avanços para a profissão, a apropriação teórica do marxismo pelo Serviço Social não permitiu uma leitura da realidade brasileira alicerçada em aspectos fundamentais da sua formação sócio-histórica.

Finalmente, o terceiro capítulo ao investigar a relação do silenciamento da questão étnico-racial com o racismo estrutural, expõe a persistência do silenciamento a partir de estudos sobre a escassez da temática étnico-racial na formação profissional. Assim, é possível perceber que, além de todas as determinações já analisadas na trajetória do Serviço Social, tal silêncio está intrinsecamente associado ao racismo estrutural e à mitologia da sua inexistência nas relações sociais contemporâneas. E essa é uma realidade que coloca as discussões sobre as desigualdades sociais apenas no patamar das determinações socioeconômicas.

Por último, as “Considerações Finais” retomam as determinações identificadas ao longo do estudo sem apresentar novos dados. Aqui o objetivo foi matizar as determinações que silenciaram e continuam silenciando o debate étnico-racial no Serviço Social.

CAPÍTULO 1 – SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E DETERMINAÇÕES DO SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO- RACIAL.

Para entender o significado do Serviço Social é necessário considerar a “questão social” e, sobretudo, o “seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidas e desenvolvidas pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 127-128). As raízes para o surgimento da profissão estão justamente na conjuntura política, econômico e social como um amplo campo de conflitos e disputa de interesses resultantes da fase de amadurecimento do modo de produção capitalista.

A mobilização do operariado contra a exploração capitalista provoca uma instabilidade à ordem pública e para reprodução de riqueza. Tal situação foi essencial para que as frações burguesas estabelecessem medidas que contribuíssem nas ações de controle social da classe trabalhadora. Nesses termos, por ser uma profissão que se inscreve no processo de reprodução do capital e, conseqüentemente, no controle ideológico, as ações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais estão interligadas à necessidade de produção das condições de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução do capital (IAMAMOTO, 2014b). Portanto, o surgimento do Serviço Social como profissão está relacionado ao atendimento às demandas da burguesia, ao controle da classe trabalhadora e à reprodução da ideologia da classe dominante. A profissão consolida-se para o atendimento à fração da classe trabalhadora engajada no mercado de trabalho formal, tendo em vista o seu controle através de aspecto político-ideológico (NETTO, 2011b).

Desta forma, não posso desconsiderar que a composição da classe operária no Brasil foi constituída, basicamente, por imigrantes europeus, uma vez que na constituição do capitalismo brasileiro os/as trabalhadores/as oriundos/as do trabalho escravo foram marginalizados/s, isso explicitamente na segunda fase de constituição do capitalismo brasileiro: A indústria nacional (MANDEL, 1982). O que me leva ao debate de que na emergência do Serviço Social às práticas profissionais estavam vinculadas apenas às demandas de parcela da classe trabalhadora inserida no trabalho formal e regulado.

1.1 Emergência do Serviço Social no Brasil: Contexto e Determinações

A análise da origem do Serviço Social como profissão no Brasil está intrinsecamente relacionada às estratégias do Estado para dar respostas às expressões da “questão social”. Entendida nesses termos, as determinações para a emergência da profissão devem ser apreendidas nas transformações da sociedade, no que se refere à progressiva consolidação do polo industrial; a formação da classe operária, a sua entrada no cenário político e a exigência do seu reconhecimento, por parte do Estado; e na resposta do Estado com políticas sociais levando em conta os seus interesses (IAMAMOTO, CARVALHO, 2003).

É preciso considerar que as consequências basilares que mexem na dinâmica político-econômica do país estão, em primeiro plano, relacionadas com a Revolução de 1930⁴, inaugurando uma nova fase na economia e na política brasileira. A elite agrária rural, principalmente os senhores de café, estavam vivenciando o declínio parcial do poder, isso porque a ascensão da burguesia industrial e o crescimento do proletariado urbano começavam a se estabelecer no seio desta sociedade. Assim, a política introduzida pelo governo de Getúlio Vargas não desvalorizava os interesses da burguesia agrária. O sistema de freios e contrapesos garantiu a venda mínima dos produtos agroexportadores como estratégias de conservação das alianças consolidadas. Nesse quadro, as antigas oligarquias não tinham seu poder totalmente expurgado, mas agora teriam que dividi-lo junto ao interesse de novas forças econômico-política (FURTADO, 1969).

Nesse sentido, o período de 1930 a 1945 foi de incerteza para a população brasileira. A nova conjuntura diz respeito à legitimação do regime implantado nos anos de 1930 a 1934, quando o Governo Provisório trazia dois desafios: acabar com os reflexos da crise econômica de 1929, e conquistar hegemonia para governar. Tal situação acarretou nas primeiras decisões à centralização política e ao fortalecimento do Estado regulador. A criação da autarquia federal como estratégia política é característica marcante para a dualidade do governo Vargas e no aumento do poder de ação do Estado na Economia: O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931. Ou seja, um plano válido de dependência que colocaria os/as

⁴ Movimento político que tinha como objetivo a destituição do Governo de Washington Luís para ascensão de Getúlio Vargas.

trabalhadores/as “subordinados/as” aos poderes ideológicos estatais através da filiação obrigatória dos sindicatos ao Ministério como pré-requisito para serem reconhecidos oficialmente e receberem o fundo sindical (SKIDMORE, 1989). A centralidade dessa fase do Governo Vargas se resumia em implementar um Governo resistente e com discurso nacionalista que conquistasse o poder através dos regionalismos, a exemplo de São Paulo (SKIDMORE, 1989).

Obviamente, Getúlio Vargas não iria conquistar tais objetivos sem estruturar as alianças, por isso, a classe média, a burguesia urbana, as oligarquias divergentes, os banqueiros, as indústrias e os militares formaram uma nova configuração política. Apesar dos interesses políticos bem definidos por essas aproximações, as forças políticas que apoiavam o governo não aderiram hegemonicamente às decisões centralizadoras e intervencionistas que beneficiava apenas uma parte da burguesia: A industrial. Apesar disso, as medidas adotadas, muitas vezes iam de encontro com os interesses da burguesia industrial, principalmente aquelas cujo objetivo maior era a política trabalhista. Mas, a relação de subordinação e hierarquia, desenhadas pelos poderes integrantes do pacto político-econômico, provocavam contestações de cunho ideo-político, porém, sem ocasionar conflitos maiores que ameaçasse perder o rumo do discurso nacionalista (SKIDMORE, 1989).

Na verdade, aqui preciso considerar que as manifestações, as alianças, o exercício do poder ideológico estatal e de frações da classe burguesa são inseparáveis da centralidade que o trabalho tem para o crescimento econômico. Isso porque, os caminhos trilhados para a conformação da indústria brasileira, não apenas refletiu diretamente no desenvolvimento das novas formas de relações de produção, mas, sobretudo, definiu os lugares de cada trabalhador/a, empresários/as e do Estado na economia nacional (SKIDMORE, 1989). Assim, não se pode omitir que algumas características resultantes do aprofundamento e ampliação do capital desencadearam condições objetivas na vida dos/as trabalhadores e transformações na dinâmica da sociedade burguesa, as quais são essencialmente advindas com a revolução industrial, no final do século XVIII. É importante sinalizar que no caso brasileiro a industrialização iniciou anos após a industrialização dos países europeus e apresentam características diferentes de muitos países da América Latina (FURTADO, 1969).

Ao trilhar o caminho de volta que levou até a consolidação industrial brasileira, encontro como evidencia que na segunda metade do século XIX ainda existiam países centrais em processo de organização industrial. No Brasil, somente apenas no século XX, essa realidade começa a se consolidar e modificar as relações de/na produção (GIANNOTTI, 2007). Ainda sim, embora o crescimento econômico brasileiro tivesse início com a organização industrial, negar que o principal centro da acumulação de capital no país até o início do século XX foi à economia cafeeira é um equívoco irreparável. Isso em razão de que durante o século XIX, com o rápido crescimento da produção de café, há também um deslocamento dos centros de plantação e das relações de trabalho, saindo do trabalho escravo para o assalariamento. A partir dessa mudança de relação, a produção cafeeira começa a engrenar na mecanização aumentando o nível e quantidade do cultivo. Consequentemente, a criação de uma rede de estradas de ferro torna-se importante para distribuição das sacas de café. Tal situação só foi possível com o financiamento e comercialização da produção que gerou uma dinâmica no sistema econômico de exportação e rede bancária (SILVA, 1985). São essas mudanças que fazem da economia cafeeira o centro da acumulação de capital, pois é com parte da acumulação do capital gerado pelo café que nasce a indústria brasileira.

Não obstante, registros trazidos por Silva (1985) comprovam que, concomitante às transformações na produção e exportação de café, no final do século XIX, já era possível encontrar estabelecimentos industriais no Brasil. Em 1889 são encontradas 636 indústrias com 54 mil operários, a maioria são pequenas empresas com concentração em Minas Gerais e, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Essas fábricas são basicamente de têxteis, chapéu e empresas metalúrgicas que formaram o primeiro surto industrial. Prado Júnior (2008) confirma que os primeiros polos indústrias no país são localizados no Rio de Janeiro, Juiz de Fora e São Paulo quando “[...] entre 1890 e 1895 [foram] fundadas 425 fábricas, [...], isto é, 50% do total investido no começo do período [...] [e dos] “3.258 estabelecimentos industriais [...] empregando 150.841 operários, se distribuem no Rio de Janeiro (33%), em São Paulo (16%) e no Rio Grande do Sul (15%)” (PRADO JR., 2008, p. 260).

Assim, no último quartel do século XIX, apesar de a agricultura ser predominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período para economia brasileira. Nesse caso, distinguir os tipos de produção traria

prosperidade para o capital e, as diferenças entre artesanato, manufatura, fábrica bem como o direcionamento dos/as trabalhadores/as aptos a cada serviço eram indispensáveis para consolidação do sistema fabril. Em geral, conclui-se que as condições impostas pela nova organização econômica traziam características que, embora teoricamente antagônicas, passam a conviver e determinar o padrão de exploração capitalista (SILVA, 1985).

Deste modo, a economia brasileira tinha no café o centro da produção agrária e, com a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre passa-se também o lucro do café para a indústria e o poder político aos cafeicultores (GIANNOTTI, 2007). Esse fato demarca o contexto em que o monopólio do poder, o controle do Estado e o domínio político passaram a ser exercidos pelos grandes proprietários industriais (FERNANDES, 2006). É na fábrica que o antagonismo entre o capital e o trabalho torna-se realidade mais evidente. É esse processo de transferência do poder econômico para os grandes empresários do café que faz emergir a burguesia industrial e, com esta, o seu oposto: a classe operária.

Entendendo-se por classe operária o/a trabalhador/a industrial, aqui posso dizer que essa foi formada basicamente por imigrantes europeus, pois, conforme sinaliza Silva (1985), nenhum lugar do país a imigração foi tão intensa como em São Paulo, polo que representava 85% das empresas brasileira. A premissa da concentração de imigrantes na cidade de São Paulo pode ser entendida pelas análises de Hasenbalg (2005) ao destacar que: em 1890, 83,3% dos/as estrangeiros/as que chegaram ao país estavam na região sul e sudeste, e apenas 16,7% divididos nas demais regiões. Trinta anos depois, em 1920, o sul e sudeste abrigavam 87,1% dos/as europeus, e as outras regiões 12,9%. Não obstante, a burguesia industrial brasileira tem, também, em sua composição os/as imigrantes enriquecidos/as (SILVA, 1985).

O Estado desempenhou um papel indispensável na formação da estrutura de poder que conformou as classes sociais (burguesia/proletariado). Paralelo ao crescimento industrial, o poder estatal tinha a tarefa de articular os processos sociais, políticos e econômicos, entendendo-os como dimensões fundamentais ao funcionamento do sistema capitalista. Nesse sentido, é importante reconhecer que “[...] o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação, à valorização do capital” (NETTO, 2011b, p.

26). Nesse caso, tendo em vista as suas finalidades, a ele caberia responder a “questão social” entendida e determinada pelas relações de exploração do trabalho pelo capital.

Sabe-se que o reconhecimento das condições concretas dos/as trabalhadores/as não é uma mera aspiração natural das instâncias políticas. Ela é advinda da pressão do proletariado. No contexto em pauta, conforme afirma Iamamoto e Carvalho (2003), a realidade do proletariado fabril caracterizava-se pela precariedade das condições de trabalho e de vida: viviam em bairros insalubres, casas infectadas, sem água e esgoto. Nos espaços que acomodavam as empresas não existiam condições mínimas de higiene e segurança. As jornadas de trabalho eram de até 16 horas diárias. Era comum a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças. Além dos salários baixos, a forma para castigo e punição dos/as trabalhadores/as eram mais reduções salariais, já que até então, não havia qualquer espécie de proteção legal.

É a partir dessa situação que os/as trabalhadores/as formais veem necessidade de sua organização em defesa das condições mínimas de sobrevivência. Pode-se considerar que foi essa passagem de status de simples trabalhadores/as para agentes políticos que demarca a inserção do/a proletariado/a no cenário político brasileiro. As primeiras organizações dos trabalhadores foram: A Sociedade de Socorro e Ajuda Mútua, desenvolvidas por componentes de categorias profissionais e representação de imigrantes europeus; A Liga Operária, que aglutinava operários/as de vários seguimentos; e a União Operária, que se organizava por ramo de atividade. Foram dessas organizações que surgiram os primeiros Sindicatos e as Sociedades de Resistência. Com o Decreto-Lei nº 1637, em 1905, foi permitido a formação de sindicatos no Brasil sem a permissão da intervenção Estatal. (DIAS, 1977.) No entanto, a expressão do processo de organização política só passa ser notada em 1917, quando ocorre a primeira greve dos/as trabalhadores/as. Essa se tornou um marco na história da organização operária:

Greve Geral de 1917 é o nome pela qual ficou conhecida a paralisação geral da indústria e do comércio do Brasil, em Julho de 1917, como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcos - sindicalista aliada à imprensa libertária. Esta mobilização operária foi uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil (DIAS, 1977, p.10).

As principais reivindicações desses/as trabalhadores/as objetivavam conquistar jornada de 8 horas diárias, salário mínimo, férias, regulamentação do trabalho das mulheres e dos/as menores, aposentadoria, indenização por acidente de trabalho e descanso remunerado (DIAS, 1977). É fato, essa greve expressa um momento inesquecível na história do operariado brasileiro, sobretudo, pela sua conformação dentro de uma visão política. Foi uma ocasião que efetivamente conformou a classe operária a partir de uma perspectiva política do trabalho. Isso porque a organização dos/as trabalhadores/as passou a ser a única forma ativa de participação da classe trabalhadora na sociedade. Portanto, é dessa realidade que as lutas reivindicatórias se evidenciaram em uma nítida luta de classes, mesmo com o Estado não a reconhecendo como tal.

Inicialmente a atuação do Estado estava ligada apenas a consolidação dos direitos civis e políticos. As formas pontuais de intervenção naturalizavam a miséria e exploração do/a trabalhador/a. Por isso, a presença do Estado frente à “questão social” é requisitada somente pela organização e luta da classe operária. Nesse caso, as primeiras conquistas trabalhistas são classificadas como organização dos ambientes de trabalho que tem como objetivo também manter e aumentar a escala da produção de mercadorias. Nos anos de 1891, 1911 e 1917 decretos são implantados para regulamentar as condições sanitárias das empresas, dos trabalhos de mulheres e menores. E só a partir de 1919 o fortalecimento do movimento operário passa a gerar legislações sociais referentes aos acidentes de trabalho (DIAS, 1977). Assim, mesmo com o Estado negando reconhecer a “questão social”, suas obrigações econômicas exigem uma intervenção que alcance níveis mais elevados de controle diante dos conflitos tão perceptíveis (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Somente com as evidências dos aspectos políticos da “questão social” o Estado não teria mais como recusar a dar resposta às reivindicações do proletariado.

Todas as manifestações passam a ser consideradas uma ofensa a moral e aos costumes, e por isso, estabelecer um pacto é uma questão de ordem para manutenção da paz social e, obviamente, para administrar as possíveis interferências na produção. Nesse contexto,

[...] O Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aquelas da classe capitalista

[...], dentro de um “pacto de dominação (IAMAMOTO E CARVALHO, 2003, p. 81; 83).

Assim, é nítido que são as ameaças exercidas pelos/as trabalhadores/as industriais que marcaram o reconhecimento da “questão social” no Brasil, entendida como

[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 77).

Portanto, a criação de políticas sociais e de instituições assistenciais como estratégia para contenção dos conflitos de classe é parte dos desdobramentos da ação do Estado ao responder a “questão social”.

O Estado tomou a dianteira no comando da política econômica e social, alicerçando a ampliação e consolidação das bases industriais no país. Vargas assumiu luta em prol do declínio do poder oligárquico e da construção das bases para o surgimento de um poder burguês industrial (FORTI, 2013, p. 97).

O primeiro reconhecimento legal das políticas sociais está vinculado ao trabalho formal que possibilita aos trabalhadores/as benefícios previdenciários ligados à concepção de seguro social. Assim, a Lei Eloy Chaves, criada em 1923, demarca o início das políticas sociais brasileiras e sua característica principal condiz à proteção social destinada aos trabalhadores/as contribuintes da previdência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). A partir da referida Lei foi constituído a obrigatoriedade na criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão/CAPS para categorias específicas de trabalhadores/as, em especial, aquelas que tinham ligação direta com a circulação e produção de mercadorias. Assim, dentro do “pacto de dominação”,

Ao mesmo tempo em que desenvolve o controle das demandas populares[,] [i]nstitui ações normativas e assistenciais como mecanismo de esvaziamento e de controle do potencial de mobilização dos trabalhadores urbanos, servindo, igualmente, para rebaixamento dos níveis salariais. Surgem, para isso, as grandes instituições assistências e previdenciários que, articulam com os setores dominantes, procuram responder às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a constituir mecanismos de apoio à

aceleração do processo de desenvolvimento capitalista no país (SILVA, 2007, p. 24).

No período de Governo Provisório (1930-1934), Getúlio Vargas cria instituições numa conjuntura corporativista do Estado para fortalecimento da indústria, como fonte principal para o crescimento econômico no país. Assim é que o Estado regulador de Vargas conquista hegemonia para governar, criando, acima de tudo, alianças políticas com a burguesia industrial e com os empresários de ramos variados que fortaleceram a economia nacional. Por isso, em 1930, Vargas propôs a reestruturação das CAPs, substituindo por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que eram autarquias de nível nacional centralizadas no Governo Federal cuja filiação se dava por categorias profissionais. As transformações tinham como objetivo facilitar o controle do acesso dos/as segurados/as aos benefícios disponibilizados pelo seguro social (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Desde então foram criadas no ano de 1933, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos/ IAPM; Em 1934 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários/ IAPC; Em 1934 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários/IAPB; Em 1936 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários/IAPI; Em 1938 o Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado/ IPASE; e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas/IAPETEC; em 1939 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores; Em 1945 o Decreto nº 7.526, de 7 de maio que dispôs sobre a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil/ISS; e o Decreto-Lei nº 7.720, de 9 de julho que incorporou ao Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas o da Estiva e passou a se chamar Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas/IAPETC.

É fato, a criação de instituições, bens, serviços e outros, estão associadas à intervenção estatal na “questão social”. Nesse caso, é necessário um profissional que atue administrando e implementando tais serviços/auxílios. Por isso, a chamada para profissionalização do Serviço Social, também, advém da criação dessas instituições, bens e serviços criados pelo Estado como estratégias de contenção e controle da classe operária. Nesse sentido, para entender

O sentido histórico do Serviço Social torna-se necessário analisar, face ao ‘problema social’ e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações

dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial (IAMAMOTO; CARVALHAO, 2003, p. 127).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2003) é da dimensão do controle sob o “problema social” que se analisa a inserção do Serviço Social como “auxiliar e subsidiário” à reprodução e controle da ideologia dominante e conservadora. Se o Serviço Social é também fruto da estratégia estatal para dar respostas a “questão social” e suas expressões, ele surge como “um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder [...], instrumento [a ser] modifica [do] [...] em função das características [...] da luta [...] e/ou das [...] sequelas [...] do aprofundamento do capitalismo” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2003, p. 19). Aqui, os/as assistentes sociais assumem a função ajustadora da moral, dos costumes e, sobretudo, viabilizador de direitos sociais. Esses direitos são viabilizados através das políticas sociais como forma de devolução do valor criado pelos/as trabalhadores/as, mas apropriados pelos capitalistas e suas instituições (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Nessa lógica, o tratamento dado à “questão social” a partir da década de 1930 aproxima a classe trabalhadora às políticas sociais de origem teoricamente estatal, porém com alianças empresariais fundamentais na garantia de benefícios sociais. Por isso, concomitante ao surgimento do sistema de previdência social, outras medidas são criadas pelo Estado como estratégia essencial no controle dos/as trabalhadores/as. Esses mecanismos tornaram-se campos férteis à ampliação da profissionalização do Serviço Social. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social/CNSS, órgão ligado ao Ministério de Educação e Saúde. As principais atribuições eram organizar o Plano Nacional de Serviço Social; sugerir políticas sociais; realizar inquéritos e pesquisas a respeito dos desajustes sociais; englobando os setores públicos e privados. Este órgão foi considerado um “marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 250). Não chegando a exercer plenamente as suas funções, o CNSS se enquadrou mais como distribuidor de verbas e subvenções, beneficiando o clientelismo político. Mesmo com a sua reorganização, “[...] o CNSS não chega a se constituir em mecanismo

assistencial com influência real sobre o desenvolvimento do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 250).

Essa função só é desempenhada com a criação da Legião Brasileira de Assistência/LBA, em 1942, que serviria como órgão de auxílio junto ao Estado, para zelar e realizar os Serviços de Assistência Social. A LBA é organizada como engajamento do Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo é dar assistência “às famílias dos convocados” à guerra, logo depois, essa, passa a atuar em quase todas as áreas de assistência social. Nesse sentido, foi considerada uma base para reorganização da assistência privada e para o desenvolvimento do Serviço Social. Além disso, constituiu-se como apoio às escolas de Serviço Social que estariam em convênios com os movimentos da Ação Social Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Em 1946, foram instituídas duas instituições importantes na institucionalização e consolidação do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). A primeira é Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI. O SENAI é umas das primeiras instituições a aderirem o Serviço social, não enquanto serviços assistenciais materializados, mas como “[...] processos postos em prática, para a obtenção de fins determinados, empregando as práticas e as técnicas de Caso e de Grupo” (IAMAMOTO; CARVALHAO, 2003, p. 253). Nessa instituição é possível perceber dois elementos principais como papel do Serviço Social: A ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados. O objetivo era a adequação da força de trabalho às necessidades do sistema industrial, a partir do atendimento ao mercado de trabalho, bem como a existência de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente ao desenvolvimento capitalista. Nesse caso, o/a assistente social, além de tornar-se assalariado, produzia serviços objetivando a produtividade no trabalho. Mesmo porque, iria compor o quadro de profissionais transmissores das técnicas sociais manipuladoras a partir da perspectiva educacionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Outra criação foi o Serviço Social da Indústria/ Sesi. Sua principal atribuição era a de estudar, planejar e executar procedimentos que contribuíssem para o bem-estar do trabalhador na indústria. O surgimento do Sesi tem a ver com o posicionamento do empresariado frente à “questão social”, consequência do aprofundamento das desigualdades sociais no pós-guerra. O apoio do empresariado

à política de controle social tem algumas contestações: ele questiona o financiamento e deseja que o Estado custeie integralmente o ônus. Contudo, para o funcionamento do SESI, o empresariado fica legalmente obrigado a uma contribuição mensal com a 2% da folha de pagamento, sendo que haveria uma compulsoriedade dessa contribuição, e o Estado passaria a recolher e fiscalizar os subsídios. Vale destacar que o SESI é a primeira instituição a prestar serviços assistenciais e desenvolvimento das relações industriais, tudo tendo na gestão o empresariado. Aqui, fica nítida a prática do/a assistente social vinculada profundamente ao confronto direto entre o capital e o trabalho. Os mecanismos de controle social e político compõem formas de enfrentamento às organizações da classe operária. Ou seja, a prática do/a assistente social pode ser vista como um instrumento político e de repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Paralela a essas instituições ligadas diretamente ao trabalho, em 1947 surge a Fundação Leão XIII. A aproximação do Estado com a Igreja Católica tinha o objetivo de coordenar os serviços assistenciais prestados à população. Em verdade, suas intervenções buscavam melhorar a situação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, através do trabalho realizado pelos Centros de Ações Sociais. As atividades eram direcionadas a garantir melhorias nas condições materiais e objetivas das populações que vivenciavam as diversas situações de vulnerabilidades determinadas pela e pobreza extrema. Tal criação tem estímulo na necessidade de resposta efetiva para superação da precarização de vida, mas também como um mecanismo de recuperação do poder do Estado, por meio de sua intervenção político e social (SARMENTO, 2000). Nesse espaço, o Serviço Social tem por responsabilidade as ações que não tinham ligação direta com a área médica: Serviço Social de Casos Individuais; Auxílios; Recreação e Jogos; Educação Popular.

Outra modalidade que se tornaria encargo dos/as assistentes sociais foi o Serviço Social de Grupo, sendo aplicado com ajuda dos Centros de Ação Social/CAS e Associações de Moradores. A educação popular era a técnica principal a ser desempenhada. Essa contribuiria para transformação da moral das famílias que viviam em favelas, pois, além de atribuir ao tempo livre do proletariado as ações disciplinadoras e ajustadoras, incentivava o trabalho como forma de dignificar o homem. Assim, o Serviço Social da Fundação Leão XIII tinha como atividade organizar a massa marginalizada, a qual era considerada como grupo de indivíduos

com comportamento desviante e como anomalia à ordem burguesa (FALEIROS, 2002).

Portanto, é possível perceber que esses aparelhos que prestavam serviços às comunidades e as famílias dos/as trabalhadores/as se tornaram responsáveis pela aproximação direta entre o Governo e Igreja. Uma relação que, embora seja contraditória pela mistura ideológica entre política e religião, foi responsável pela expansão das instituições assistenciais e educativas e, sobretudo, de profissionalização do Serviço Social. Assim, é um equívoco não considerar a consolidação da profissão a partir das relações e ações concretas entre instituições ideopolíticas. Um dos caminhos fundamentais para o fortalecimento da profissão é justamente a filiação entre equipamentos estatais com serviços prestados pelas entidades religiosas. Além disso, essas alianças tornam-se essenciais para identificação de demandas e ampliação dos espaços de trabalho para os/as assistentes sociais.

Dessa forma, a tônica das ações desenvolvidas é dada pelo conteúdo preventivista, educativo repressivo e ajustadores propostos pelo Governo Vargas e pela Igreja Católica, isso através de métodos positivistas, influenciados pelas ideologias europeias e, sobretudo, pelas Encíclicas Rerum Novarum – Papa Leão XIII - 15 de maio de 1891 e Quadragesimo Anno – Papa Pio XI – 15 de maio de 1931 (FALEIROS, 2002). E isso principalmente porque as Encíclicas ao direcionar as ações junto à pobreza e inquietações do proletariado, reconhecem a desigualdade social, apoiam a organização dos trabalhadores em sindicatos e defendem a propriedade privada com base na lei divina. Além disso, propõe a humanização dos capitalistas através de uma ideologia de conciliação de classes com ações evangelizadoras e/ou inclusões em programas específicos para contribuir diretamente na Ação Social (CASTRO, 1993).

Tal realidade direciona o Serviço Social à conciliação entre as bases de filosofia cristã com as políticas de progressão capitalista do Governo de Getúlio Vargas. Nesses termos, a Quadragesimo Anno enfatiza a importância do trabalho dos intelectuais e profissionais na elaboração e divulgação da doutrina social da Igreja através das ações e políticas sugeridas pelo Estado, porém com sabedoria para reconfigurar a luta de classes dada a sua predisposição na ordem da sociedade e no agravamento da “questão social”. Assim, as relações das instituições religiosas e estatais condicionam a formação profissional dos/as primeiros/as assistentes

sociais às perspectivas fundamentadas e impostas pela crença divina. Consequentemente, “[...] o trabalho social consistia no reforço da moralidade e a submissão da classe subalternizada”. Era, portanto, “[...] o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2002, p. 88). Ou, em outras palavras, a “questão social” vista e tratada como questão moral.

Portanto, a origem das instituições sociais e do Serviço Social está associada às respostas do Estado a “questão social”, explicitada politicamente no contexto brasileiro por uma classe operária vinculada ao trabalho formal. Por isso, **a origem e consolidação da profissão se vinculam diretamente às funções que lhes foram atribuídas pelo capital industrial, com vistas ao enfretamento das sequelas da exploração que são aprofundadas pelo capitalismo, mas muitas vezes entendidas como desordem e imoralidade do/as trabalhadores/as. Essas determinações se põem, juntamente com a invisibilização pelo Estado e moralização pela Igreja, com realidade concreta dos/as trabalhador/as brasileiro/a que estavam na informalidade e/ou subproletarização. E, por esse motivo, distantes da resposta do Estado à “questão social”, mas próximo das ações ajustadoras que ação social da igreja se predispôs a “[...] cuidar ao lado daqueles operários das escalas mais vulneráveis da produção” (FALEIROS, 2002, p. 13 grifo meu).**

1. 2. “Questão Social” e resposta do Estado

Os primeiros sinais da “questão social” no Brasil estão associados à “nova qualidade” que ela assume derivada “[...] do crescimento numérico do proletariado, da solidificação [da] solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e [...] possibilidade objetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 129). A sua determinação está na contradição entre capital e trabalho, como condição necessária do modo de produção capitalista, e, portanto, na produção social e na apropriação privada da riqueza.

Nesse sentido, as respostas do Estado a essa “questão social” sempre estiveram em vista à reprodução do capital e o controle da classe trabalhadora, mesmo porque o Estado “[...] atuará como o cioso guardião das condições externas

da produção capitalista [...]” (NETTO, 2011b, p. 24-25). Segundo Mészáros (2011), o Estado expressa uma estrutura totalizante do sistema e atua como unidade para o comando político do capital. Ou seja, “[...] a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). A relação entre o Estado e o capital é tênue, talvez seja uma conexão que se coloca pela necessidade de intervenções políticas no sistema econômico, porém regulada e limitada aos interesses da burguesia. Nesses termos, a ação estatal na perspectiva do atendimento imposto pelo capitalismo monopolista é às vezes totalizadoras e outras corretivas. Ao intervir corretivamente o Estado age de “[...] acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transacionais gigantescas e monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 108).

Desse modo, o Estado atende tanto as demandas dos super-capitais como também das pequenas formações capitalistas que buscam a ascensão. Assim sendo, a intervenção estatal perpassa pelo controle direto na produção, pois, ao administrar as relações, o poder estatal automaticamente fortalece o sistema do capital e sua função é redimensionada para conquistar o domínio econômico e político. Ao assegurar os objetivos econômicos, garantindo o superlucro e o poder, as funções estatais atingem modalidades que se dividem entre os papéis políticos e econômicos, no entanto, ao mesmo tempo essas atribuições tornam-se complementares e indissociáveis (MÉSZÁROS, 2011). Em outras palavras, a articulação das funções econômica e políticas do Estado geram mecanismo que garantem atender às necessidades do projeto burguês. Obviamente, tais estratégias e características na dualidade funcionais não se dão de forma isolada, sem alianças e/ou acordos. O Estado ao possibilitar legitimidade a outras instâncias sociopolíticas transfere a capacidade para a própria burguesia monopólica contribuir na organização e consolidação de pactos políticos/econômicos.

Nesse sentido, as atividades políticas podem ser muitas vezes confundidas com os objetivos econômicos. As funções políticas do Estado no capitalismo não se separam das atribuições econômicas, principalmente porque a origem do Estado de Bem-Estar Social está intrinsecamente relacionada à criação de políticas sociais e, essa é uma estratégia para atender às distintas demandas: de um lado, demandas advindas dos privilégios da propriedade privada, do outro, a luta contra

prerrogativas, ganhos e apropriação de riquezas confiscadas com a exploração e acumulação do capital (NETTO, 2011b). Essa dualidade contribui para evidenciar a “questão social” e, ao mesmo tempo, mantê-la sobre “domínio”. Aqui não se pode perder de vista que as estratégias estatais, com atribuições diretas e indiretas, objetivam organizar a economia e controlar os “[...] ciclos de crise no capital dos monopólios” (NETTO, 2011b, p. 26).

[...] o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupa e excedente, mas é compelido (e faz mediante aos sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e sua disponibilidade para ocupação sazonal [...] (NETTO, 2011b, p. 27).

Conforme sinaliza Faleiros (2000), a intervenção estatal na “questão social” vincula-se a atender minimamente às exigências da classe trabalhadora, uma vez que a insatisfação do/as proletariado/a reflete na dinâmica de produção. Assim, as ações do Estado são explicadas pela necessidade de criar instrumento que transpareça a ideia de igualdade social e bem-estar para controlar a produção. Esse mecanismo acabou reduzindo apenas ao acolhimento das demandas sociais dos/as trabalhadores/as do emprego formal através da proteção social com criação de seguros (BOSCHETTI, 2006). Assim, o compromisso político com o Estado de Bem estar, idealizado pelo poder estatal, dar-se-á diretamente aliado as suas responsabilidades econômicas. É neste sentido que Santos (1987) chama a atenção para o papel do Estado interventor na reestruturação dos problemas econômicos gerados pelo desenvolvimento industrial em terras brasileiras.

No Brasil, teoricamente, o governo passa do domínio da acumulação, própria do período *laissez-fairianos*, para as características firmadas na ideia de equidade, o que admitiria provocar o conceito de “cidadania regulada”. Por cidadania “[...] entende-se [...] o conceito [...] cujas raízes encontram-se não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1987, p. 68). Ou seja, a cidadania que acabará de se desenvolver nos países cujo modo de produção capitalista já era predominante, traz nitidamente a conformação da cidadania pela concepção regulada, já que o acesso aos direitos sociais é reconhecido através do ingresso à ocupação formal no trabalho.

A extensão da cidadania e reconhecimento de membro de uma comunidade profissional está, portanto, diretamente condicionado à regulamentação das profissões e a criação dos sistemas previdenciários, já que “[...] os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal” (SANTOS, 1987, p. 69). Estas sumárias indicações apontam o desenvolvimento da cidadania no Brasil, a partir da década de 1930, relacionado à ocupação e aquilo que o Estado reconhece como cidadão. Portanto,

A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal, assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (SANTOS, 1987, p. 68).

Ao regular as ocupações, o Estado também define os/as potenciais cidadãos/ãs e, automaticamente, regula a produção, a economia e, sobretudo, a vida dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, as características assumidas pelo emprego formal no Brasil são também determinantes dos direitos de cidadania: carteira de trabalho; sindicalização e outros direitos inerentes às conquistas das lutas dos/as trabalhadores/as. Daí porque a regulamentação das profissões é um atributo que separa os/as trabalhadores/as entre regulamentados/as e não regulamentados/as. Em verdade, o Estado, ao **categorizar e distinguir os/as trabalhadores/as entre cidadão e pré-cidadão/ãs, atribui características específicas àqueles trabalhadores/as com possibilidade de explicitar politicamente a “questão social”**. Essa compreensão advém do fato de que o **lugar na esfera produtiva é fator condicionante para serem reconhecidos como sujeitos de direitos**. Logo, o enfrentamento da “questão social” no Brasil vem condicionado a pré-requisitos que criam condicionalidades e formas de exclusão. Ou seja, “[...] a existência de “dois mundos”: aquele dos cidadãos/ãs e aqueles dos “outros” (BOSCHETTI, 2006, p. 95)”.

Nesse sentido, Santos (1987) define que os cidadãos são aqueles/as inscritos/as na formalidade do trabalho, e os “outros” são cidadãos da classe assessoria. Tal distinção se dava pelo acesso ou não aos direitos previdenciários. O sistema de proteção social inicia sua trajetória em comparações desfavoráveis e excludentes, reduzindo as desigualdades sociais às questões concretas do mercado formal. A estrutura e direcionamento dos serviços sociais têm como pilar a condição

da cidadania daqueles/as que participam efetivamente do “[...] produto social por intermédio da concessão do trabalho, já que não dispõem do capital nem da propriedade da terra”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 91). Essa condição de cidadania diz muito dos direitos atribuídos aos pré-cidadãos/ãs cuja força de trabalho é vendida em ocupações não reguladas pelo Estado, ou seja, revela o seu distanciamento dos direitos que são inerentes à cidadania regulada e, conseqüentemente, aos serviços operados pelo Serviço Social. **Estas sumárias indicações delineiam a primeira determinação que se põe como mediação necessária para a apreensão do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social.**

Nesses termos, a criação dos seguros sociais tem cunho centralizador no trabalho, em que o direito social só se efetiva a partir do direito contributivo. A estratégia das

[...] políticas assistenciais, de “promoção social” ou de “bem-estar social”, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora “assistida”, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital. É a integração ao sistema de dominação na sua condição. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era “um problema social” em uma questão sob controle (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 103).

Posto isto, não se pode negar que as políticas sociais brasileiras são “[...] resultado de relações contraditórias determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas” (BOSCHETTI, 2016, p. 25). Constituem-se como conquistas civilizatórias que estabeleceram os sistemas de direitos e deveres que transformaram o padrão de desigualdade entre as classes sociais, modificando e/ou incorporando o acesso aos bens e serviços entre as classes sociais. Mas, sobretudo, institui o papel do Estado no desenvolvimento das forças produtivas, colocando-o enquanto mediador dos conflitos (BOSCHETTI, 2016).

Tais conciliações se efetivam a partir do incremento das políticas sociais públicas. Essas Políticas e a formatação de padrões de proteção social são para Behring e Boschetti (2010, p. 51)

[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Entretanto, concordo com Faleiros (2000) ao analisar as políticas sociais como uma das estratégias de resposta da “questão social” não se deve simplificá-las e nem reduzi-las aos termos das legislações e aos serviços sociais. Ela carrega funções e particularidades que vão além da realidade rígida, pois o movimento das forças sociais que resultaram na política social é indispensável para entender o uso dessa política. A política social não é um instrumento de medidas sociais para o bem-estar abstrato, nem fórmula resolutive de todos os problemas sociais, trata-se de um resultado da correlação de forças na conjuntura da exploração capitalista (FALEIROS, 2000).

Assim, estrategicamente a política social brasileira, como em qualquer outro país, é uma resposta do Estado à “questão social” que apresenta responsabilidade dúbia e camuflada: função que contribui diretamente à reprodução do capital e o controle da classe trabalhadora. Os aspectos políticos que evidenciam a “questão social”, em especial, a organização enquanto classe social e a disposição para as lutas, comprovam que atender às reivindicações dos/as trabalhadores/as é conter minimamente a capacidade da organização política e exterminar a efetiva e/ou potencial ameaça à reprodução do capital (FALEIROS, 2000).

Nesse caso, as políticas sociais apresentam medidas que expressam segurança no trabalho, muitas vezes caracterizadas pelas ações de assistência, controle e repressão, fomentado pelo discurso de bem-estar do/a trabalhador/a. Assim, as principais ações envolvem as garantias contra risco de invalidez, doenças, velhice, demissões e acidente de trabalho. Ou seja, ações construídas e fundamentadas a partir do acesso ao emprego através da estrutura de seguro social, mas, sobretudo, sustentadas pelo pilar contributivo. No Brasil, elas inicialmente são arquitetadas como um sistema de seguros sociais que “[...] assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores [...]” (BOSCHETTI, 2010, p. 02). Por se constituir como ação fragmentada e parcializada, a intervenção estatal nas “[...] sequelas da questão social são recortadas como problemáticas particulares (o

desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 2011b, p.32).

Na verdade, tal fragmentação ao particularizar as problemáticas estabelece prioridade para ações políticas e naturaliza/desconsidera as realidades vivenciadas por trabalhadores/as que teoricamente não ameaçam a reprodução do capital. E, por isso, os desdobramentos e as deliberações da previdência social são colocados como evolução das medidas dos seguros sociais para atribuir à característica da formalidade do emprego como condicionante indispensável ao acesso às garantias e direitos sociais. Particularmente, o emprego industrial motivou a implantação dessas garantias estatais, isso porque a concentração dos/as trabalhadores/as em espaços urbanos tornou-se facilitador do processo de organização sindical e, conseqüentemente, disposição políticas e ameaçadoras à ordem monopólica, demandando assim, ações e benefícios minimizadores dos conflitos e contradições sociais (BRAVERMAN, 1987).

Por essa perspectiva, não se pode negar que o desenvolvimento do trabalho regulado nas indústrias brasileiras trouxe as características da desigualdade e subordinação atualizadas, mas ainda coloca outros aspectos acentuados de desigualdade como elementos estruturadores da nova organização produtiva, a exemplo do racismo. No panorama econômico e político, a industrialização consolida a situação de dependência e subalternidade do Brasil à economia monopolista e imperialista internacional. E a burguesia industrial brasileira estabelece uma relação de submissão e exploração dos operários evidenciando que

a ‘questão social’ está na base dos movimentos da sociedade, e converte-se em impasses do regime político, refletindo as disparidades econômicas, políticas e culturais que envolvem as relações entre o Estado e sociedade no âmbito das relações sociais capitalistas (SILVA, 2007, p.148).

Diante do que até aqui foi exposto, a relação do Estado com a economia e trabalhadores/as no Brasil se dá justamente nas entrelinhas das circunstâncias de incompatibilidade e divergências políticas, o que possibilita emergir situações ameaçadoras à reprodução do capital. E, por isso, de acordo com Boschetti (2006), a ideia de regulação econômica e social para conter os conflitos nas fábricas se desenvolveu sobre dois dilemas coexistência e diferentes: público ou privado/assistência social ou previdência social. Conforme já sinalizado, é evidente que a organização da “proteção social” tinha por finalidade a preservação do “mundo do

trabalho”. A Assistência Social, às vezes associada como benemerência estatal outras como dádiva, estava destinada à preocupação com às

[...] práticas clientelistas, assistemáticas, de caráter focalizado e com traços conservadores, [...] operado por sujeitos institucionais desarticulados, com programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito (COUTO, 2006, p. 107- 108).

Quanto à criação da previdência social (aposentadoria e pensões) é inserida como um instrumento que além de proporcionar recursos ao Estado, através dos fundos que são administrados e investidos pelo próprio Estado, remanejar para sociedade as despesas da exploração vivida pelos trabalhadores na ordem monopólica (NETTO, 2011b). Em verdade, Boschetti (2006) destaca que a criação de direitos sociais pelo meio do seguro social seria uma espécie de compensação pela perda dos direitos políticos. Ou seja, legitimar a manutenção do regime de exploração usando estrategicamente garantias sociais “[...] para obter a aquiescência dos trabalhadores ao projeto econômico e político governamental [...]” (BOSCHETTI, 2006, p. 70).

Tal estratégia no país compara-se com o sistema bismarckiano, pois a incorporação dos direitos vinculados particularmente ao trabalho assalariado expressa teoricamente o compromisso político governamental. Nesse caso, a “era Vargas” com sua perspectiva populista e corporativista introduz a proteção social como mecanismo de integração social a partir da criação da previdência, sob o argumento de proporcionar a segurança dos/as trabalhadores/as regulados/as. Assim, a previdência social brasileira, desde o período de 1932, pode ser vista e tratada dentro do discurso ideológico de

[...] progressiva elevação e dignificação das classes trabalhadoras dentro do regime capitalista. Isso significa, no entanto, elevação e dignificação conseguidas não pela destruição da escala hierárquica social, não pela eliminação das classes superiores, não pelo nivelamento de todas as categorias sociais- como os bolchevistas têm tentado sem sucesso-, mas por uma participação das classes trabalhadoras nas vantagens e frutos que a nossa civilização tem produzido durante um século, assegurando o conforto o bem-estar e a dignidade das classes superiores. O que estamos basicamente tentando fazer é corrigir com justiça as injustiças sociais do regime industrial dentro do qual vivemos desde o fim do século passado (BOSCHETTI, 2006, p. 71).

Behring e Boschetti (2010) deixam nítidas as intenções das primeiras iniciativas de políticas sociais no país. Para elas é uma estratégia para a produção e reprodução do capital, mesmo porque com a paralisia do mercado mundial, em decorrência da crise de 1929, as oligarquias agroexportadoras ficaram extremamente vulneráveis no campo econômico, político e social, e por isso, alguns planos políticos se fizeram necessários para a recuperação dos poderes econômicos. Portanto, condicionar a vida dos/as trabalhadores/as através de ações sociais, não só controla o operariado à reprodução da riqueza, mas também consegue administrar os conflitos no ramo da produção. E ainda, sobretudo, controlam os períodos de crise econômica, criando ferramentas para sua superação.

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir (em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51).

Assim, “[...] no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (Netto, 2011b, p. 25). É durante o período do Governo de Getúlio Vargas que o Estado obteve o “[...] comando da política econômica e social, alicerçando a ampliação e consolidação das bases industriais no país. [...] [ele] assumiu a luta em prol do declínio do poder oligárquico e da construção das bases para o surgimento de um poder burguês industrial” (FORTI, 2013, p. 97).

1.3. Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social

A trajetória analítica aqui desenvolvida na perspectiva de identificação dos determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social passa necessariamente pela mediação da categoria trabalho. Nesse sentido, apontar para a centralidade do trabalho expressa à necessidade de pensá-lo como “[...] condição de existência do homem” (MARX, 1903, p. 9 apud Lukács, 1979, p.16). Por isso, o

caminho para compreensão do debate sobre trabalho realizado pela tradição marxista se faz indispensáveis neste momento.

Os estudos de Lukács e Marx direcionam para um intercâmbio orgânico entre o ser social e a natureza e, nesse processo, é o trabalho que se constitui como categoria fundante dos homens. É nele que conseguimos ontologicamente distanciar a essência do homem às determinações apenas biológicas. Nesses termos, o resultado do trabalho é sempre um processo teleológico, ou seja, é algo “[...] que já estava presente de modo ideal. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ao mesmo tempo realiza, no elemento natural, sua própria finalidade” (MARX, apud LUKÁCS, 1979, p. 16). Dentro dessa perspectiva, a ontologia marxiana do ser social não se confunde recusando “[...] a transposição simplista das leis naturais para a sociedade”. O desenvolvimento das formas de objetividade do ser social “[...] é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza” (LUKÁCS, 1979, p. 17).

Assim, o trabalho é uma condição para existência social, isso porque as relações sociais estão ontologicamente vinculadas às forças produtivas. Marx (1996) destaca que a mudança dos meios de trabalho altera também as relações entre os homens, pois por essa dimensão há uma transformação nas condições sociais em que a produção se processa. Em verdade, o trabalho é o próprio criador do homem, uma vez que potencializa a capacidade produtiva e constrói base para as relações sociais. Portanto, a estrutura social está vinculada diretamente aos modos e meios de produção material, mas, sobretudo, às relações estabelecidas pelo modo produção. Nesse sentido, “[...] os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1996, p. 299).

Pela tradição marxista, o trabalho representa a ação humana, uma vez que a realização de uma atividade é, antes de tudo, concebida na ideia, ou seja, a orientação para ação é ideologicamente concebida antes da sua concretização. O que distingue o trabalho ontológico das atividades desempenhadas por outros tipos de seres é justamente a existência da projeção, em termos ideais, do resultado final. Assim, referindo-se ao trabalho, Marx (1996) sinaliza que

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes

às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1996, p. 297-298).

Em síntese, ao considerar as ideias de Marx (1996), entende-se que não é possível existir o ser social sem o trabalho. O autor revela que a mediação do homem com a natureza é essencial e faz com que o trabalho tenha a função social transformadora da natureza. Portanto, o trabalho, ao se estabelecer como elemento indispensável às relações de produção, constituiu-se enquanto fundamento essencial para consolidar as relações de trabalho nos modos de produção pré-capitalista e capitalista, e, sobretudo, para imprimir o sentido existencial dos homens e mulheres na sociedade. É a partir dessa centralidade ontológica do trabalho que se verifica sua importância na vida dos/as trabalhadores/as como elemento estruturador e fundador da sociedade.

Dito isto, nesta dissertação concordo que o capitalismo é estabelecido sobre a base da exploração do trabalho assalariado, sua esfera de produção tem na mercadoria o essencial para o seu funcionamento. Nesse caso, é a mais-valia, extraída da força de trabalho, o elemento indispensável para o aumento da produção de mercadorias. Isso porque a produção está diretamente ligada não apenas à criação de mercadorias, mas prioritariamente à produção de mais-valia. Assim, a mais-valia vem diretamente da exploração da força de trabalho e ela é o fundamento e a motivação do trabalho abstrato para obtenção do lucro no modo de produção capitalista (LESSA, 2015).

[...] no momento de consolidação do capitalismo industrial, a condição essencial para o crescimento do capital é o crescimento do capital variável, ou seja, aquela parte do capital que adquire valor no processo de produção por meio da capitalização da mais-valia e que servirá para compra de força de trabalho através do pagamento dos salários, assegurando assim a sua reprodução (PIMENTEL, 2007, p. 24).

Deste modo, ontologicamente, o trabalho é central na vida do homem. E por isso, não se pode negar que na sociabilidade do capital é importante vender a força de trabalho para que os/as trabalhadores/as sejam capazes de se reproduzir e ser

reconhecido como sujeito político na sociedade. Evidentemente, essa reprodução e reconhecimento só são possíveis mediante a venda da sua força de trabalho. Nesses termos, a impossibilidade de venda da força de trabalho dos/as negros/as no processo de constituição do capitalismo no Brasil fez com que esses/as trabalhadores/as, em meio aos demais trabalhadores/as, tivessem uma condição diferenciada no âmbito dos processos reconhecimento político implementado pelo Estado.

A problematização das relações de trabalho, constituídas no início do século XX no Brasil, dá conta de que o controle do trabalho esteve articulado com as distinções das “raças” como forma de opressão e submissão (SODRÉ, 1965). Essa determinação não só definiu o lugar do/a negro/a na estrutura de classe, mas, sobretudo, estruturou as relações de trabalho no modo de produção capitalista. É fato, a inserção da população recém-liberta da escravização nas atividades produtivas, ensejadas pelas relações capitalistas, não se processou em pé de igualdade com os demais trabalhadores/as. Segundo Carvalho (2006, p. 116), “[...] os negros foram excluídos tão intensamente do mercado de trabalho que já em 1901, 90% dos operários industriais em São Paulo eram imigrantes”. Nesse sentido, Ianni (1966, p. 81) aponta para o critério da cor/raça como requisito à inserção no mercado de trabalho:

[...] a abolição e a imigração resultaram da instalação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar [...] (IANNI, 1966, p. 81).

Este processo de marginalização do/a negro/a do trabalho assalariado encontra explicação no processo de constituição do capitalismo no país, quando a ideia de incompatibilidade do/a trabalhador/a negro/a com o assalariamento é amplamente disseminada ⁵ (MARTINS, 2012). Evidentemente, essa ideia está diretamente articulada ao racismo que se estruturou nas relações sociais brasileiras, cujo resultado mais evidente pode ser expresso na política de imigração europeia

⁵ Inclusive porque: “todo o conjunto de teorias e leis que vigoraram no Brasil [...] período transitório teve como premissa básica manter as estruturas de poder inalteradas, sustentando a hegemonia branca e eurodescendente nos anos que se seguiram à Abolição e à proclamação da República. Havia o temor de um possível estado de caos que poderia se instalar no país com a presença de toda uma massa de libertos ao mesmo tempo nas ruas e, aliando o discurso científico de inferioridade do negro aos rigores da Lei, buscou-se garantir a manutenção do *status quo* [...]” (JESUS, 2011, p. 165).

com finalidade de substituição da força de trabalho negra e o branqueamento da população. Como consequência, o/a negro/a oriundo/a do trabalho compulsório, sai diretamente da condição de escravo/a para assumir a condição de trabalhador/a à margem do trabalho formal.

Este processo que resulta na formação do “exército dos sem trabalho”, composto fundamentalmente por negros/as, traz implicações fundamentais para as suas condições de vida e de trabalho. Egressos/as do trabalho escravo, na condição de “desocupado/as” e sem acesso à terra, esse contingente da população brasileira passa a buscar as poucas alternativas de subsistir em uma sociedade que lhe coloca à margem do processo produtivo (MARTINS, 2012, p. 111). Inclusive, aqui preciso realizar um pequeno parêntese para um fato que merece ser pautado: a Lei de Terras. Como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi uma iniciativa de organização da propriedade privada no Brasil, em verdade, a referida legislação buscava adaptar-se às exigências do avanço do capitalismo. “[...] A chamada Lei de Terras de 1850, no Brasil é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e índios” e ex-escravizados/as (LINHARES, 1999, p. 61). Os dois aspectos principais da Lei das Terras eram: nenhuma terra mais poderia ser adquirida através do trabalho, apenas poderiam ser garantidas por títulos de compra e, as aquelas que já haviam sido ocupadas seriam submetidas às condições de uso pelo estado que as comercializaria para quem de interesse estatal (LINHARES, 1999). Essas limitações, além de impedir os/as escravizados/as de obter terras através do trabalho, beneficiava o governo que passou a reorganizar os tratados internacionais e facilitar a vinda de colonos para serem contratados no país, e assim marginalizar ainda mais o trabalho dos/as negros/as (SANTOS, 1999).

A política de imigração europeia, implementada com o financiamento estatal, é a mais importante medida no sentido de demonstração do racismo brasileiro no mercado de trabalho. Nesses termos, não se pode negar que a Lei das Terras também determinou profundas implicações na estrutura social e econômica do país. Assim, tanto a imigração quanto as determinações impostas pela Lei das Terras põe à margem do trabalho assalariado os/as negros/as que já saem do trabalho escravo na condição de reserva para atender às necessidades médias do capital agrário, quando assim forem requisitados/as. Essa condição de marginalidade do assalariamento será verificada na cidade de São Paulo quando, até pelo menos

1920, 52% dos/as trabalhadores/as na indústria “[...] continuavam sendo estrangeiros, e, dentre os 48% restantes, a maior parte era filho de imigrantes, indicando a preferência que o meio industrial mantinha pela mão de obra de origem ou ascendência estrangeira” (KOWARICK, 1994, p. 93 apud MARTINS, 2012, p. 90). Mesmo quando se verifica, na década de 1930, a inserção dos/as negros/as associada ao desenvolvimento urbano e à expansão agrícola, Fernandes e Bastide (2008) afirmam que ela se processa relacionada com as atividades mais degradantes e às ocupações rejeitadas pelo/a trabalhador/a branco/a.

O distanciamento do/a negro/a do emprego formalizado e garantidor da cidadania regulada vai se mostrar nas décadas seguintes. Conforme Hasenbalg (2005) a distribuição da população ativa por setor de atividade econômica no país na década de 1940 evidenciam que os/as trabalhadores/as brancos/as na agricultura e extração representavam 65,9%. Somando os que estavam na indústria e no comércio os números chegavam a 34,1 %. Já os não brancos/as na agricultura e extração representavam 77,4%, enquanto na indústria e no comércio somavam 22,6%. As inserções da população não branca nos setores econômicos menos dinâmicos confirmam a concentração dessa população na zona rural. É importante não perder de vista que a década analisada representa o momento de consolidação formal das relações de trabalho no país. Com o Governo de Getúlio Vargas foram efetivadas as transformações políticas que englobaram criação de legislações trabalhistas e reconhecimento das profissões que possibilitaram a inserção em direitos sociais.

A década de 1950 não trouxe mudanças significativas para os/as trabalhadores/as não brancos. Na agricultura e extração, os não brancos/as representavam 68,7%, na indústria 10,6% e no comércio era 20,7%. Já as pessoas brancas, somavam um total de 55,8% na agricultura e exportação, na indústria 14,6% e no comércio 29,6% (HASENBALG, 2005). Apesar da imigração da população do campo para a cidade, é possível entender pelas observações de Martins (2012) a forte presença dos/as trabalhadores/as negros/as no meio rural. O fato de situar-se no “[...] exército e trabalhadores sem trabalho” (MARTINS, 2012, p. 23) encaminhou parte da população negra para o campo, ambiente social cujas legislações trabalhistas não o alcançaram. Nesses termos, as relações de trabalho no campo ficam a cargo das relações coronelistas historicamente impetradas sob o controle e dominação das oligarquias rurais.

Obviamente, considerando os aspectos de dominação tradicional que marcava o sistema oligárquico, tais relações são estabelecidas pelo não assalariamento encoberto sob variadas modalidades de relacionamento com a força de trabalho, inclusive na categoria de trabalhadores autônomo (MARTINS, 2012). A condição de trabalho no meio rural entre as décadas de 1920 a 1950 pode ser analisada pela existência de precarização das relações de produção. Assim, o atraso nas relações capitalistas no campo, somado à desvalorização econômica e social das regiões norte e nordeste, construíram o panorama de pobreza e indigência dos/as trabalhadores/as rurais, em sua maioria, negros/as. Essa é uma realidade que não foi diferente nas grandes cidades e nos centros urbanos.

Embora os dados apresentados por Hasenbalg (2005) não indiquem uma distância mais considerável entre os percentuais dos/as trabalhadores/as brancos/as e não brancos/as na zona urbana e rural e/ou na indústria, agricultura, comércio e exportação, destaco como fundamental as considerações de Ianni (1966) e Fernandes (1978) ⁶. Os autores enfatizam que a preferência pelo/a trabalhador/a imigrante, lança o/ trabalhador/a negro/a à margem do processo produtivo. Essa é a razão pela qual a análise de Martins (2012) vai afirmar que o racismo no mercado de trabalho limitou/impediu os/as trabalhadores/as negros/as de participar das organizações sindicais e da luta política dos/as trabalhadores/as regulados por direitos sociais. Assim, a situação de desemprego e/ou informalidade, desigualdade na remuneração e outras formas de discriminação se tornaram comuns para os/as trabalhadores/as negros/as no período do governo de Getúlio Vargas. Essa posição de marginalização condicionaram todas as relações político, institucional, cultural, social, físico, territorial e, também, psicológica da população negra.

O fato é que a indústria no Brasil sempre representou o setor onde a formalidade nas relações de trabalho foi garantidora das condições mínimas de sobrevivência. Até porque o setor industrial foi historicamente e contraditoriamente o espaço de organização da classe trabalhadora contra a exploração capitalista. E por isso, as lutas implementadas pela classe operária possibilitaram a criação de uma legislação trabalhista e de direitos sociais. A interdição do/a trabalhador/a negro/a no

⁶ o "estrangeiro" aparecia, aí, como a *grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em "ato puramente econômico". Desse ângulo, onde o "imigrante" aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente "negro" ou "mulato", pois entendia-se que ele era o *agente natural* do trabalho. (Fernandes, 1978, p. 27).

trabalho regulado, pelo “[...] racismo [...] manifesto [o] na preferência dos fazendeiros e empresários urbanos pela força de trabalho branca dos imigrantes europeus [,] colocou à margem os/as trabalhadores/as negros/as dos setores de empregos mais dinâmicos” (MARTINS, 2012, p. 120). A resultante desse processo pode ser expressa na anulação da sua participação nas organizações e nos processos políticos que estão vinculados às respostas do Estado à “questão social”.

Nesse sentido, estando o/a trabalhador/a negro/a majoritariamente inserido/a no trabalho do campo e/ou na informalidade, este acabou se distanciando dos processos organizativos e das conquistas sociais advindas a partir das reivindicações das lutas implementadas pelos/as trabalhadores/as do trabalho regulado. **Essa determinação é mediação central dos determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social, sobretudo, porque a formação e atuação profissional se efetiva levando em conta as políticas sociais, entendidas como respostas do Estado às lutas da classe trabalhadora e, portanto, à “questão social”.**

Não se pode negar que “[...] o Serviço Social, sendo um trabalho [...] tem na “questão social” a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção” (GUERRA, 2000, p.18). Ao colocar a análise da “questão social” como elemento indispensável para emergência e consolidação da profissão, é preciso considerar que as configurações assumidas pelas expressões de pobreza são indissociáveis da exploração da relação capital/trabalho. A pobreza só pode ser explicada pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas, produção social de riqueza e sua apropriação privada. Portanto, produção e reprodução da desigualdade social estão organicamente vinculadas à reprodução ampliada da riqueza no modo de produção capitalista. São esses polos constituídos em uma mesma dinâmica – a do capital –, que se revela desde o século XIX, expressando a “[...] nova dinâmica da pobreza que então se generalizava e [...] **a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas**” (NETTO, 2011b, p. 153: Grifo do autor).

Assim, “questão social” pode ser entendida como “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). No Brasil, a “questão social” embora assuma a mesma estrutura revelada pela lei geral da acumulação capitalista – que “[...] opera independentemente de fronteiras políticas e culturais” (NETTO, 2011b, p. 161) –,

seus resultantes contêm as determinações das “[...] marcas da escravidão e do racismo que não deixam de mediar as relações e os processos engendrados pelo [...] “capitalismo tardio” (MARTINS, 2013, p. 14)

As marcas do racismo trouxeram implicações políticas e sociais na conformação da “questão social” brasileira, a qual torna-se impossível de ser compreendida sem a mediação da questão étnico-racial. As relações sociais constituídas e consolidadas no capitalismo brasileiro trazem na sua estrutura o racismo que operou no sentido de marginalização do/a negro/a do processo produtivo. Racismo que imprimiu desigualdades no âmbito das desigualdades engendradas na exploração do trabalho pelo capital. Por isso, as desigualdades socorrias

Se revelam também na divisão social do trabalho, na qual a população afrodescendente ocupa as posições pior remuneradas e de menor status social. Ou seja, o eurocentrismo, que é cultural (simbólico), tem rebatimentos no acesso, posição ocupada e permanência dos negros no mercado de trabalho (dimensão econômica) (MENEZES, 2010, p. 38).

E foi/é o distanciamento dos/as trabalhadores/as negros/as da indústria e/ou do trabalho regulado que excluiu/exclui essa parcela da classe trabalhadora dos princípios regulamentares à conquista de direitos sociais. Na verdade, essa situação é determinada pelos critérios necessário para ser, ou não considerado cidadão/ã, via de regra: é cidadão/ã os/as inseridos na esfera produtiva. O Estado ao criar estratégias que respondam à “questão social”, determina quais trabalhadores/as serão politicamente assistidos/as a partir do trabalho regulado. Até porque, a intervenção estatal objetiva controlar os/as trabalhadores/as à reprodução do capital. Nesse caso, o afastamento dos/as negros/as do mercado regulado implicou na expulsão da maioria desses/as trabalhadores/as da proteção e segurança no trabalho, garantida através da política de seguridade social. Esta situação é revelada por Martins (2012, p. 127) quando, no contexto do pós-1930, observa que

aquele padrão de sociedade salarial incompleto, manifesto na distinção entre assalariamento formal e informal, articulado à cultura racista, no âmbito das relações sociais de produção, consolida um mercado de trabalho “regulado” para brancos e um mercado “sem regulação” para os negros.

Assim, os direitos sociais que vinham sendo implementados através das políticas sociais - como educação, saúde, previdência e outros -, estavam longe de

serem efetivamente conquistados pelos/as negros/as, dado seu distanciamento do trabalho regulado e consequente distanciamento da “cidadania regulada”. Esse quadro é aprofundado pelas desigualdades regionais, quando as regiões, compostas majoritariamente por negros/as, estiveram longe do alcance político das respostas do Estado à “questão social”. Inclusive porque, na abolição, a libertação do/as escravizados/as não realizou distribuições formais de terras. Assim, direcionaram os recém-libertos para regiões distantes do centro do poder político e das novas formas de organizações produtivas. Neste sentido, o Estado pode ter se tornado o principal agente na formação de desigualdade racial e regional no país (CARVALHO, 2006). Essas indicações me faz refletir que as políticas sociais, criadas nos governos entre as décadas de 1920 a 1940, foram idealizadas e consolidadas para responder às expressões da “questão social” existentes nas regiões sul e sudeste por concentrar as grandes indústrias do país.

Diante dessa realidade e, considerando que a origem do Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2014) tem nas transformações sócio-históricas do capitalismo, em sua fase monopolista, os elementos emergenciais para sua entrada no cenário brasileiro, não posso negar o distanciamento da profissão de várias realidades da pobreza que se agravam pelo racismo, aqui entendido como estruturador social. Isso porque o surgimento do Serviço Social está relacionado às respostas estatais à “questão social”, por meio das políticas sociais e, portanto, o seu alcance e campo de visibilidade estão diretamente vinculados às respostas às lutas implementadas no Brasil pela classe operária inserida no trabalho regulado. Além disso, por situar-se profissionalmente no âmbito das respostas do Estado à “questão social”, o Serviço Social historicamente foi, a partir das suas atribuições, requisitado pelas demandas que a classe trabalhadora inserida no trabalho formal e regulado pelo Estado, sem perder de vista as demandas do capital. Essa questão é ponto de partida para a apreensão das determinações de uma questão étnico-racial que se expressa, na realidade brasileira, articulada à “questão social”, embora não seja vista e tratada como tal.

E assim, mesmo com a gradativa consolidação da ordem monopólica e conformação da burguesia, especificamente entre os anos de 1930 até 1964, que cria condições objetivas para o surgimento, institucionalização e desenvolvimento da profissão (SILVA, 2013), as demandas que fugiam do âmbito de contribuição direta à

reprodução do capital continuou sendo vista como uma questão de desajustamento. Já que a institucionalização das demandas sociais, juntamente com as abordagens profissionais do Serviço Social, é considerada como horizonte para enfrentamento das expressões das desigualdades sociais que ameaçavam a ordem monopólica, “[...] o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (NETTO, 2011b, p. 77).

Portanto, o Serviço Social, com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribui para obscurecer para os Assistentes Sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

Nesse processo, o/a assistentes social surgirá/permanecerá como uma categoria de assalariado/a apto para atender o/a segurado/a num mecanismo de execução das políticas sociais. “[...] Serão reclamados funções e programas a partir da educação social; [...] seleção econômica- social [...]; distribuição de auxílio [...]; casos de fiscalização ou conflito” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 302-303), a maioria dos serviços ligados à efetividade do seguro social. O seguro social é orientado para a absorção de conflitos de classes, essencial ao plano econômico, por isso, os projetos que englobam os aspectos políticos e ideológicos abrem o campo à reeducação sistemática para formação social com base na orientação e apoio moral (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

As primeiras tentativas de instrução formal à classe operária estão diretamente na admissão de assistentes sociais pelo Estado, o qual busca sistematizar e reorganizar as legislações de enquadramento e controle do proletariado. O Serviço Social se estabelece como instrumento de exposição e conscientização sobre os direitos dos/as trabalhadores/as. Os serviços, os benefícios da instituição e forma de ingresso a ela. Assim, a profissão vai utilizar em seu cotidiano a ação ideológica dos aconselhamentos, situando-se entre as demandas institucionais vinculadas à capacidade em resolver as problemáticas dos

indivíduos para emergir o sentimento de integração social, proposta pelo governo populista (FALEIROS, 2002).

As estratégias e técnicas do Serviço Social, sendo desenvolvidas nos espaços institucionalizados, carregavam características de um trabalho coordenado e metódico (ORTIZ, 2007). A atividade cotidiana com os indivíduos dava-se através de plantões para orientação e execução de ações necessárias ao recebimento dos benefícios. O processo de educação estabelecia os direitos e deveres dos/as trabalhadores/as em relação ao seguro social, além das propostas de readaptação dos/as trabalhadores/as enfermos e acidentados e até terapia ocupacional. Dessa forma, a atenção dispensada pelos/as assistentes sociais, na maioria das vezes, tinha por objetivo fornecer os mecanismos necessários à continuidade no trabalho. Quando os benefícios requeridos não fossem possíveis para concessão, era papel dos programas de educação sistematizada dar orientação para reintegração ou continuidade na produção (IAMAMTO; CARVALHO, 2003).

Portanto, as funções dos/as assistentes sociais estão diretamente vinculadas aos programas de negociação e adaptação funcional daquilo que é colocado à disposição do/a trabalhador/a formal. Nessa perspectiva, todas as demandas postas pela sociedade que estiveram fora do enquadramento do que foi pautado pelas necessidades do capital, também ficaram fora do atendimento dos programas sociais e do campo de atuação do Serviço Social. Assim, as questões atinentes aos/a trabalhadores/as situados/as na informalidade e/ou subproletarização não se constituíram em preocupação ou foco de atuação principal dos/as profissionais, uma vez que, a condição de informalidade e de distanciamento das organizações sindicais, instituídas para exigir do Estado resposta à “questão social”, determinaram o afastamento desse/as trabalhadores/as do acesso aos direitos, diante da lógica contributiva da seguridade social.

Por ser os/as trabalhadores/as negros/as excluídos do acesso aos direitos conquistados e geridos pela lógica da seguridade social, estiveram também distantes do campo de atividade e olhar do Serviço Social. Assim, por está fora do que estabelece a cidadania regulada, a questão étnico-racial, mesmo quando explicitadas no cenário político nacional, foi vista e tratada no âmbito do exclusivo caso de polícia. Esta compreensão permite perceber que as dimensões envolvendo a resposta do Estado à “questão social” estão centradas na importância que o trabalho tem dentro da sociabilidade do capital (NETTO, 2011b).

Posto isso, cabe finalmente constatar: o reconhecimento da “questão social” explicitada pelas lutas do/a trabalhador/a formal está extremamente associado à lógica contributiva do regime de trabalho brasileiro. Esta determinação é importante para apreensão da determinação do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. Martins (2014, p. 127) ajuda a compreender essa questão quando toma como referência a análise de Boschetti (2006) acerca da seguridade social e trabalho para pensar a condição do/a trabalhador/a negro/a na sociedade brasileira:

Por serem as relações salariais a referência a partir da qual “a intervenção estatal na questão social se organizou”, a condição não assalariada apresenta determinações de peso. No Brasil, onde o trabalho assalariado “não se transformou em fator de integração nacional e onde as atividades precárias e informais proliferam, os direitos restritos às atividades salariais são [...] fonte de desigualdade, de exclusão social e de privilégios corporativos” (BOSCHETTI, 2006, p. 88). Nesse sentido, os não incluídos no mercado formal de trabalho, com carteira assinada, ficam à margem dos direitos sociais. Por serem, preponderantemente, os (as) trabalhadores(as) negros(as) os(as) não inseridos(as) em uma profissão regulamentada pelo Estado, a sua condição como trabalhador(a) se resume a uma condição de não cidadão(ã) em meio aos(as) cidadãos(ãs) inseridos(as) no processo produtivo formalizado e com o reconhecimento estatal, conforme os termos da definição de “cidadania regulada” (SANTOS, 1987, p. 68).

É nesse distanciamento do acesso dos/as trabalhadores negros/as aos direitos sociais, pela lógica contributiva do regime de trabalho brasileiro que se encontra a primeira determinação fundamental do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. Assim, o afastamento dos trabalhadores/as negros/as desses direitos os distanciou do campo de visão e de atuação profissional. Essa constatação, no período que demarca a emergência à reconceituação da profissão, se constitui em determinação fundante para compreender que o silenciamento foi construído por dentro das relações sociais de produção no Brasil. Sem trabalho regulado e sem direitos, o/a trabalhador/a negro/a viverá na sociedade brasileira como um “não-cidadão/ã” e, por isso, sem acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Esses trabalhadores viverão entre o caso de polícia e o paternalismo que alimentaram as relações de dominação burguesa no país. Relações estruturadas por um racismo que embora vivo e atuante camuflou-se no discurso do mito de democracia racial.

Cabe sinalizar: **essa determinação que envolve o trabalho e as relações sociorraciais, foi decisiva para o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. Obviamente, outros elementos se cruzam na conformação das determinações silenciadoras da questão étnico-racial, entre elas o conservadorismo presente na perspectiva teórico-metodológica da profissionalização do Serviço Social da origem até a reconceituação.** Assim, pode identifica-se nas primeiras escolas de formação profissional uma base confessional que, em busca da paz social, pode ter reduzido às condições de vida da população negra à naturalização e moralização da pobreza. Mesmo porque as primeiras iniciativas da organização profissional vinculam-se à ideia de missão, vocação para fazer o bem.

Em verdade, a competência técnica que se iniciava tinha base nos princípios filosóficos e morais doutrinários da igreja católica. Nesse caso, os primeiros suportes teórico-metodológicos dispensáveis para qualificação técnica do/a assistente social, em sua prática inicial, foram construídos por dentro de uma matriz positivista, imediatista e funcionalista do ser social. O objetivo maior não era contribuir para sociedade mais equânime, e sim, para conservação e preservação da ordem e moral estabelecida. Evidentemente, uma ordem fundamentada no racismo, mesmo porque é possível perceber que processos de luta da população negra no pós-abolição, apesar de ganhar outros contornos que vão das revoltas ao movimento negro organizado, não foi reconhecida pelo Estado como organização política a ponto de estabelecer medidas de proteção social que saíssem da via do ajustamento.

Ao considerar esses e outros aspectos, pode-se afirmar que as determinações aqui identificadas estão associadas, também, à profissionalização conservadora do Serviço Social, com alicerce da Igreja Católica que moraliza a formação profissional. Tal realidade contribui no direcionamento da profissão para desenvolver-se, da origem até a Reconceituação, distante dos segmentos da classe trabalhadora que viviam na informalidade e/ou subproletarização. **Assim, arrisco-me a considerar que esses/as trabalhadores/as apenas conseguiu constitui-se como “objeto” de ações do/a assistente social que atuava nos programas assistencialistas e reajustadores da moral pela via religiosa nas favelas brasileiras, local em que historicamente residia/reside a maioria da população negra.** E, por isso, o agravamento da pobreza a partir da condição étnico-racial

jamais foi considerado pelo/as profissionais do Serviço Social como uma consequência do racismo, expresso desde o período da escravização.

Assim, as principais determinações que contribuíram para silenciar e/ou continuar silenciando a questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro no processo de renovação serão tratadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: avanços e limites

A renovação do Serviço Social no Brasil é entendida como um processo de amadurecimento profissional, mas, sobretudo, de recusa às características inerentes à chamada herança conservadora da profissão. De acordo com Ortiz (2007, p 24) “[...] faz parte a construção de uma auto-imagem profissional de corte diferenciado, renovada: não mais vinculada à “ajuda”, ou à “moça boazinha”, mas diretamente marcada pela defesa dos direitos sociais”. Por isso, Junqueira (1980) destaca que a renovação do Serviço Social no país pode ser demarcada em períodos que se iniciam antes, durante e depois do Movimento Latino Americano de Reconceituação. Uma constatação que é permitida quando se compreende que o movimento é datado entre os anos de 1965 a 1975, mas na sociedade brasileira a conjuntura e a dinâmica sócio-política exigiu revisões e renovações anterior e posterior à organização internacional de reestruturação profissional.

No entanto, os caminhos que levam as transformações mais perceptíveis no Serviço Social no Brasil foram construídos inicialmente a partir de bases críticas por meio do Método Belo Horizonte, em 1972 a 1975. A concretude da proposta revolucionária aconteceu a partir de 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/ CBAS. Logo, é preciso reconhecer que esse avanço só foi possível pela inserção de novos conhecimentos de teorias sociais e humanas baseadas na concepção da totalidade da vida social, ou seja, a aproximação com teoria e método fundamentados na tradição marxista. Assim, o acolhimento dos parâmetros científicos críticos pelas ciências sociais foi importante para provocar transformações também no ensino em Serviço Social.

Nos anos de 1980, a revisão curricular, que propõe a inclusão de disciplinas que discutem a realidade brasileira, foi um avanço significativo para demarcar a ruptura com os princípios tradicionais (ALMEIDA, 1996). Apesar dos avanços, algumas lacunas permaneceram e outras foram surgindo diante da nova dinâmica política do pós-ditadura e da redemocratização marcada pela Constituição Federal de 1988. Os debates da década de 1990, em torno da revisão curricular, trazem como resultados as Diretrizes Curriculares de 1996, com novos direcionamentos para o projeto profissional. Embora as diretrizes representem o amadurecimento da profissão, ainda é possível identificar algumas omissões que rebaterão na formação

profissional. Destacam-se aqui a naturalização e o silenciamento de aspectos importantes e estruturais no contexto brasileiro, a exemplo da questão étnico-racial.

Diante dessas indicações, este capítulo busca identificar os avanços e limites da renovação do Serviço Social. Aqui tomei como materialização da ruptura com o conservadorismo a adoção do currículo mínimo para formação profissional na década de 1980 e a revisão curricular nos anos 1990. Assim, é através dessa discussão que busquei detectar as determinações que podem ter contribuído para naturalizar e/ou invisibilizar debates indispensáveis na profissão, entre eles a questão étnico-racial.

2.1. Os caminhos da ruptura com o tradicionalismo

Os desdobramentos sociopolíticos e econômicos da década de 1960 trouxeram a necessidade de renovação teórica e prática para Serviço Social em contexto internacional. Um fluxo de inquietações diante do Serviço Social tradicional exige organização política para pensar estratégias às novas requisições profissionais. Nesses termos, o Movimento de Reconceituação deve ser compreendido como “erosão internacional do Serviço Social tradicional”, isso porque apesar de tal movimento ocorrer

Nos quadros da guerra fria, a influência norte-americana tenciona a economia e as artes, a religião e a ciência, os assistentes sociais [...] Os assistentes sociais não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica sacudiram a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latino-americana (IAMAMOTO, 2007, p. 164).

Deste modo, os/as assistentes sociais latinos americanos “[...] inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”” (NETTO, 2005, p. 09). Em alguns países a expressão desse Movimento pode ser percebida a partir da articulação dos fundamentos da filosofia cristã, que legitimava as bases capitalistas, com o apoio teórico científico norte-americano através de técnicas interventivas profissionais correlatas em toda América Latina. Netto (2011c) afirma que, especificamente no Brasil, o caráter inicial desse movimento profissional ganha forma com os avanços acadêmicos e ético-políticos do final da década de 1970. Desse feito, as metamorfoses profissionais devem ser classificadas a partir de três

direções, as quais não se findam uma com o início da outra, mas intercalam apresentando em seus projetos distintos uma tendência a aguçar contradições implícitas.

A vertente precursora nesse processo foi **Vertente Modernizadora**, concomitante ao Movimento Latino Americano na década de 1960, sua principal característica está associada à incorporação de abordagens funcionalistas e estruturalistas. Através da matriz sistêmica, seu objetivo consistia em criar estratégias de intervenção profissional que possibilitasse a integração na sociedade a partir do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalização da pobreza (Yazbek, 2009). Na verdade, com a proposta de transformação do Serviço Social através do suporte disponibilizado pelas ciências, o rigor científico admitia a intervenção dos/as assistentes sociais nos problemas sociais sob uma diversidade de ações pré-estabelecidas, mas que inviabilizava a possibilidade de adaptações na realidade de cada “caso”. Isso em razão de uma postura moderna que solicitava ao assistente social, naquele momento, atender às exigências e demandas impostas pela racionalidade burocrática da autocracia burguesa, ou melhor, estavam sendo exigidas atitudes “[...] de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diante daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123).

Ainda no curso do Movimento de Reconceituação, a fenomenologia aflora como uma metodologia dialógica da década de 1970. Através da direção de **Reatualização do Conservadorismo**, o Serviço Social, apesar de ter sua visão direcionada ao indivíduo e a comunidade, tinha como principal preocupação dessa direção reverter o “ethos tradicional” na profissão, na complexa dialética de ruptura e continuidade, mas também, minimizar a admissão das influências marxistas que começavam a rodear o processo de renovação profissional. Aqui, o processo passaria pelas estratégias de aperfeiçoamento das antigas práticas readaptado - às novas exigências do perfil profissional, ou seja, “[...] essa perspectiva supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção”” (NETTO, 2011c, p. 203).

A terceira e última direção buscava promover os debates que rescindisse, pelo menos em termos de perspectiva teórica, com o Serviço Social fundamentado nos pressupostos ideológicos das políticas que fortaleciam as relações de dominação, próprias do modo de produção capitalista. Posto isso, em meados dos anos 1970 a **Intenção de Ruptura** marca a emersão de um Serviço Social que

começa a entender e conscientizar-se de sua inserção em uma sociedade de classes. Nesse sentido, as lógicas das relações sociais passam a ser minimamente percebida pela compreensão da submissão e/ou exploração. A partir desse novo olhar, o posicionamento político, o questionamento da prática institucional, as adaptações à realidade brasileira e necessidades sociais são colocadas como caminhos para conquistar a ruptura com um Serviço Social tradicional e conservador que atendia a dialética imposta pelo grande capital. Conforme as análises de Silva (2007, p. 77), as bases dessa direção são inteiramente novas, ou, ao menos deveria ser, já que a profissão acessa uma nova face com caráter opositor à autocracia burguesa “[...] passando-se a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder”.

Dessas novas inquietações, Netto (2011c) ao analisar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro situa que a ruptura com o conservadorismo do Serviço Social no país se deu a partir de ações posteriores ao início do Movimento Latino Americano: Em 1972-1975 imersão da ruptura com atores como Ana Maria Quiroga, Leila Lima e Vicente de Paula Faleiros, responsáveis pela elaboração do Método de BH; Entre 1970-1980 consolidação acadêmica, com surgimento e ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação e tendo como principal figura Marilda Vilela Iamamoto; e a publicização da intenção de ruptura através da aprovação do currículo mínimo para formação profissional e Código de Ética Profissional. Ou seja, o processo de renovação profissional foi um processo que se constituiu em três momentos chaves: A emergência, A consolidação acadêmica e A expansão sobre a categoria profissional (SILVA, 2007).

Assim, é a partir do “Método Belo Horizonte” que os profissionais começaram a elaborar, através de teorias sociais questionadoras da ordem, uma crítica teórica e prática aos métodos tradicionais. O método BH era um conjunto de processos conectados e correlatos que buscavam direcionamentos em uma teoria científica para interpretações da realidade. A experiência de Belo Horizonte indicava os parâmetros para a construção de um determinado perfil profissional. Na realidade, foi um ponto de partida para os avanços teóricos e políticos na elaboração de alternativas para romper com o conservadorismo teórico-metodológico. Nesses termos, as direções dadas se assentavam em três focos que se relacionavam em si: político, teórico e interventivo (NETTO, 2011c). Embora houvesse a preocupação em conduzir a proposta de renovação a partir dos eixos centrais, alguns autores como o

próprio Netto (2011c), Silva (2007), Yazbek (2009), sinalizam que o “Método BH” apresentou ambiguidades teóricas-metodológicas que misturavam “técnicas” de renovação com práticas conservadoras.

Santos (1993), uma das idealizadoras do método, sinaliza que essa imprecisão poderia ser decorrente dos equívocos teóricos ao adotar uma teoria social crítica utilizando-se de fontes não originais. O reconhecimento da possibilidade desse limite pode ser expresso na seguinte afirmação:

[...] Implementar o processo de conhecimento a partir da percepção sensorial, para em seguida passar para o nível conceitual, e finalmente chegar ao manuseio abstrato do real, é atribuir a primazia da prática da investigação à experiência, aos dados, à correlação, ao registro, à ficha de [...] (SANTOS, 1993, p 139).

Nesse caso, quando o “Método BH” exige uma sequência de etapas pré-definidas, sem conseguir diferenciar os aspectos teóricos dos práticos, ele acaba misturando os métodos de investigação e os de exposição. Iamamoto (2014, p. 212) considera que quando o método não tem profundidade nos conhecimentos da teoria social, a proposta dele acaba por possibilitar

[...] uma clara separação – que chega ao nível da excludência - entre as dimensões lógicas e históricas do método, verificando-se uma ‘suspensão’ da dialética do conhecimento, desconectada da história. A categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática. Assim as categorias deixam de ‘expressar formas de ser, determinações de existência’, desligando-se do movimento da sociedade que deveriam expressar, passando a ser reações aleatórias do pensamento. Esse deslocamento das dimensões lógicas e históricas fere no ‘coração’ o método marxiano.

Apesar dos limites apresentados, não desmereço a contribuição que esse método trouxe à profissão, inclusive diante da conjuntura política ditatorial que o país enfrentava. É preciso salientar que os obstáculos e equívocos encontrados nesse processo de renovação são também decorrentes da própria realidade brasileira (IAMAMOTO, 2007). Ainda sim, o momento da consolidação da intenção de ruptura pela via acadêmica é um avanço que foi proporcionado pelo “Método BH”. Aliás, a contribuição de “BH” tem reflexo direto nos progressos teóricos no Serviço Social, isso porque, nas demais direções de renovação, as preocupações tinham enfoque metodológico e prático e, aqui não vou omitir o avanço teórico que essa direção estabeleceu, conforme as análises de Netto (2011c, p. 276-277):

O método que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas

próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

A diferença marcante dessa perspectiva está justamente na abertura de espaço reflexivo, questionador e, sobretudo, atuante contra a dinâmica autoritária. Isso pode ser percebido nitidamente quando se passa a existir uma inquietação com a formação profissional e com a produção do conhecimento, as quais tiram o Serviço Social do comodismo funcional próprio do sistema político dominante. Obviamente, o caminho orientado pela intenção de ruptura não esteve imune às ideologias advindas com as demais direções da renovação, até porque as configurações ideoculturais que atravessam os projetos societários também são coexistentes à renovação. Nesse caso, concomitante às críticas ao modelo tradicional da profissão, encontra-se profissionais que segue fielmente ao projeto burguês (NETTO, 2011c).

A intenção de ruptura enfrentaria as questões mais agudas do desenho teórico, ideológico e operativo que se constituiu no Serviço Social. Contudo, várias razões levariam esse projeto a se concretizar, sobretudo, no âmbito universitário, uma vez que a universidade estava passando pelo processo de refuncionalização. Contraditoriamente, a grande oportunidade dessa realidade era que as oposições que reprimiam o espaço acadêmico, também permitiam a elaboração de experiências críticas à refuncionalização autocrática (NETTO, 2011c).

Por estas razões, o projeto de ruptura evidenciou-se explicitou-se primeiramente e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação *intelectual* entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências-piloto* (através de extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinados a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Neste espaço foi possível, vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de prática autogeridas. (NETTO, 2011, p. 251).

A inserção de profissionais no âmbito universitário, principalmente nos cursos de pós-graduação, expressa um posicionamento político dos/as assistentes sociais (KAMEYAMA, 1998). Estes estariam empenhados/as numa renovação profissional

que rompesse com o tradicionalismo e conservadorismo presente na profissão e, a academia seria um espaço protagonista para conquistar esse objetivo visto sua responsabilidade política em formar novos profissionais. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que até então a “[...] formação dos assistentes sociais enquanto profissionais, em virtude do seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento” (KAMEYAMA, 1998, p. 03). Realidade que, na visão de Iamamoto (2014), contribuiu para uma prática profissional fundamentada em visões “messiânicas” e “fatalistas” decorrente da formação determinista e técnica a qual os/as assistentes sociais eram submetidos.

Assim, não se pode negar que a tentativa de superação desses tipos de práticas foi sendo desenhadas na universidade, especialmente quando a produção de conhecimento na área de Serviço Social iniciou-se a partir dos anos 1970, juntamente com os cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais. Esse marco estabelece o espaço acadêmico como ambiente privilegiado para as atividades que estão vinculadas à produção e reprodução teórica, científica e técnica. Um avanço que põe a profissão em outro patamar em termos de perspectivas teóricas (KAMEYAMA, 1998). Isso porque as demandas ou requisições postas aos/as assistentes sociais passam a exigir suporte teórico que estivesse conectado aos acontecimentos que derivavam diretamente da sociedade de classes e sob a ordem burguesa. Por isso, é importante destacar que aos cursos de pós-graduação, iniciados especificamente em 1972, é dada a responsabilidade dos avanços teóricos para debater as temáticas que estão além da sistematização da prática para que “[...] as investigações apresentem-se como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real” (KAMEYAMA, 1998, p. 05).

Apesar desses avanços e das diversas propostas de revisão teórica e prática da profissão nas décadas de 1960 a 1970, Netto (2011c) sinaliza o porquê o momento de maior criticidade e transformações foi nomeado por ele como intenção de ruptura: toda intenção tem um ponto de partida, mas não significa que haverá chegada e, nem se essa será sem interrupções.

O processo de constituição dessa alternativa, tanto no âmbito da elaboração teórica quanto no da experimentação (via extensão/

estágios), foi interrompidos em 1975, quando uma crise leva à demissão dos seus principais formuladores e gestores, instaurando-se circunstâncias institucionais que impedem sua continuidade (NETTO, 2011c, p. 263).

Assim, conforme afirma o referido autor, a Reconceituação do Serviço Social coincide no Brasil com o “encerramento” das experiências e propostas surgidas na intenção de ruptura. Só com a conclusão dos cursos de pós-graduação, no final da década de 1970 e início de 1980, a luta para romper com as bases conservadoras tomaram novos caminhos e, conseqüentemente, atingiria o seu terceiro momento: a expansão sobre a categoria profissional. Ao expandir os debates que iniciaram no âmbito universitário à ligação aos movimentos sociais, mesmo que tímida, abririam uma nova alternativas aos profissionais que estavam na prática (NETTO, 2011c).

Contudo, embora existissem os avanços apontados pelo “Método de BH” e pelas pós-graduações, “[...] pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com essa herança conservadora”. (QUIROGA, 1991, p. 88). Isso porque a ruptura teórica só se consolidaria a partir da década de 1980, através da sólida adoção da teoria social marxistas no currículo mínimo de formação profissional na graduação. O acolhimento da tradição marxista levaria a formação profissional para o ângulo crítico das análises sociais indispensáveis ao exercício do/a assistente social. Nesse caso, é a partir de então que as dimensões do trabalho profissional iniciam sua reflexão alicerçada pela perspectiva teórica- metodológica buscando as mediações com a totalidade para “romper”, mesmo que minimamente, com o pragmatismo profissional (GUERRA, 2011).

Portanto, os avanços da profissão estão articulados ao Movimento de Reconceituação como ponto inicial ao processo de ruptura, mas a renovação profissional do Serviço Social solicita ser analisada pela história e dialética nas relações sociais. E por isso, devo considerar que os caminhos trilhados até a ruptura com as bases tradicionais absorvem, além da conjuntura em tela, as conseqüências estruturais da colonização brasileira. Nesses termos, aqui não posso falar de renovação teórica, metodológica, e até mesmo ideológica, sem considerar a educação, ou seja, a formação profissional como elemento fundamental para construir o pilar para novos caminhos. Assim, a partir daqui tentarei compreender e analisar a ruptura do Serviço Social com os aspectos tradicionais da sua emersão, isso através da proposta de renovação da formação profissional e da inserção do

currículo mínimo e suas revisões normativas na graduação em Serviço Social no Brasil.

2.2. A Ruptura com o Serviço Social Tradicional

Em final da década de setenta, segundo Yazbek (2009), os/as assistentes sociais levantaram questionamentos sobre o capitalismo mundial, sua forma de desenvolvimento “desigual e combinado” que afeta o modo de vida da população brasileira. Em verdade, esse processo que culminou a revisão teórica, metodológica, e política no âmbito do Serviço Social surge paralelamente ao empenho de projetos revolucionários ligados diretamente às classes subalternas. Esse novo olhar da categoria pode ser percebido já em 1979, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes sociais/CBAS, um autêntico afastamento político dos/as profissionais das perspectivas conservadoras. Não devo omitir que nesse período as forças políticas que lutaram para uma transição democrática brasileira colaboraram vigorosamente com as bases teóricas e político-organizativa da profissão. Para Netto (2012, p. 141), “[...] Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional”. Tratou-se de

[...] um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pelas divergências e contradições entre as próprias forças que se colocam na perspectiva dos interesses dos setores populares (SILVA, 2007, p. 43).

Denota-se, portanto, as intrínsecas transformações na categoria que, além disso, promove iniciativa de mudança e fortalecimento “[...] registrando-se esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais, que, posteriormente, se transformaram em sindicatos estaduais” (SILVA, 2007, p. 40). Assim, o “Congresso da Virada”⁷ a responsabilidade de criar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço

⁷ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, foi denominado de Congresso da Virada por possibilitar novos olhares nas análises da vida social, da profissão, dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha e, sobretudo, da conjuntura do país.

Social trabalhava. Daí em diante, a realidade brasileira e as lutas enfrentadas pela classe trabalhadora deveriam passar a compor o protagonismo do trabalho dos/as assistentes sociais (SILVA, 2007). Essa é uma direção que encaminha a “intenção de ruptura” com o tradicionalismo a dedicar-se na busca por aproximação com teorias que contribuíssem na realização de uma leitura da realidade, obviamente, através de uma perspectiva crítica de totalidade da vida social e de a mudança social.

Nesse sentido, há um esforço de aproximação com a teoria marxista, principalmente pelo “marxismo acadêmico” que se desenvolveu, em pleno contexto de crise da ditadura militar, no momento de refuncionalização universitária. Assim, a ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo se efetiva após as tentativas sugeridas pelo “Método BH”, e se consolida com a renovação em termos teóricos/críticos na academia e se expande sobre a categoria profissional após o Congresso da Virada. No entanto, aqui não posso deixar de mencionar que diante do processo de ruptura, um grupo de vanguarda militante, composto por assistentes sociais, contribuiu para o entendimento e fortalecimento da profissão sob uma perspectiva dinâmica da sociedade de classes (YAZBEK, 2000). Os/as profissionais que são responsáveis por garantir a efetivação das mudanças a partir do inconformismo, tanto em relação à fundamentação teórica quanto à prática, proporcionam debates sobre as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais que a sociedade enfrentava na época da ditadura militar. É importante admitir: a conjuntura política já estava despertando no interior da categoria os questionamentos sobre as condições de trabalho e, principalmente, a identidade profissional.

Abramides (2007) avalia que os antecedentes ao “Congresso da Virada” devem ser percebidos como indispensável no processo de ruptura. A efervescência das lutas de classe, que surge em meados dos anos de 1970, proporcionou o surgimento de um sindicalismo combativo em oposição à ditadura. Deste modo, houve a criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais/ANAMPOS, em 1978, uma entidade do sindicalismo classista que foi fundamental para impulsionar a categoria dos/as assistentes sociais se organizar do Norte ao Sul do país. Aqui são criadas unidades sindicais, resgatando os sindicatos profissionais fechados desde 1969. Importante destacar que esses profissionais, líderes dessas entidades, atuavam nos seguimentos de esquerda, muitos dos quais exerciam as suas atividades na ilegitimidade, além de serem responsáveis regionais

na articulação latino-americana do Movimento de Reconceituação. Esses/as profissionais viviam “[...] nos movimentos populares que se iniciavam, como o feminista, de saúde, de moradia, do custo de vida, entre outros, e em experiências profissionais nos marcos de intenção de ruptura que eclodiam” (ABRAMIDES, 2017, p. 83).

Nesse processo de organização sindical, os/as assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores/as assalariados/as e passaram a conhecer e afirmar o posicionamento ético e político da profissão. A partir daqui, as participações ativas nas mobilizações, paralisações e greves dos/as trabalhadores/as tornaram-se agenda da categoria. Portanto, quando os/as profissionais reorganizaram as entidades sindicais e pré-sindicais, elas/eles se tornaram líderes fortes e decisivos na direção para o “Congresso da Vira” em 1979 (ABRAMIDES, 2007). Após essa expressão coletiva e pública da ruptura com o conservadorismo, foram criadas entidades – como Conselho Federal de Assistentes Sociais/CFAS e com Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS - que articularam-se para fortalecer o compromisso com os setores populares. Nessa perspectiva, reafirmaram a nova identidade profissional criando ações e instituições que contribuíssem nos processos sociais que serviram de subsídios para fugir das velhas armadilhas impostas pela relação do capital com o trabalho (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

Assim, a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais/CENEAS e a Associação Nacional de Assistentes Sociais/ANAS tornam-se importantes entidades que contribuem para construção de um projeto profissional baseado em uma nova visão ideo-política e teórico-cultural (ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Essa configuração é, segundo Mourão (2002, p. 67), uma consequência das mudanças ocorridas no país que exigiu do/a assistente social “[...] refletir e questionar a função social da profissão enfatizando o debate sobre a importância da formação profissional no desenvolvimento de uma prática qualificada e consequente no interior das relações de classe da sociedade brasileira”.

Aqui é importante evidenciar que logo após o que se tem datado como Movimento de Reconceituação, os estudantes de Serviço Social já reconhecem a necessidade de atualizações em seu processo de formação profissional. Mas, apenas em 1979, ocorreu em La Paz, na Bolívia, o I Congresso Latino-americano de Estudantes de Serviço Social que tinha como principal pauta a importância da

formação de um profissional com consciência da realidade, uma visão crítica e empenhada com os interesses mais populares (SILVA, 1995). Tal pauta é colocada pelo reconhecimento que a transformação social emancipadora precisava ser objetivo da intervenção dos/as assistentes sociais.

Nesse caso, a construção de um projeto profissional coletivo que estivesse direcionado a novas alternativas de intervenção fundamentada em teorias e com práticas comprometidas com a classe trabalhadora estabeleceu também uma reorganização da formação profissional. Até porque o crescimento dos cursos de Serviço Social estava ocorrendo de forma inesperada e os novos rumos desenhados pela ruptura com tradicionalismo precisavam consolidar-se também na formação de novos profissionais. A ampliação dos cursos, para Yazbek (1984), tem relação intrinsicamente com a nova dinâmica do mercado de trabalho para assistentes sociais, notabilizada pela abertura de novas Escolas (12%) na América Latina e no Brasil que, no ano de 1975, já existiam 48 Escolas. A década de 1980 já se somavam 55 cursos, entre eles 32 eram ligadas as Escolas particulares, mas especificamente Universidades Católicas, e apenas 14 pertenciam às Universidades Federais.

A partir do crescimento das escolas e, principalmente, pela nova demanda profissional associada à realidade brasileira, a revisão da formação profissional em Serviço Social foi alvo de intensos debates ainda no final da década de 1970. Isso porque as disciplinas ministradas não condiziam com a realidade brasileira nem com o próprio mercado de trabalho. Diante dessa realidade, as inquietações e reflexões sobre os novos rumos da profissão iniciou-se também no âmbito universitário, formando alianças com as lutas das entidades políticas que foram reconfiguradas e criadas a partir da organização do III CBAS de 1979. Nessa perspectiva, o

[...] o processo de elaboração de um novo currículo se deu, portanto, devido ao Esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, que confrontam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Buscando apreender o significado social da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho, o que supõem uma busca de historicizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório [...] (YAZBEK, 1984, p.45)

De acordo com Silva (2007), os primeiros debates sobre a revisão curricular demarcam concretamente a ruptura do Serviço Social com suas bases tradicionais. A partir desse momento a possibilidade de adotar uma perspectiva teórico-

metodológica com raízes no materialismo histórico e dialético traria uma nova configuração para a formação profissional, frente aos desafios que se colocavam ao assistente social na conjuntura brasileira. De acordo com Pinto (1986), na década de 1980 a reforma curricular tinha o objetivo de implementar uma nova direção para prática profissional, a qual deveria priorizar a desvinculação da ação profissional da perspectiva ideológica dominante. O ponto de partida para tal proposta seria introduzir na formação profissional uma base que priorizasse entender a realidade dos/as usuários/as além de responder aos seus interesses.

Diante da atual necessidade, a formação profissional não só passa à reconstrução da prática, mas, sobretudo, à revisão no âmbito da teoria científica que fundamentava a formação do/a assistente social. Daí se tem também uma urgência em se pensar uma formação profissional a partir de uma perspectiva que contribuísse na autonomia profissional e na emancipação dos sujeitos sociais assistidos. A aproximação com a tradição marxista possibilitou ao Serviço Social ter uma relação mais íntima com os projetos revolucionários, ou melhor, ideias disseminadas pelo socialismo provocaram inquietações no interior da categoria, isso porque

[...] a obra de Marx fundou um modo original de apreender o ser social na análise crítica da sociedade burguesa e sua dinâmica, análise que inclui necessariamente a alternativa (inscrita no movimento desta sociedade) da revolução socialista (NETTO, 1995, p. 84).

Um fato importante que preciso considerar na construção do currículo mínimo profissional, de acordo com as constatações de Mourão (2002), são as discussões antes da proposta materializada de reforma terem ocorrido a partir de dois eixos centrais: em primeiro, a inclusão da problemática da formação profissional dos/as assistentes sociais no âmbito nacional de reforma universitária; em segundo, a indispensável fundamentação teórica da realidade brasileira como base para transformações das práticas profissionais. Obviamente, que essas linhas se cruzam quando os questionamentos sobre o ensino superior já estão relacionados à realidade do país. No entanto, aqui o cuidado em colocá-lo como um ponto de discussão é por entender que a vivência universitária é a principal responsável por formar profissionais que atuarão diretamente com os sujeitos sociais e, por isso, poderá direcionar e/ou determinar visões políticas institucionais e contraditórias da nova perspectiva democrática. Entre os anos de 1970 a 1980, as Universidades

Federais estavam experimentando o auge da limitação de autonomia, uma consequência de sua estrutura conservadora que declaradamente afastava o ensino superior da realidade brasileira. Daí porque, os movimentos de resistência contra as determinações estatais só cresceram na universidade (MOURÃO, 2002).

Ora, se por um lado temos na universidade questionamentos profissionais sobre a ordem estabelecida, do outro, há a lógica e composição estrutural que barra as possibilidades de transformações vinculadas ao processo de redemocratização. No serviço desempenhado pelos/as assistentes sociais essa tensão não é diferente, quando há um movimento criado pelas demandas que são postas aos profissionais e outro no processo de elaboração de respostas a essas demandas (MOURÃO, 2002). Por isso, o novo projeto de formação profissional é sustentado em uma concepção crítica da realidade social e da trajetória sócio-histórica da profissão, principalmente pela perspectiva de acompanhar os caminhos desenhados pela tradição marxista. Nesse sentido, a formação profissional é colocada como central para traçar os novos caminhos teóricos e práticos delimitados pela ruptura com o conservadorismo. Essa dimensão representa um salto significativo para categoria ao ver a possibilidade de coerência entre o que lhe é posto como demanda do sujeito com as ferramentas teórico- metodológica estimulada pela formação profissional.

Pensando por esta via, é importante assinalar que as contribuições da tradição marxista não estiveram apenas para o Serviço Social, mas, também, para as Universidades Federais Públicas. O legado marxista naquele momento traz a discussão teórico-metodológica voltada para os grupos acadêmicos e profissionais que demandavam uma política que se estruturasse em outros moldes (CARVALHO, 1986). No entanto, de acordo com Ianni (1985), esse marxismo acadêmico, apesar da contribuição crítica, traz particularidade da tradição presente no “marxismo ocidental”, que relacionava o modo de produção, força de trabalho, as classes sociais e consciência de classe ao debate da ação social e da racionalização da vida social própria do pensamento weberiano. Por essa razão, a influência weberiana possibilitou que muitas profissões fugissem e/ou equivocassem ao analisar a realidade brasileira. Embora hajam críticas sobre a teoria marxista, não me é permitido omitir que ela possibilitou às profissões a compreensão de que a classe dominante faz valer os seus interesses através da opressão e dominação dos povos (CARVALHO, 1986).

O principal subsídio do pensamento de Marx na formação de novos profissionais em Serviço Social está na abertura das discussões sobre a sociedade de classe e, sobretudo, nos fundamentos para análise do Estado e sua política. Essa é uma abertura que permite incorporar as alternativas de superação das formas de dominação estatais. Isso pode ser percebido quando a tradição marxista trata o Estado como essencial ao processo de reprodução das forças produtivas, das relações de produção e na regulação indireta das relações sociais (NETTO, 2012). É esse pensamento que leva o Serviço Social a estabelecer as bases fundamentais de qualificação teórico/acadêmica para formação profissional sob a perspectiva de que a realidade social do país merece destaque nas dimensões teóricas para alcançar uma prática consciente com a nova dinâmica da sociedade (YAZBEK, 1984).

Um dos primeiros recursos da tradição dialética, ensinada pelo pensamento marxista, naquele momento, possibilitaram considerar que a realidade de atuação do/a assistente social era fragmentada. Contudo, a fragmentação da prática profissional poderia estar vinculada às expansões dos espaços sócios-ocupacionais, em sua maioria estatais, determinando os aspectos técnico-operativos no âmbito da política governamental (CARVALHO, 1986). Como consequência, a fragmentação teórico-metodológica se dava a partir da formação profissional que tinha um ensino superior com bases conservadoras e, por isso, invisibilizava a realidade da formação sócio- histórica do Brasil.

Somente com a aproximação dos/as profissionais e dos/as usuários/as é possível identificar as contradições sociais presentes na sociedade e na prática do/as assistentes sociais. A partir de então, passa a ser exigido um novo perfil profissional, que se situasse no exercício profissional com fundamento na realidade social brasileira em tela. Assim, foi substanciado nos elementos concretos da ação profissional que o/as assistentes sociais e estudantes direcionam empenho político sobre a necessidade de criar uma proposta curricular. Proposta que deveria atender não só os aspectos técnicos, no âmbito da ação profissional, mas, sobretudo, a realidade particular presente nas novas demandas postas pelos/as usuários/as e pelos espaços sócios- ocupacionais. Aliás, situação reconhecida pelo próprio parecer do Conselho Federal de Educação/CFE nº 412, de 1982 que aprova o currículo mínimo:

Nestes doze anos de vigência do currículo mínimo do curso de Serviço Social (Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/03/70)

,predominou, na formação desse profissional, uma visão fragmentada da realidade, em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos voltados para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível, nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo, aos poucos substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social (BRASIL, CFE, 1982, p. 02).

Assim, a nova proposta de formação profissional passa a fomentar uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, apresentando como parâmetro o referencial conjuntural. Até então o processo formativo era dividido em dois ciclos - no ciclo básico as disciplinas de sociologia, psicologia, economia, direito e legislação social e teoria do Serviço Social; o segundo ciclo profissional contempla as matérias de Política Social, Ética Profissional, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos e Serviço Social de Comunidade - que não contemplava o debate da realidade brasileira. A nova proposta curricular, aprovada pelo Conselho Federal de educação em 1982, traz as disciplinas Antropologia, Filosofia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil e Metodologia do Serviço Social, além das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado. A nova proposta apresentava não só mudanças significativas na inclusão de disciplinas, mas novos critérios para conclusão do curso que passa de 2.500 horas para 2.700 horas, com duração mínima de 3 anos e no máximo 7, sendo acordado 4 anos para o termo médio (BRASIL, CFE nº 412, de 1982). Apesar de todas essas e outras mudanças considero, **pelo menos na proposta desta dissertação, que a inclusão mais significativa foi a importância dada aos conteúdos que envolvem a possibilidade de analisar realidade brasileira.**

É possível perceber, dentro da estrutura curricular de 1982, algumas disciplinas podem ser aliadas da formação da profissão na perspectiva de uma prática voltada à compreensão e respeito das diversas manifestações subjetivas do sujeito. A antropologia, por exemplo, se predispõe a contribuir nas reflexões sobre “[...] **a Cultura Popular, as formas de religiosidade, o estudo antropológico da formação brasileira, das minorias raciais, das características regionais e dos grupos fundamentais na história do país**” (BRASIL, CFE nº 412, 1982, p. 06 grifo meu). Associado a essas capacidades reflexivas, o ensino da Filosofia pode auxiliar no despertar das aptidões quando oferece uma “[...] **formação reflexiva e crítica**

sobre as teorias do conhecimento e das principais correntes filosóficas que contribuíram para a compreensão do homem e da sociedade” (BRASIL, CFE nº 412, 1982, p. 06 grifo meu). Outra conquista é a disciplina de Formação Social, Econômica e Política do Brasil. Ela é a primeira disciplina que oferece a possibilidade de estudo da Formação Social, Econômica e Política do país.

A inclusão dessas disciplinas representa um marco para a formação profissional em seu processo de ruptura com as bases conversadoras. Nesse sentido, ela concebe a consolidação do projeto profissional que passa a optar por uma profissão situada nas relações de classe. Assim, enxergar a necessidade da apreensão da realidade social do país sob uma perspectiva histórica significa explorar referência do método crítico a partir do mergulho na história, revelando as marcas da colonização na vida do povo brasileiro nas esferas, conforme aponta Prado Junior (2008): geográfica, econômica, social e política do Brasil. Isso porque **os novos parâmetros curriculares deveriam contribuir na formação de profissionais com um perfil intelectual apto a reconhecer o quadro de desigualdade brasileira que nas afirmações de Devulsky (2016), foi construído pela característica sociorracial advindas do processo de colonização, em especial, nas relações de trabalho.**

Apesar do método de análise histórico dialético já começar a provocar inquietações na universidade, o debate da colonização e desigualdade racial do Brasil não foi alcançado pelo Serviço Social através das ementas do currículo mínimo de década de 1980, disponibilizadas pelo Conselho Federal de Educação. É importante sinalizar que no documento elaborado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS era possível encontrar recomendações que revelam a importância da formação profissional centrada no recurso da tradição marxista com vistas às questões estruturais da sociedade, isso quando

Considera [...] que a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social [...] Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico estrutural e o contexto institucional [...] (ABESS, 1980 apud BRASIL, CFE nº 412, 1982, p. 01)

Embora houvesse lacunas, o avanço expresso na nova perspectiva de formação profissional estava na defesa de um currículo amplo que garantisse o rigor

teórico associando a uma instrumentalização técnico-operativa imprescindível à formação de profissionais preparados/as a manter-se crítica e consciente no mercado de trabalho (YAZBEK, 1984). Assim, essa é uma requisição que permite perceber a exigência dos conhecimentos sedimentados por uma revisão que contemplasse a nova realidade brasileira. Uma realidade que já não tolerava invisibilidades dos sujeitos históricos e por isso provocavam o movimento político e reivindicatório na sociedade (COELHO, 1996). De certo, a década de 1980 é um período conjuntural e rapidamente dinâmico. O declínio da política ditatorial e a efervescência dos movimentos sociais redimensionaram as lutas e as conquistas trazendo novas demandas sociais para todas as esferas da vida social e, também, para a formação e trabalho dos/as assistentes sociais.

Sem dúvidas, a ditadura militar deixou um legado em todas as dimensões da vida social. Na educação, especialmente no ensino superior, o autoritarismo se transformou numa mentalidade privatista e conservadora da política universitária. Ainda sim, os cursos que já tinham uma base de fundamentação teórica voltada para análises dos processos sociais, permanecem, mesmo com as limitações e tensões políticas, ampliando a articulação da formação profissional com as relações societárias e de classe inscrita no processo histórico (CUNHA, 2002). Nesse sentido, a nova realidade política do pós-ditadura provoca, novamente, o debate da formação em Serviço Social projetando uma nova revisão no currículo que se concretiza na década 1990. Aliás, foi no final da década de 1980, com a aprovação do Código de Ética profissional, em 1986, que se deu as primeiras discussões com eixo voltado a construir caminhos para uma formação profissional na perspectiva de ultrapassar o distanciamento entre a teoria e o exercício do assistente social. “[...] É o resgate dessa dupla conjunção – rigor teórico- metodológico e acompanhamento da dinâmica societária – que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão” (ALMEIDA. et al, 1996, p. 17).

A direção apontada pelos debates expressa uma preocupação para preencher as lacunas deixadas no currículo anterior. Um dos primeiros destaques que é fomentado no processo de revisão curricular foi sinalizado por Almeida (1996) como resultado das análises de Iamamoto e Carvalho (1982): a profissão deve ser considerada como uma especialização do trabalho. Assim, como uma especialização do trabalho coletivo, sua base está no processo de aprofundamento da crise do capital e na ampliação da apropriação de riquezas oriundas do trabalho.

Por isso, sua origem está intrinsecamente associada à luta da classe trabalhadora na defesa de acesso e ampliação dos direitos sociais, civis e trabalhistas. Nesses termos, o/a assistente social se insere no cenário contemporâneo da reprodução da vida social, além de contribuir com o capital pela sua essência enquanto trabalhador/a assalariado/a.

Portanto, se a profissão colabora com a produção e reprodução da vida social e com as relações sociais fundadas na divisão social e técnica do trabalho, o exercício profissional se insere como trabalho e, por isso, demanda que a atividade do/a assistente social seja alicerçada por um processo de trabalho. A partir daqui, o debate sobre formação profissional no diálogo com a conjuntura e estrutura brasileiras insere o trabalho como elemento fundante do ser social. A categoria trabalho permite investigar o “[...] complexo concreto de sociabilidade como forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 330). E essa compreensão só foi facultada pelo amadurecimento teórico da tradição marxista na profissão quando

Compreende-se então que aquele sentido social imprimido ao trabalho do assistente social no processo de dominação burguesa é sobreposto o próprio significado social do trabalho capitalista subordinado ao processo de valorização, não como trabalho individual de uma categoria laborativa ou unidade produtiva, mas como trabalho coletivo, produto da agregação das diferentes atividades (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.115).

Dito isso, posso considerar que a atuação do/a assistente social nas expressões da “questão social” o/a coloca diretamente atuando frente ao produto das desigualdades sociais consolidado pelo capitalismo maduro. Por essa compreensão, o debate que, também, adentra na nova revisão curricular da profissão é a importância em considerar a “questão social” como base de fundação do Serviço Social na sociedade. Nesses termos, “[...] o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 05). Portanto, a “questão social” passa a ser entendida como expressões das desigualdades da sociedade capitalista em sua fase evoluída e “[...] tem uma raiz comum: a produção social [...] cada vez mais coletiva [...] enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2014, p. 27).

Assim, os caminhos que levaram a revisão curricular conduziram a uma precursão do Serviço Social fundada nas relações do trabalho coletivo e suas contradições e no reconhecimento da “questão social” “[...] como desigualdade e

também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe” (IAMAMOTO, 2014, p. 28). Dessa forma, a “questão social” passa a ser entendida como base de fundação, formação e exercício da profissão. Ao tornar-se objeto central da profissão, e o debate sobre esse objeto, os meios de trabalho, o produto e a finalidade do trabalho do/a assistente social é colocado como indispensável à formação profissional a partir da década de 1990 (GUERRA, 2000). Portanto, esses direcionamentos marcam a revisão curricular e (re) direcionam a construção do projeto ético político ⁸ do Serviço Social. Um avanço que é expresso quando os pressupostos para formação profissional sinalizam que

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista; A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho; O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho; O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, 05).

Um dos resultados desses pressupostos é a centralidade dos princípios constitutivos para formação profissional a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A nova estrutura curricular expressa a indissociabilidade da compreensão crítica do processo histórico como totalidade para o trabalho profissional. Desse modo, a sistematização do projeto profissional é esquematizada pelos Núcleos de Fundamentação constitutivos para formação profissional. Esses eixos nucleares, além de concretizarem a estrutura teórica, revelam a maturidade científica do Serviço Social. Assim, os fundamentos teóricos-

⁸ Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

metodológicos da Vida social é posto como ponto de partida para introdução na profissão. Aqui, ao articular o desenvolvimento da sociedade burguesa como essência da contradição capital e trabalho, as demandas e desafios postos à profissão adquirem um novo olhar sobre a dinâmica e transformações societárias (ABEPSS, 1996).

Seguindo por esse caminho, o estudo sobre os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira expressa a possibilidade de debates que transversalizam a atual realidade do Brasil com as bases ontológicas da “questão social”. Quando os padrões de produção capitalista, da constituição do Estado brasileiro, o significado contraditório do Serviço Social e os diferentes projetos societários são expostos como objetos de estudo, algumas características da formação social brasileira são problematizadas. **Acredito que entre os distintos aspectos, os efeitos da colonização europeia, da escravização e da industrialização revelam particularidades na consolidação do modo de produção capitalista e, as sequelas por ele geradas tonam-se essenciais para os estudos e lutas do Serviço Social pós-reconceituado e contemporâneo que busca superar o pragmatismo profissional.**

Vinculado à luta que se inicia nos debates da década de 1980, contra a fragmentação do exercício profissional e o distanciamento entre a teoria e a prática, as Diretrizes Curriculares de 1996, no núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, contempla a “[...] profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 12). Aqui a associação das dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa busca superar o exercício profissional do/a assistente social enquanto “prática” (no sentido apenas técnico) e passa a pensá-lo inserido em processos de trabalho que não contempla as práticas e posicionamentos pragmáticos. Quando na formação profissional as estratégias de fortalecimento e articulação da história, teoria e métodos são estruturadas em unidade do saber, o trabalho dos/as assistentes sociais nos espaços sócio- ocupacionais estarão comprometidos com a materialização do Projeto Ético-Político da profissão desmistificando o mito que “na teoria à prática é outra” (GUERRA, 2000). Assim, concordo com Iamamoto (2014) que as Diretrizes Curriculares levantaram uma nova perspectiva para o Serviço Social.

Embora os currículos mínimos de 1982 e às revisões curriculares de 1996 representem concretamente, a ruptura com as bases conservadoras e reafirmem o direcionamento político adotada pela profissão, alguns autores questionam lacunas na formação profissional. As principais omissões que vêm sendo discutidas referem-se aos estudos da formação sócio-histórica brasileira e a análise ontológica e particular da “questão social” sob um legado objetivo que desconsidera a totalidade da vida social e as subjetividades históricas do processo de industrialização brasileira (SANTOS, 2012). Por vez, aqui penso que a raiz dessas e outras ausências tenham nexos com o debate apresentando por Netto (2009) e Quiroga (1991). Tais autores apontam que os equívocos teóricos no processo de ruptura, que se perpetuam como tradição na profissão, diz respeito **à aproximação do Serviço Social do marxismo sem Marx**. Essa afirmação é importante para investigar até que ponto essa apropriação do marxismo pelo Serviço Social trouxeram limites na apreensão de processos importantes para pensar o objeto de formação e exercício profissional.

Nessa linha de investigação é importante indagar se esses limites são responsáveis pelo silêncio existente em relação às múltiplas determinações da “questão social” brasileira. **Uma primeira sinalização diz respeito à utilização do método de Marx sem mediações com os processos histórico-sociais concretos da formação social brasileira. O enfrentamento desse limite permite identificar, dentre as repercussões, o silêncio de processos sociais fundamentais para compreender a “questão social” – a questão étnico-racial é parte desse silêncio.**

2.3. Ruptura com Serviço Social Tradicional: determinações que repercutem no silenciamento da questão étnico-racial.

A ruptura do Serviço Social com as bases tradicionais se conforma com as transformações operadas na formação profissional, aqui elencadas no item anterior. Operada a partir de caminhos teóricos que moldaram a Reconceitualização profissional, a ruptura com o Serviço Social tradicional se efetivou em meio aos múltiplos “marxismos” acentuando, do ponto de vista teórico-metodológico, uma aproximação do marxismo vulgar ou de um “marxismo sem Marx” (NETTO, 2011b). As resultantes desse processo impresso no âmbito da renovação da profissão, além das já

apontadas, são várias, e ainda sem as devidas análises que possibilitem compreender todas as repercussões que perduram até os dias atuais.

Para Netto (2009), o grande deslize nas ciências sociais ao iniciar a aproximação com a tradição marxista foram as leituras sobre o marxismo feitas de modo superficial. O autor chama a atenção para os estudos enviesados por escritores “comentaristas” das obras de Marx, e não pelas obras propriamente ditas. Por essa razão, o lapso sobre as visões marxistas atravessou décadas e várias influências positivistas foram responsáveis pela compreensão do materialismo dialético e o materialismo histórico. Ao sistematizar os diversos equívocos nas interpretações, Netto (2009) pontua dois caminhos que facilitaram lacunas no pensamento crítico proposto pela tradição marxista: o reducionismo do método de Marx aos “princípios fundamentais” do materialismo, o que direciona todos os problemas à aplicação metódica da dialética; a simples utilização de lógica pré-estabelecida explicaria a sociedade sob a ótica econômica e, assim, as demais explicações políticas, sociais e culturais estariam automaticamente solucionadas. (NETTO, 2011).

Mas a nossa [Marx e dele] concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] *É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhes correspondem.* (Marx- Engels, 2010, p. 107; itálicos não originais) (NETTO, 2011, p. 13; itálicos originais.).

O reducionismo tornou-se raiz nos estudos críticos e foram compartilhadas em muitas profissões. A incorporação das lutas de classe sob uma perspectiva genérica, como situação invariável nas formações sociais; as neutralizações das subjetividades da vida social; e as atenções das problemáticas sociais considerando apenas momento em tela possibilitaram que compreensão da totalidade do método fosse ignorada. Aqui, uma das minhas observações é que essas imprecisões recaíram como crédito para as concepções positivistas adentrarem no debate sobre o método marxista. Daí porque, ao tentar desmistificar a invasão positivista, o pluralismo metodológico constitui-se como caminho às explicações e soluções de todos os problemas e lacunas encontrados nas diversas perspectivas teóricas que tentam explicar a dinâmica da sociedade. Dito isso, gostaria de chamar a atenção para dois debates importantes: o trazido pela Consuelo Quiroga (1991),

aproximando os equívocos do método à metodologia do Serviço Social e, o apresentado Ivo Tonet (1995) referindo-se ao pluralismo metodológico nas ciências sociais.

Antes de iniciar o debate específico no Serviço Social, Quiroga (1991), ao explicar a “invasão positivista” no marxismo a autora é mais profunda. Ela tenta identificar os equívocos nos autores tradutores e interpretes, até porque é evidenciado que as ideias de Marx a partir da II Internacional, em 1889-1914, sofreram influências positivistas e alcançaram os herdeiros da tradição marxista. Obviamente, os efeitos dessa absorção revelam-se com a perspectiva epistêmica que se fizeram presente no reducionismo dos princípios sociais e metodológicos fundamentais ao método. **Desse modo, classifico que o principal efeito epistemológico foi/é o uso do marxismo com vista apenas às questões econômicas, reduzindo a contribuição da tradição exclusivamente às dimensões da racionalidade, desconsiderando o significado ontológico presente na visão de Marx.** Mesmo porque as variadas interpretações adaptaram as lógicas de compreensão pela via da superficialidade. Para Quiroga (1991, p. 17 grifo meu),

[...] a relação entre o Marxismo e Positivismo, tendo em vista a influência deste sobre a interpretação de partes do conjunto das proposições de Marx [...] estão presentes no conteúdo da disciplina Metodologia no Serviço Social, que objetiva repassar essas preposições. As questões que se suspeita existir e que já foram, parcialmente, colocadas estão, pois, ligadas: 1) ao repasse da teoria social marxiana como teoria do conhecimento, reduzida, muitas vezes, a “procedimentos” de conhecimentos, desvinculando-se a relação ciência/ transformação social, que é central na proposição de Marx; 2) à outra distorção reducionista vinculada, por sua vez, **ao repasse do marxismo reduzido à explicações de leis da sociedade capitalista, que se baseia na supervalorização da determinação econômica, ocultando o que ela tem de fundamental – ser uma relação social historicamente determinada e estabelecida entre os mesmo homens. Esse ocultamento leva a obscurecer, a secundarizar o caráter mutante e histórico da sociedade, provocando o alijamento do homem como sujeito histórico.**

Ainda buscando explicar a imprecisão teórica do método, Quiroga (1991), respaldando-se em outros autores - que após as contribuições de Marx tentaram explicar e/ou criticar a obra do autor -, revela que dois direcionamentos expressivos que se vincularam as interpretações marxistas ocasionando os equívocos futuros: o materialismo determinista e a objetividade das ciências naturais. **O primeiro, “O**

materialismo determinista”, consiste em entender o movimento histórico da sociedade através das leis econômicas. A prática social do indivíduo não é criadora da história, mas, a condição de vida do homem é a responsável por criar a historicidade. Esse pensamento foi desenhado por Plekhanov (apud QUIROGA, 1991, p. 35) quando

[...] para ele, se o homem faz história, é “sob a pressão da necessidade”. Reduz, assim, a afirmação de Engels de que os homens fazem a sua história sob a base de suas condições reais de vida anteriores, esquecendo-se de que são os próprios homens, e não as condições de vida anteriores que fazem a história. É certo que as condições reais existem elas são dar parâmetros às possíveis mudanças na sociedade, mas tais mudanças dependem da ação humana (QUIROGA, 1991, p. 35)

Nesse caso, a concepção da história foi reduzida às determinações das esferas econômicas. A vontade do homem é silenciada em sobreposição às forças produtivas. Isso explicaria o materialismo histórico pela ótica das leis objetivas, em que o determinismo dos fenômenos naturalizaria o desenvolvimento social. Assim, a característica positivista foi encontrada em obras que arriscavam a interpretar e/ou criticar o pensamento de Marx (QUIROGA, 1991). **O segundo direcionamento, “o revisionismo cientificista”**, com as ideias de Eduard Bernstein, apresenta às críticas das concepções de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo. Além de alguns questionamentos sobre o “Manifesto Comunista”, é possível notar críticas à teoria marxista no que refere-se à objetividade na visão sobre o capitalismo. A interpretação de Bernstein (apud QUIROGA, 1991, p. 37), ao explicar o desenvolvimento capitalista e a produção social é que a teoria social marxista estaria acrescentando no campo científico características do pensamento comunista (QUIROGA, 1991).

[...] É nesse momento, essa obra fica comprometida em sua cientificidade, pois revela-se prisioneira de uma doutrina [...] nesse sentido, é bem marcante a sua identificação com a visão de objetividade, própria das ciências naturais, transplantada para as ciências da sociedade. (QUIROGA, 1991, p 41).

Portanto, ao considerar as visões de Plekhanov e Bernstein como essenciais às suas análises sobre o pensamento social de “Marx” e o legado marxista, Quiroga (1991) conclui que as interferências do positivismo no marxismo vincularam o método à superficialidade dos processos e conjunturas sociais. Por essa razão, a “invasão positivista” alcançou a metodologia do Serviço Social no processo de renovação e a ruptura teórica com as bases conservadoras. Assim, o primeiro

reflexo de uma renovação efetivada a partir de uma ruptura contaminada pelo positivismo ocorre no início da década de oitenta. Uma evidência importante pode ser percebida com a inclusão da disciplina Metodologia do Serviço Social, em 1982, ao substituir as antigas formas de abordagem com foco em caso, grupo e comunidade. A formação profissional passa a incorporar correntes de pensamentos diversificadas: a tradição positivista, fenomenológica, teoria social de Marx e os direcionamentos marxistas (QUIROGA, 1991).

Embora a inclusão da disciplina Metodologia do Serviço Social represente um avanço teórico que iria repercutir no trabalho profissional, a abertura de possibilidades teóricas provocou o cruzamento de identidades antagônicas. Talvez aqui seja possível perceber a presença do pluralismo metodológico, criticado por Tonet (1995) no ensino em Serviço Social. Para o autor

Às vezes ele é entendido como ecletismo, ou seja, a liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensando [...]. A solução encontrada consiste em apelar para o rigor do sujeito que, reconhecendo a relatividade dos métodos, propõe-se a tomar como norma o diálogo, a articulação, o entrecruzamento de paradigmas diferentes, sempre com vigilância crítica (TONET, 1995, p. 36/39).

Assim, ao permitir que diferentes paradigmas possam tanto competir quanto complementar uns aos outros, promove-se uma justaposição de ideias e procedimentos fragmentando a totalidade social. Quando Tonet (1995, p. 40) critica o pluralismo metodológico especificando que ele é um falso caminho, sua justificativa está na incompatibilidade das teorias, uma vez que por um lado alguns caminhos compreendem às coisas como são, e o outro funciona sem entender que o estado como está é decorrente da forma que opera. Isso porque o caminho para precisão teórica está em apreender que “[...] esta relação entre essência e fenômeno é exatamente o que possibilita apreender a lógica das profundas transformações do mundo atual”. Nesse caso, a aliança de matrizes distintas pode ocasionar uma falsidade dos pressupostos ontológicos ao desconsiderar a relação da objetividade com a subjetividade.

[...] se a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes (IAMAMOTO 2014, p. 210)

Por isso, o ensino da metodologia em Serviço Social proposto pelo currículo mínimo, em 1982, ao utilizar conceitos, técnicas e teorias a partir da conveniência momentânea, pode ter caído na armadilha teórica desenhada pelo pluralismo metodológico, já que naquele momento “[...] as discussões e críticas dos analistas evidenciam a convicção da impossibilidade de o pesquisador ficar fechado num único paradigma, podendo-se mesmo afirmar que esta é, na atualidade, uma tendência das Ciências Social” (CARVALHO, 1992, p. 49).

Portanto, as variedades metodológicas trouxeram para formação dos/das assistentes sociais neutralizações, simplificações e invisibilidades históricas decorrentes da fusão de matrizes diferentes que desconsiderava a análise dos processos do ser social. Segundo Quiroga (1991), é possível perceber os equívocos no repasse das disciplinas em que o conteúdo teórico é fundamental, um exemplo é quando práxis humanas não é exposta como a substância do ser social nos estudos da formação profissional iniciais. Além disso, observo, com a contribuição de Tonet (1995), que quando existe a adoção de diferentes paradigmas direcionados a solucionar uma única questão, a categoria totalidade fica prejudicada pela fragmentação do mundo social, uma vez que o modo objetivo de abordar a realidade exclui os pressupostos ontológicos. Aliás, é importante considerar que a totalidade defendida por Marx compreende que a realidade social deve superar a fenomenalidade e conduzir o estudo sobre a história em sua característica contraditória. Nesse caso, a dinâmica entre essência e fenômeno apreende a lógica da organização societária sob a perspectiva do binômio capital e trabalho que foram e são responsáveis pelo “processo de entificação do ser social” (TONET, 1995, p. 40).

Desta maneira, as alternativas teóricas interseccionadas podem ter acompanhado o caminho do relativismo construído pela razão sobre a realidade objetiva exposta, desconectando a subjetividade integrante da histórica dialética do ser social (TONET, 1995). Assim, a inclusão do ensino da metodologia no Serviço Social a partir da liberdade teórica dos marxismos e dos demais paradigmas, levou a formação profissional a diferentes compreensões teóricas sobre o pensamento de Marx.

[...] Isso leva uma não- discussão entre os professores dessa área, em geral, do Marxismo e de seus desdobramentos, que levaria a

clarear os diferentes marxismos e a distinguir, nas varias visões da obra de Marx, os aspectos nela percebidos deformadamente. Assimilam-se e reproduzem-se, acriticamente, leituras que apresentam, entre outros pontos discutíveis: ***um Marx que agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador do desenvolvimento da sociedade; um Marx que supervaloriza o papel das classes, de sua luta, do significado do sujeito construindo sua história, desvinculado da base material que o sustenta;*** um Marx que é metodológico na própria acepção positivista, ou seja, que se reduz ao método; ***um Marx atrofiado à sua dimensão de cientista social “pesquisador” da sociedade,*** desligado de sua convicção da necessidade de transformação dela (QUIROGA, 1991, p. 94, grifo meu).

As observações apresentadas pela autora permitem notar a variedade de direcionamentos seguidos pela disciplina Metodologia em Serviço Social, inserida no currículo de 1982. Não é por acaso que ela quando essa se propõe a “[...] **se encarregar das estratégias de ação profissional; visa à capacitação do profissional para operacionalizar os conhecimentos teóricos através de uma ação sistemática pertinentes aos vários níveis e áreas de atuação do (a) assistente social**” (ABESS, 1982, p. 07 grifo meu). Na verdade, trata-se de uma readaptação das “antigas” formas do Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Uma configuração de abordagem operacional e sistêmica que pode ter sido carregada de distorções e reducionismo apreendidos na academia com os autores “comentaristas” da tradição marxista.

Na atual Diretrizes Curriculares (1996), a disciplina deixa de existir porque os conteúdos propostos por ela não fazem sentido para o novo projeto de formação profissional. Isso porque “[...] para se gestar um novo projeto de formação profissional há que estar atento aos “silêncios”, aos “vazios” do debate contemporâneo do Serviço Social para antecipar problemáticas e propostas, preenchendo lacunas” (IAMAMOTO, 2014, p.169). Portanto, algumas questões devem ser consideradas cruciais para que o novo currículo não “nasça velho”, entre elas, além das limitações de ordem políticas que vieram se acumulando desde os debates dos anos de 1980, está o ensino fragmentado e os diferentes paradigmas teóricos no estudo sobre o ser social (IAMAMOTO, 2014).

Esses caminhos teóricos tomados desde o processo de Reconceitualização põem-se como determinações que, dentre outras repercussões, contribuíram para reduzir a realidade aos esquemas teórico-conceitual. Assim, por ter sido orientada por manuais de divulgação do “marxismo vulgar” e por autores (como Lênin, Trotsky,

Mao) “[...] cujas produções foram seletivamente apropriadas, em função de exigências prático-imediatas [...] [acrescida por] rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser” [...]. (IAMAMOTO, 2014, p. 211), a renovação intelectual e política do Serviço Social se processou com raízes conservadoras e positivistas. **Dessas determinações concretas emergem um olhar e pensar que buscam encaixar a realidade social brasileira aos esquemas teóricos propostos por um “Marxismo” que, dado os limites apontados, tem dificuldade de apreender a realidade brasileira a partir das suas características fundamentais e do conjunto de sujeitos que compõem essa formação social.**

Nesses termos, as análises sobre as classes sociais desconsideram simples e absolutamente o segmento social oriundo do trabalho escravo. Praticamente a **maioria das análises parte de uma classe operária sem nenhuma sinalização para a história que a constituiu como classe trabalhadora no país e, via de regra, abstraindo os/as trabalhadores/as oriundos do trabalho compulsório – os/as trabalhadores/as negros/as – como se após a abolição eles tivessem desaparecido do cenário brasileiro.** Evidentemente, com a constituição do capitalismo no país, os/as trabalhadores/as negros/as foram “[...] banido [s]/a[s] para a condição de reserva de força de trabalho a ser utilizada nas necessidades médias do capital agrário ou no momento que o capital industrial a requisitasse” (MARTINS, 2017, p. 282). Portanto,

O/a negro/a à margem do trabalho assalariado tornou-se “[...] contingente de trabalhadores/as] disponíveis [que] alimentará expansões posteriores da economia nacional, especialmente a industrialização” (IANNI, 1966, p. 81). Contudo, [serão] “[...] base ampla de ramos especiais de exploração do capital”. (MAR X, 2009, p. 746) (MARTINS, 2017, p. 282).

Dentro dessa reflexão um aspecto é relevante: O movimento de reconceituação do Serviço Social [...] foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino americano (IAMAMOTO, 2014, p. 205). Este fato diz muito da realidade social que forja um processo de renovação amparado na recusa à dominação e exploração por profissional de países que têm como características comuns, guardadas as devidas especificidades e diferenças, a dominação colonial, a escravidão e a dependência econômica. Não há dúvidas: características imprescindíveis de serem analisadas pelo materialismo histórico e dialético, na perspectiva de apreensão, pelo método, das suas singularidades e particularidades

na relação e articulação com a totalidade da sociedade burguesa da qual faz parte. No caso brasileiro, a transição do regime de escravidão para as relações assalariadas foi marcada por um processo de imigração e marginalização do/a trabalhador/a negro/a que só encontra explicação no racismo estrutural presente no capitalismo no país. Esse episódio não é mero dado fortuito, determinou a condição de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as negros/as no país.

Apesar de na década de 1930 se observar uma inserção dos/das negros/as associada ao desenvolvimento urbano e à expansão agrícola, será uma inserção nas atividades mais degradantes e ligadas às ocupações rejeitadas pelo/a trabalhador/a branco/a. (FERNANDES, 2007). Nesse sentido, Martins (2017), ao analisar a pretensa oposição entre a Luta antirracista e anticapitalista na formação social brasileira, toma como referência a superpopulação relativa para situar a condição do/a trabalhador/a negro/a brasileiro/a. Na sua compreensão a condição de trabalho desse/a trabalhador/a “pode ser correlacionada àquela parcela da classe trabalhadora categorizada por Marx (2009) como ‘latente’ e com livre trânsito na forma ‘estagnada’” (MARTINS (2017, p. 288). Ou seja, na constituição do capitalismo brasileiro, os/as negros/as passam a compor aquele “[...] exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (MARX, 2009, p. 746) (MARTINS (2017, 289)

Assim, **por não se encaixar nos esquemas teóricos propostos por um “Marxismo” que separa/exclui as dimensões lógicas e históricas do método e concebe uma dialética do conhecimento desconectada da história, a questão étnico-racial, como aspecto estruturante na formação social brasileira, não é enxergada pelo Serviço Social.** Ao não ser historicamente pensado no âmbito do padrão de exploração da classe trabalhadora no Brasil, o/a trabalhador negro/a é invisibilizado e/ou silenciado, mesmo quando já na década de 1970 se verificam estudos que dão conta de um processo de revolução burguesa em que

o antigo agente do trabalho escravo foi expelido, nas condições em que se formou e se consolidou, [...]a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. O imigrante aparece como legítimo agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e constituição da sociedade de classes. (FERNANDES, 1978, p.28).

O processo de marginalização dos/as trabalhadores/as negros na constituição do capitalismo no Brasil determinou para essa parcela significativa da população trabalhadora excedente numa “condição de vida [...] abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente por isso [...] base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência (MARX, 2009, p. 746)” (MARTINS, 2017, p. 289 grifo meu). Por essa razão, concordo que “[...] a força de trabalho é revestida de uma roupagem étnica indissociável da produção de valor no capitalismo. Sua organização é perpassada por esse elemento que, embora não seja fundador, é essencial em sua reprodução” (DEVULSKY, 2016, p. 26).

Se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um fenômeno típico da América Latina, *de* “[...] contestação ao tradicionalismo profissional [nos] seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seus *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2014, p. 205-206), a ruptura que é operada, pelos motivos acima mencionados, se efetiva com limites visíveis. Nesses termos, a exigência da realidade concreta Latino Americana era por uma renovação do Serviço Social que, do ponto de vista dos fundamentos ideo-teóricos, conseguisse apreender um capitalismo que ao se constituir nessas formações sociais, o fazia com característica altamente dependente dos países centrais e, no caso do Brasil, fundamentalmente, com um padrão de exploração que articulava-se “[...] estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo” (FERNANDES, 2006, p. 228).

Aliás, esse é um padrão de exploração que se mantém pela superpopulação relativa constituída, em sua maior parte, de trabalhadores/as negros/as. Esse é um aspecto que permitem enxergar na “questão social” elementos que ultrapassam as determinações fundamentadas apenas na exploração do trabalho. Aqui é preciso perceber a práxis humana sob a totalidade dos processos histórico-políticos e culturais do capitalismo brasileiro. Isso porque as relações de trabalho estabelecidas na formação social deram abertura para o agravamento das formas de opressão, exploração e violência no desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países colonizados, isso fundamentado no racismo das ideologias racializadas.

Embora, a ruptura com as ideologias conservadoras permitiu a profissão analisar o panorama econômico e político sob o intenso processo de dependência e subalternidade do Brasil à economia imperialista internacional (ORTIZ, 2007), a leitura de que além das determinações de classe existiam determinações étnico-raciais foi invisibilizadas. Assim, a análise de que a classe burguesa dos países colonizados foi forjada sob a dominação/opressão étnico-racial branca foi prejudicada. **É certo que a renovação imprime uma visão ampla da sociedade de classes, mas invisibiliza as fundamentais e imprescindíveis particularidades das classes nas formações sociais apoiadas na escravidão e, mais, nas particularidades existentes no interior da classe trabalhadora que apontam para as diferenças e desigualdades nos segmentos remanescentes do trabalho escravo.**

Portanto, como o Serviço Social pós-reconceituado se propõe debruçar-se sob a realidade brasileira, a perspectiva da totalidade pressupõe abarcar o movimento histórico da sociedade, incluindo nele os sujeitos e as determinações que os colocam em condições desiguais. Nesse caso, o determinante racial nos processos que estão na base das relações capitalistas no Brasil é fundamental para compreensão da condição econômica e política das classes no Brasil, e nesse sentido, para apreender concretamente a “questão social” no Brasil.

CAPÍTULO 3 – RACISMO ESTRUTURAL E SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: qual a relação?

[...] silenciar, invisibilizar o negro não é um ato restrito à história do Serviço Social, uma vez que “no registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade” (HASENBALG, 1982, p. 105). Cumpre desvendar os motivos pelos quais essa invisibilidade registra-se [...]. Afinal, “é preciso pensar nas especificidades dessa história brasileira, que fez da desigualdade uma etiqueta e da discriminação um espaço não formalizado (SCHWARCZ, 2001, p. 36)” (FERREIRA, 2010, p. 13).

O objetivo deste capítulo é problematizar se o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social pode ser, além das determinações elencadas nos capítulos anteriores, determinado pelo racismo estrutural. **Nesta dissertação entendo que o racismo faz parte de uma ideologia estabelecida para manter relações sociais sob uma hierarquia social, e, sobretudo, para uma divisão racial do trabalho. Esta compreensão coloca o racismo como elemento estruturante nas relações sociais permeando as dimensões econômicas, política, social e cultural. São com essas premissas que busquei analisar a relação do racismo brasileiro com o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social.**

Após serem levantadas na história da profissão determinações que levaram a invisibilidade da temática racial, tratarei do racismo que esteve presente no contexto de origem e consolidação do Serviço Social no Brasil. Por ser uma relação social, (ALMEIDA, 2016, p23) o racismo estrutura a prática, a formação e a produção teórica da profissão no pós- reconceituação. Por estar sustentado nas ideologias essenciais à manutenção das relações de poder, o racismo contribui para que o olhar e a prática do/a assistente social seja direcionado para uma “realidade com a perspectiva da branca dominação (PINTO, 2003, p. 166-170). Uma branca dominação” porque as relações de poder no Brasil têm como estruturador às relações racistas. O racismo se moderniza e se reconfigura nas sociedades atingindo todas as formas das relações sociais (BORGES, 2017). Em razão disso, no Brasil, ele está respaldado, também, no “mito da democracia racial” que tem como estratégia invisibilizar às desigualdades sob uma dimensão sociorracial. Foi mediante essa estratégia que o racismo tentou silenciar as marcas do colonialismo e da escravidão na trajetória de muitas profissões, entre elas, a do Serviço Social.

3.1. A construção social de “raça” no âmbito da ciência de classe

Não é possível negar que as ciências das “raças” emergem em meio ao projeto burguês de dominação e exploração. Ao discutir a ideologia do colonialismo, Sodré (1965, p. 85) afirma que a ciência tem por objetivo a construção da inferioridade das nações e povos sob uma perspectiva explícita de dominação. Nesse sentido, trata-se de “uma ciência de classe” e, nesses termos, “uma pseudociência”.

As primeiras teorias que pautaram convivências racistas estão alicerçadas nos estudos científicos do século XIX. Com influência político- econômica das nações europeias e americanas, as proposições teóricas que constroem a noção de “raça” foram responsáveis pela categorização do gênero humano. Na análise de Skidmore (1976) os paradigmas científicos americano e europeu, desse período, objetivavam construir noções de diferenciação/classificação para hierarquização social e consolidação dos poderes econômicos e políticos.

Apesar disso, para Munanga (2003) os caminhos iniciais da categorização humana assentaram as suas bases na legitimação ideológica para relações de dominação e de sujeição entre as classes sociais: nobreza e plebe. Obviamente, não se deve omitir que as classificações humanas passaram a ser questionadas no final do século XVIII, quando o conhecimento e a explicação da origem humana são revistos no âmbito do pensamento iluminista. A aparição de ameríndios, negros e melanésios no início do século XV despertam curiosidades que põem em dúvidas todas as teses defendidas pela igreja até ali. Guimarães (2008) destaca que a partir da realidade de contestações e aparições, a espécie humana passa a ser categorizada pelo colorismo, assim, “[...] No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças” (MUNANGA, 2003, p. 03). É nesse contexto que a cor da pele é vista como fundamental para explicar as origens dos povos, aplicando a categorização do ser “[...] resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela (MUNANGA, 2003, p. 03).

Ao lado de todas essas concepções, as classificações dos seres humanos seguem os mesmos padrões de classificação dos animais, ou seja, um modelo predeterminado pela aparência e habilidades de cada “raça” (MUNAGA, 2003). Sem

dúvida, as classificações passam a servir de critérios de hierarquização, mesmo porque as características de inferiorização e impotencialidade foram destinadas aos agrupamentos das “raças” de cor da pele escura, enquanto a “raça” de cor branca caracterizava-se pelo oposto, ou seja, pela potencialidade e inteligência (MUNANGA, 2003). Nesses termos, no topo da pirâmide, expresso pela representação de superioridade, a “raça” branca foi hierarquicamente classificada (MUNANGA, 2003). Já os de descendência negra, asiática, índios e “morenos” foram classificados na parte inferior da pirâmide, demarcando a sua condição de submissão.

No âmbito desse processo de hierarquização e construção da noção de “raça”, é preciso sinalizar que as classificações humanas também encontraram explicação nas teses teológicas, as quais, historicamente, foram responsáveis por diversas construções sociais. A primeira assentou-se nas ideias judaico-cristã, sinalizada por Munanga (2003) como a primária expressão do racismo. Nesses conceitos religiosos, os argumentos de subordinação dos povos eram explicados a partir da passagem bíblica da maldição de Cã. Essa concepção acreditava que os descendentes de Cã seriam eternos serventes, dado o fato de ele ter sido amaldiçoado após zombar do seu pai Noé. Portanto, a inferiorização é justificada pela descendência familiar de Cã. Até então a servidão não se relacionava com a cor. No entanto, o cristianismo justificará a escravidão dos/as negros/as atribuindo-lhes à descendência de Cã (GUIMARÃES, 2008).

Outra explicação é dada pelas procedências geográfica e local de habitação. Assim, a inferioridade dos povos era natural das origens regionais e/ou suas atmosferas. Neste último, poderiam as virtudes humanas e cor da pele serem revertíveis a depender do clima. Na América Latina e nos Estados Unidos, os africanos, oriundos de diferentes lugares, foram denominados de “raça” negra. A cor negra foi direcionada para referir-se a cor de pele mais escura, pois a mesma chamava a atenção, dando sentido negativo para o Ocidente Cristão, o que significava “derrota para os/as brancos/as” e, por isso merecedor/a de subordinação pelas nações colonizadoras (GUIMARÃES, 2008).

Essas explicações são substituídas pelos estudos científicos do século XIX, quando a expansão colonial europeia possibilitou agregar o “extermínio” das populações com a escravização justificadas cientificamente (SCHWARCZ, 1993). A partir de então a classificação humana inicia o cumprimento do seu papel através da

biologização das “raças”. Várias concepções foram utilizadas pelo desenvolvimento científico, porém há duas vertentes que mais se polarizaram pelos “homens da ciência” ao definir as “raças”. A primeira diz respeito às ideias monogenistas, as quais explicavam a humanidade una, quando os homens tinham origem de uma fonte comum. A partir das explicações de evolução única, uma tendência basicamente bíblica, as diferenças encontradas nos seres humanos seriam a maior e/ou menor decomposição e perfeição do Éden. Intrínseca a essa ideia era possível encontrar as noções de virtude, própria das ideias iluministas, em que a perfeição foi escalada em maior ou menor grau para justificar as diferenças humanas. Essa concepção gerou divergências no entendimento das noções de evolução única, sobretudo porque ela não responderia a existência dos tipos humanos mais distantes do Éden, a não ser pela sua imperfeição e/ou retardamento (GUIMARÃES, 2002).

Ora, foi à analogia contraditória entre evolução Una e a perfeição do Éden que abriu espaços para o surgimento da segunda interpretação: o pensamento poligenista. Muito mais próxima da concepção biológica, essa interpretação acreditava na existência de várias fontes de criação da humanidade e essa seria a justificativa para as diferenças raciais. Através da contribuição da análise do comportamento humano, as classificações das capacidades humanas são determinadas pelo tamanho do cérebro, um estigma que expandiu para as áreas dos estudos criminalistas e da doença mental. De acordo com essa teoria, uma determinada “raça”, aquela pertencente ao de cor da pele escura, estaria predeterminada a ser criminosa e doente, manchando a honra e organização de uma sociedade evoluída (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com Guimarães (2008), nesse momento o simbolismo das cores, iniciado pelos europeus, já fazia parte dos estudos científicos que explicavam a inferiorização dos povos, e com as descobertas da ciência biológica vão se criando novas terminologias a partir do século XIX. Assim, na teoria da coloração novas nomenclaturas são adicionadas objetivando empregar termos técnicos nas classificações raciais: o caucasiano era utilizado ao invés de branco; mongolóide no lugar de amarelo; negróide para os negros. Contudo, essas nomenclaturas não ganharam credibilidade, mas as antigas formas de classificação para cor ganharam um novo significado racial, sobretudo pela utilização dos traços fisionômico referente à matéria física do sujeito sob a polaridade branco-negro (GUIMARÃES, 2008).

Acrescentou-se à escala da cor outros critérios como a contorno do nariz, o formato dos lábios, do queixo, o tamanho do crânio e ângulo facial, todos como elementos que aprimorariam classificação racializadas dos seres (MUNANGA, 2003).

O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos. Porém, em 1912, o antropólogo Franz Boas observara nos Estados Unidos que o crânio dos filhos de imigrantes não brancos, por definição braquicefalos, apresentavam tendência em alongar-se. O que tornava a forma do crânio uma característica dependendo mais da influência do meio, do que dos fatores raciais (MUNANGA, 2003, p. 04).

A partir da compreensão de que a descoberta científica da biologização e a criação de escolas atribuindo à evolução da espécie humana às concepções sociais e culturais, - como mecanismos estratégicos de perpetuação da dominação e exploração -, é importante situar duas das principais perspectivas de hierarquização: as ideias etnológica-biológica e darwinista social. De tradição norte-americana, as ideias etnológica-biológicas se sustentam no discurso das múltiplas “raças” advindas de mutações genéticas com consequentes diferenças raciais. Sua tese principal é a superioridade da “raça” branca e a inferioridade dos índios e negros/as. Diante desse pilar explicativo, compreende a mistura racial como um perigo para a superioridade da “raça” branca (SKIDMORE, 1976).

Posto isso, às ideias sustentadas no darwinismo social atribuem um caráter negativo à miscigenação, a partir da justificativa de “degeneração” da espécie humana “pura”. Escalando a Inglaterra e Alemanha como referências hierárquicas para as “raças”, sua principal tese é sustentada na ideia de que a “raça” ariana é superior às demais e, que todas as “raças” passam por um processo evolutivo, porém só os mais capacitados chegariam à reta final. Assim, os estudos do comportamento humano, realizados a partir dos pressupostos das ciências naturais, atribuem que o mais apto à evolução e construção de riquezas é a “raça” branca. Todas essas teorias defendidas pelas escolas também atribuem a Europa o papel e responsabilidade em escrever e determinar as histórias das civilizações (SKIDMORE, 1976).

Através dos fenômenos estruturais, a supremacia da “raça” branca, e consequentemente a discriminação racial - o racismo- foram idealizados pelas nações dominantes, leia-se os países europeus, para justificar a sua dominação, a

colonização, o sistema escravista e construir todas as demais relações de poder e exploração sobre uma parcela da classe que vive do trabalho. A construção social da “raça” utiliza as diferenças físicas, biológica, geográficas e culturais como mecanismo de legitimação das formas de opressão e exploração dos países dominantes na relação com os povos dominados. Daí advém as bases para acumulação e reprodução ampliada das suas riquezas. Assim, é impossível pensar a construção do conceito de “raça” pela ciência sem pensá-la como um conceito que serve à dominação e exploração desde as explicações bíblicas de superioridade e inferioridade nas relações entre nobreza e plebe. **À vista disso, torna-se um equívoco teórico não enxergar as descobertas científicas sobre “raça” enquanto investigações de “uma ciência de classe” e, nessas condições, “uma pseudociência”.**

Por isso, o racismo não pode ser compreendido fora das relações de exploração entre burguesia e proletariado no modo de produção capitalista, mesmo porque

[...] ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais (MOURA, 1994, p. 01).

Nesse sentido, se toda dominação necessita de um corpo ideológico capaz de lhe justificar, a construção social da “raça” e do racismo cumpre esse papel. No contexto brasileiro, a noção de “raça”, entendida como instrumento ideológico de dominação de classe vai se expressar nas ideias racistas da ciência de classe que exclui o/a trabalhador/a negro/a do sistema formal de produção.

3.2 O racismo estrutural brasileiro

A construção social de um arsenal teórico sobre “raça” em um contexto de expansão do imperialismo europeu denota que “[...] a barreira ilógica do racismo foi

levantada: a própria ciência, o triunfo do liberalismo, poderia provar que os homens não eram iguais” (HOBSBAWM, 1996, p.371). Por sinal, desigualdade consolidada no final do século XIX e início do século XX, quando era praticamente “[...] impossível negar que a ideia da superioridade em relação a um mundo de pele escuras [...] e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando [...] a política do imperialismo” (HOBSBAWM, 1988, p. 106).

No Brasil, a emergência das teorias racistas se dá pela influência do pensamento europeu, mesmo porque o “projeto burguês” de nação para o país era essencialmente assentado no desejo de tornar-se branco e, por isso, desenvolvido. A influência do pensamento europeu no Brasil está relacionada à cultura imitativa que caracterizava a sociedade brasileira no final do século XIX e no começo do século XX (SKIDMORE, 1976). Para Sodré (1965, p.84), os intelectuais brasileiros que abriram caminho para ciência introduziram pontos de vista teóricos em que os “[...] conhecimentos humanos permaneciam confundidos”, ou seja, acabaram aceitando e divulgando “preconceitos, falhas, falsidade a que os mestres, que estavam na Europa, conferiam foro de verdade”.

Assim, por suas características coloniais, assentadas na dependência econômica – “cuja razão de ser [é] produção mercantil complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos” (PRADO JR., 2008, p.270) -, o Brasil alimenta um tipo de pensamento próprio de sua condição na divisão social do trabalho. Por isso, “Caudatários, na sua cultura, imitativa [...] [e] mal preparados para discutir as doutrinas sociais da Europa [...] muitos pensadores brasileiros aceitavam-nas tacitamente [ou] assumiam implicitamente a sua possível validade” (SKIDMORE, 1976, p. 13). É dentro dessa perspectiva que o pensamento sobre as “raças” desenvolve-se em solo brasileiro, mesmo porque as estratégias científicas para as questões nacionais se processavam através da adaptação das ideias europeias.

Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues são dois pensadores que aceitaram os dogmas dos cientistas estrangeiros e construíram as teses sobre teorias raciais no Brasil. De acordo com Skidmore (1976), Silvio Romero atribuía uma escala etnográfica entre o branco europeu, os índios e os africanos para defender a existência de uma hierarquia racial. Nesse caso, a mistura dessas “raças” dava origem ao povo brasileiro como uma sub “raça” de crioulos ou mestiços. Em sua argumentação observava que a prevalência do branco europeu na mistura era essencial pela sua cultura superdesenvolvida.

Não obstante a essa ideologia, Nina Rodrigues (2008) traduziu a explicação do “atraso” brasileiro frente aos europeus a partir de uma leitura estigmatizada da “raça”. Ao fazer um estudo sobre “Os Africanos no Brasil”, em 1890, o autor destaca que a incorporação do povo africano no país se deu também no campo cultural, essa presença da “raça” negra explicava a inquestionável contribuição para a inferioridade do povo brasileiro. Nesses termos, a procedência africana dos/as negros/as é importante para o autor, uma vez que dependendo do grau de evolução de sua civilização na África, o subsídio à sociedade brasileira é positivo ou negativo. Por essa razão estava sempre buscando evidenciar na sua tese que os povos mestiços seriam mais tendentes ao desequilíbrio e, portanto, destinados às degenerações porque prevaleciam as características africanas.

Apesar de percorrerem caminhos e períodos diferentes, os dois pensadores brasileiros, Nina Rodrigues e Silvio Romero, a meu ver, elegem as características físicas como formas classificatórias para hierarquias entre os povos e, conseqüentemente, justificar a escravização e o seu fim tão tardiamente em solo brasileiro. Essa postura ideológica contribuiu para supremacia europeia em relação aos povos tidos como não civilizados, ou melhor, forneceu base de sustentação da dependência brasileira em relação à Europa.

Nina Rodrigues não se constituiu no primeiro intelectual a estudar o/a negro/a no país. No entanto, ela foi o precursor ao inserir a temática racial como objeto da ciência e, por isso, suas teses foram consideradas essenciais no universo científico para falar sobre o povo brasileiro no mundo à fora. O fato do país está vivenciando o processo de “independência” do território nacional, fez com que as suas teorias fossem pautadas nas discussões das elites escravistas e latifundiárias. Afinal, a preocupação em adquirir os padrões civilizatórios europeus para a construção da Nação fez das “teóricas científicas” modelo essencial para o desenvolvimento do país. Para Guimarães (2002), esse contexto possibilitou aprofundar os estereótipos brasileiros e concretizar a relação de subalternidade racial, o que a meu ver trata-se de uma subalternização política, econômica e social.

O pensamento de Silvio Romero e Nina Rodrigues exercem grande influência no país, principalmente porque o momento conjuntural trazia como debate central a questão do trabalho. Por estar associadas ao contexto da abolição, de transição do trabalho escravo ao trabalho livre e de constituição do capitalismo brasileiro, as teorias raciais no país contribuíram para o desenvolvimento e

consolidação de um racismo que se estrutura nas relações sociais de produção. Nesse sentido, são esses os contextos que dão sustentação ao racismo estrutural brasileiro, sobretudo, apoiado no projeto de desenvolvimento de uma burguesia forjada a partir do “senhor agrário” (FERNANDES, 2006).

Por essa razão, e tendo como preocupação o desenvolvimento econômico do Brasil, a burguesia brasileira trazia para a pauta do dia o debate racial, até porque a abolição, presente no horizonte brasileiro, exigia redefinir os/as trabalhadores/as a serem explorados/as com a consolidação do modo de produção capitalista. Sob a condição de “inferior” o/a negro/a e o/a mestiço/as eram vistos/as e tratados/as como incapazes de assumir o trabalho assalariado. Nesses termos, **deve-se admitir que “[...] O racismo tornou-se uma ideologia bem elaborada, sendo fruto da ciência europeia [...] ganha força a partir da escravidão negra, adquirindo estatuto de teoria após a revolução industrial europeia” (MUNANGA, 2008, p. 45 grifo meu).**

Por ser “[...] uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23), o racismo pode ser apreendido nas diferentes expressões. No Brasil, ele se consolida socialmente no processo de redefinição social e cultural do trabalho, quando a política imigração assumida pelo Estado tem como finalidade substituir o trabalhador/a negro/a - considerado inapto para o trabalho assalariado - , pelo/a branco/a europeu, e branquear a população brasileira. Para Martins (2017, p. 278), esse é um “[...] processo em que o/a negro/a, ao entrar nas novas relações de produção, viu-se profundamente marginalizado/a pela ideia de trabalho assalariado associado a uma força de trabalho estrangeira e branca”. **Nesse sentido, a construção ideológica de inferioridade do/a trabalhador/a negro/a e de sua incompatibilidade para o trabalho assalariado, “[...] demarca a instauração de um racismo nas relações de produção como condição necessária à produção do valor e da superexploração” (MARTINS, 2017, p. 278 grifo meu).** Assim, o racismo colabora na diferenciação das tarefas por meio de estabelecimento de uma hierarquia baseada no recorte racial, na qual “[...] certos trabalhadores perdem uma parte maior do mais-valor que eles criaram do que os outros” (DEVULSKY, 2016, p. 26).

O racismo, ao “[...] impregnar todos os aspectos da sociedade burguesa, atrela-se a determinações do modo de produção capitalista, estando consagrado como um elemento da vida material. Na história do Brasil, isto adquire proporções

vultosas” (BIONDI, 2015, p. 03), sobretudo, quando a partir da constituição do capitalismo no país, os/as negros/as, segundo Martins (2017, p. 288-289), podem ser correlacionados com a parcela da classe trabalhadora categorizada por Marx (2009) como “latente” e com livre trânsito na forma “estagnada”, ou seja, passaram a compor o

[...] exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. [...] Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-[os] base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência. (MARX, 2009, p. 746).

Assim, as resultantes do racismo estrutural podem ser percebidas no fato de que os/as negros/as foram empurrados para “[...] as margens da produção industrial: o trabalho doméstico, os serviços no campo e as bases das forças armadas, onde se reproduzia a lógica do trabalho compulsório e das penas corporais” (BIONDI, 2015, p.08). Como base de ramos especiais de exploração do capital, o/a trabalhador negro/a será convocado/a- como alternativa mais barata e de menos tradição de luta sindical -, para compor o proletariado, justamente após as grandes greves operárias de 1917(BIONDI, 2015). As implicações dessa inserção, deliberada pela necessidade de evitar a diminuição da produção e reprodução de riqueza, podem ser verificadas quando

[...] na década de 1940, quando se consolidam as relações de trabalho sob bases corporativistas, os negros e “mulatos ” formavam 40% dos que se encontravam inseridos no setor primário da economia, compondo 46% dos empregados, 41% dos autônomos e 22% dos empregadores. Em 1950, essa população é acrescida, contando com 42,5% dos que trabalhavam nesse setor, sendo 47% dos empregados, 43% dos autônomos e 22% dos empregadores (HASENBALG, 2005, p. 179-180) [...] Sem dúvida, o desenvolvimento operado a partir da primeira fase de “industrialização pesada” (1956-1964) possibilitou uma maior inserção dos(das) negros(as) no mercado de trabalho que, de 36% em 1950, chega a 62% em 1980. Em 1980, essa população já se concentrava nas áreas urbanas (62%), diferentemente da década de 1950 (36%). Entretanto, a absorção significativa da força de trabalho negra na indústria de transformação dinâmica (16,4%) e na indústria tradicional (13,4%) era predominantemente nas ocupações manuais e de menor nível de rendimento (PORCARO, 1988, p. 178-192). A vinculação empregatícia dos(das) negros(as) estava associada às ocupações irregulares, com tendência a flutuações cíclicas e sazonais. Portanto, invariavelmente, com poucas chances de ser regulamentada por leis trabalhistas (MARTINS, 2014, p. 119).

As sequelas desse processo de marginalização se evidenciam no desemprego estrutural com uma maior intensidade a partir dos anos dois mil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, de 2012 a 2016, identifica que essa expressão coloca em taxa média de desemprego, os/as trabalhadores/as autodeclarados pardos/as expressam uma taxa de 14,4%, enquanto o grupo de pessoas pretas é de 14,5%, mas os/as trabalhadores/as brancos/as é apenas de 9,5%. Assim, em 2016, as pessoas desempregadas representava um total de 35,6% dos/as trabalhadores/as brancos/as e os/as negros/as e pardos/as somavam 63,7% (IBGE/PNAD, 2017).

Em 2017, 26,4 milhões de pessoas encontravam-se desempregados/as sendo que quase 70% correspondem aos trabalhadores/as negros/as e/ou pardos/as, conforme a classificação de autodeclaração do IBGE. Ou seja, uma diferença nos números médios de inserção dos/as trabalhadores/as pretas e pardas que os inserem nas diversas situações de vulnerabilidade social. Essa é uma realidade que determina a composição da população negra - pretos/as e pardos/as - nos piores índices das análises e sistematizações das condições concretas de vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Um dado importante que devo considerar é o encaminhamento dessa população desempregada para os setores de informalidade e desocupação. Na pesquisa disponibilizada pelo IBGE (2017) a taxa de desocupação dos que se declararam brancos/as é de 9,5%, ainda assim ficando abaixo da média nacional que é de 11,8%. Já a taxa dos/as pretos/as é de 14,5% e a dos/as pardos/as 13,6%, representando um total de 28,1 % do que aqui consideramos como população negra. Ou seja, os/as trabalhadores/as negros/as, além de ser quase o triplo dos/as desocupados/as em relação aos brancos/as, pertencem mais que o dobro da média nacional da taxa de desocupação. Além disso, os dados mostram que o percentual de trabalhadores/as com carteira assinada é maior entre brancos/as. Já os serviços que estão vinculados à informalidade, a exemplo do trabalho doméstico que representam a menor remuneração em termos médios, 65% dos/as trabalhadores/as informais são autodeclarados/as pretos/as e/ou pardos/as. Há, também, uma estimativa para as ocupações de ambulantes, aqui a população negra representa 67% desses trabalhadores/as, sem mensurar a gravidade por regiões (IBGE, 2017).

Quando saímos das análises apenas das ocupações específicas encontramos outra realidade determinada pelo racismo. De acordo PNAD (2017), entre aos anos de 2012 a 2016 os/as trabalhadores/as autodeclaradas/as pardos/as têm renda de aproximadamente de R\$ 1.480, enquanto os/as autodeclarados/as pretas R\$ 1.461. Tal realidade cria um abismo evidente quanto à comparação alcança as autodeclarações de trabalhadores/as brancos/as que recebem em média R\$ 2.660. Essa diferença expressa que os trabalhadores/as brancos/as ganham em salários médios quase 82% superiores aos rendimentos dos/as pretos/as e prados/as. (IBGE/PNAD, 2017).

Evidencia-se, portanto, que a diferença de renda entre os/as trabalhadores pretos/as/pardos/as em relação os/as trabalhadores/as brancos/as chega a ser quase o dobro dos rendimentos. Esses são dados que comprovam as desigualdades no Brasil sob uma dimensão sociorracial. **Assim, diante das relações estabelecidas pelo racismo no Brasil, temos como principal manifestação material do racismo ideológico as relações de opressão e exclusão, as quais aparecem a partir da menor participação da população negra na renda nacional e no usufruto dos direitos sociais** (ALMEIDA, 2016b). Isso porque “[...] as desigualdades sociorraciais se revelam também na divisão social do trabalho, na qual a população afrodescendente ocupa as posições pior remuneradas e de menores status social [...]” (MENEZES, 2010, p. 38).

Em decorrência desse racismo estrutural a condição de vida dos/as negros/as se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora. Justamente por essa determinação, eles/as estão inseridos nas principais expressões da “questão social” brasileira. A Síntese de Indicadores Sociais/SIS (IBGE, 2017), realizada nos anos de 2012 a 2016, indica que 13, 4 milhões de pessoas vivenciam a pobreza extrema. O maior índice se dá na Região Nordeste do país, quando 43,5% da população experimenta a situação de vulnerabilidade social. No entanto, essa região concentra uma das maiores porcentagem de negros/as (pretos/as e pardos/as) do país (54,9%) (IBGE, 2017). Isso nos leva a observar que as estatísticas sobre a pobreza monetária incluem, também, sob alta incidência de pretos/as e pardos/as na situação de pobreza e vulnerabilidade, a partir de uma dimensão regional. Isso quando as diferenças regionais são essenciais para indicar os lugares “[...] onde maiores e menores contingentes de pessoas estão passando

por dificuldades econômicas em razão de não ter acesso a recursos monetários” (IBGE, 2017, p. 14).

Uma das sequelas dessa pobreza é a situação proporcional de pessoas residentes em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico. A PNAD (IBGE, 2017) produziu, em 2016, dados a respeito das características dos domicílios, a partir dos materiais utilizados na construção, número de cômodos, valor do aluguel, entre outros. Os dados revelam que população negra tem proporcionalidade menor ingresso nos serviços de saneamento quando comparado à população branca. Em 2016, 53,1% os homens negros residentes em domicílios particulares urbanos tinham acesso aos três serviços de saneamento básico. Já as mulheres negras, 55,0% adquiriram tais serviços. No entanto, a população branca conquistou 70,8% e 72,8%, entre homens e mulheres brancos/as, respectivamente, dos direitos direcionados aos residentes em domicílios com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico: coleta direta ou indireta de lixo; abastecimento de água por rede geral; esgotamento Sanitário por rede coletora ou pluvial.

A partir dos dados acima apresentados é incontestável a presença do racismo e seus efeitos deletérios sobre as condições de vida dos/as negros/as. Não há dúvidas, são esses efeitos que direcionam os/as negro/as para compor a referência principal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/ CadÚnico, o qual é “[...] atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil, permitindo a convergência de políticas públicas para a parcela mais pobre da população” (MDS, 2014, p. 09).

No último levantamento realizado em 2013, a “raça”/cor das pessoas cadastradas e beneficiárias se declarou de cor/raça parda 63,9%, seguido por branca 27,5%. Nesse caso, a população negra, somando os/as pretos/as e pardos/as concentram-se que 70,8% das pessoas registradas no perfil do CadÚnico. Além disso, 73,7 dos beneficiários do Programa Bolsa Família se autodeclaram negros/as. Não obstante, a “raça”/cor das pessoas em famílias com renda familiar per capita até meio salário-mínimo expressa taxativamente a desigualdade social em vias regionais. Na região Norte tem 84,3% de maior proporção de pardos do que a média do Cadastro e na Nordeste e 76,2% comprovando que a pobreza brasileira tem cor (MDS, 2014) e que é a região Nordeste a mais afetada pela pobreza.

Portanto, a realidade identificada nos indicadores sociais até aqui apontam que os/as trabalhadores/as brancos/as concentram-se nas ocupações que garantem a maioria das seguranças sociais. Já os/as trabalhadores/as negros/as permanecem ocupando os postos de trabalho com vínculos informais e com relações de trabalho precárias, e, sobretudo, no quesito desigualdade social a população negra encontra-se com os piores índices em todos os setores da vida social. Por esse motivo, são as famílias negras que se constituem predominante nos serviços socioassistenciais e/ou políticas sociais, os quais a maioria dos/as assistentes sociais desempenha as suas ações profissionais.

E por isso acredito que o Serviço Social, pelo seu direcionamento político e crítico, pode ser uma profissão que apresenta alternativas fundamentais que contribui para a não omissão dos processos sociais reais e as condições objetivas da população negra. No entanto, reconheço que há barreiras estruturais que cooperaram/cooperam para que a profissão tenha silenciado e continua silenciando as determinações das relações racistas nas vidas brasileiras. Uma dessas barreiras pode ter sido colocada pelo “mito da democracia racial” que naturaliza e silencia a composição majoritária dos/as trabalhadores/as nas expressões da “questão social” no Brasil, isso ao replicar historicamente que no país existe uma igualdade formal e as desigualdades estão apenas no âmbito das classes sociais.

3.3. Racismo e influência do mito da democracia racial no Serviço Social

As determinações apontadas no processo de renovação do Serviço Social sinalizam para aspectos e causalidades do silenciamento profissional da questão étnico-racial. A admissão de que a década de 1980 representa, do ponto de vista ideo-político, a consolidação do processo de ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1996) e, portanto, a capacidade teórico-metodológica de apreender os processos fundamentais da formação social brasileira e suas repercussões, impõe necessariamente investigar outras determinações que deem conta de explicar a persistência do silenciamento da questão étnico-racial no âmbito profissional.

Não há como negar, na história do Brasil, a questão étnico-racial, “[...] desde a independência, [...] sempre representou, e continua a representar, uma perspectiva importante para a compreensão [...] [das] particularidades da sociedade

brasileira.” (IANNI, 1991, p.16). Assim, após percorrer a trajetória do Serviço Social e identificar a forte influência do arcabouço teórico conservador na sua orientação, uma ruptura com apropriação do marxismo sem Marx e uma consolidação da ruptura demonstrada pela maturidade teórico-metodológica, cabe questionar: que outras determinações se mostram presentes no processo de consolidação teórico-metodológico profissional que se relaciona com o silêncio do Serviço Social sobre a questão étnico-racial? O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro tem relação com o racismo estrutural da sociedade brasileira e com o mito de democracia racial?

Conforme discutido no capítulo anterior, a ruptura com o tradicionalismo profissional foi conformada com a “inclusão” de uma teoria social crítica de tradição marxista expressa no currículo mínimo de 1982 e no amadurecimento teórico notabilizado com a revisão curricular de 1996. Embora esses processos sinalizem avanços para a profissão, a apropriação teórica do marxismo pelo Serviço Social não permitiu uma leitura da realidade brasileira alicerçada em aspectos fundamentais da formação sócio-histórica que permitisse apreender, no âmbito da classe trabalhadora no Brasil, um segmento majoritário que em decorrência dos processos implementados pela burguesia na transição do trabalho escravo ao trabalho livre e na constituição do capitalismo brasileiro, ficou à margem do trabalho formal, aprofundando a conformação da “questão social” no país.

A principal implicação dessa determinação é o silenciamento em relação aos/as trabalhadores/as negros/as, suas condições de trabalho e de vida, suas lutas e enfrentamentos no contexto brasileiro e, fundamentalmente, o silenciamento em relação ao fato de que é essa a parcela majoritária da classe trabalhadora que se destaca nas principais expressões da “questão social”. Por essa razão, os/as trabalhadores/as negros/as são os principais usuários/as dos serviços nos quais os/as assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais, sobretudo na Política de Assistência Social.

A proposição é a de que aliado a outras determinações, o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro também está associado ao racismo estrutural e a persistência do mito da existência de uma democracia racial nas relações sociais contemporâneas. Para dar conta de investigar essa proposição é pertinente retomar aspectos do racismo à brasileira e os argumentos da existência

de um paraíso racial brasileiro para, então, situar os aspectos que apontam para a sua influência no Serviço Social.

Pesquisas e indicadores sociais têm confirmado que por trás de uma democracia racial se esconde um racismo que é estrutural e manifesto nas relações sociais no país. O racismo brasileiro é uma construção social amparada na ideologia dominante sobre as “raças”. Nesses termos, o conceito de “raça” foi construído “[...] para legitimar a dominação de classe sobre os (as) diferentes: aqueles (as) que não eram brancos(as), europeus(europeias), colonizadores(as), donos(as) do poder” (LUCENA, 2010, p. 123). Por esse ângulo, “raça” serviu e serve à opressão e a exploração. Assim, a questão racial não pode ser compreendida sem um vínculo orgânico com os processos e as estruturas econômicas e políticas. Nessa perspectiva,

A colonização e escravidão são processos determinantes da formação social brasileira, e o racismo é produto fundante desses processos. No entanto, o racismo ganhou nova dimensão no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e na proclamação da República, quando o monopólio do poder, o controle do Estado e o domínio político passaram a ser exercidos pelos grandes proprietários (FERNANDES, 2006). A partir de então, “[...] a questão étnico-racial [...] assume contornos próprios” (MARTINS, 2016, p. 21; suprimimos) (MARTINS, 2017, p. 278).

No Brasil, pesquisas que investigam a existência da questão étnico-racial dão conta de que o racismo brasileiro tem particularidades. Trata-se de uma “[...] engenharia da igualdade no plano legal e a exclusão absoluta no plano das relações concretas, [...] [É] a forma de racismo mais perversa que existe no mundo, porque ela foi uma estratégia vitoriosa [ao] tirar a questão racial do plano político” (CARNEIRO, 2000, p. 25). Para Martins (2013, p. 12), a particularidade do racismo no país reside justamente no fato de “[...] despolitizar diante da sociedade brasileira qualquer iniciativa de reivindicar direitos através do argumento étnico-racial”.

A construção social de um racismo camuflado por meio da existência de uma democracia racial é encontrada em diversos autores que estudam a questão. Munanga (2002) sinaliza que o racismo à brasileira foi sendo construído através da importância dada ao fenômeno da miscigenação. Para o autor, a questão inicial perpassa pelo valor que estaria sendo construído no processo de homogeneização biológica e, assim, por persistência, ao longo dos anos, nasceria uma nova “raça” brasileira que exterminaria todos os problemas econômicos, políticos e sociais

causados pela negritude latente que vivia no país. Em outras palavras, os brasileiros pertenceriam a uma nação “[...] mais branca fenotipicamente, embora mestiça genotipicamente” (MUNANGA, 2002, p. 10) e, evoluída em todos os aspectos da dinâmica social. Portanto, a construção de uma identidade coletiva por meio do branqueamento da população brasileira está diretamente articulada com os processos políticos e com a necessidade de desenvolvimento econômico do país.

Além dos aspectos econômicos, políticos e sociais que tocam a branquitude e o branqueamento, a construção social do branqueamento atingem também o comportamento social e individual do/a negro/a. Para Carone (2002), o branqueamento pode inicialmente ser entendido como resultado da miscigenação entre o/a negro/a e branco/a desde o período colonial, mas não devemos entendê-lo apenas pelo resultado visivelmente colorindo os corpos. A autora afirma que o contexto miscigenado não pode deixar de ser percebido como uma pressão cultural desempenhada pela hegemonia branca para que o povo negro negasse sua história/cultura como condição de sua inserção à nova estrutura social. Assim, a “purificação étnica” foi uma espécie de darwinismo social que acabaria branqueando o Brasil futuramente também no campo da cultura, religião, estética e outros. Nessa perspectiva, trata-se de uma concepção própria do pensamento burguês conservador e, também, religioso moral, que chegaram junto com o modelo econômico e político eurocêntrico para construção da nação chamada Brasil. Não é por acaso que na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, o/a trabalhador/a negro/a será posto/a à margem do trabalho assalariado.

Ao considerar essa assertiva como um ponto de partida para compreender a manifestação do racismo na realidade brasileira, Bento (2002, p. 25) procurou sistematizar as dimensões classificadas do branqueamento e branquitude como traços da identidade racial no país. Para ela,

no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo de inveja e do desejo dos outros grupos raciais não - brancos e, portanto, encarados como não humanos.

Como a maioria das teorias que buscam explicar a racialização dos humanos, esse discurso foi criado e disseminado pela burguesia branca e instituído como um

problema do/a negro/a. A branquitude no centro das relações sociais brasileiras acontece de diversas formas, entretanto, o aspecto que chama a atenção é o fato de em todas as literaturas o/a branco/a não ser posto como protagonista das desigualdades sociais e raciais. Esse aspecto vincula-se ao silêncio sobre a discriminação e opressão vivida pelos/as negros/as e a transferência da responsabilidade de tais desigualdades para os/as estigmatizados/as. O exemplo nesse sentido está no processo de transição da escravização para o assalariamento quando o/a negro/a é estigmatizado e considerado incompatível para assumir o trabalho assalariado (MARTINS, 2012) alegando-se o seu despreparo para adentrar nas relações assalariadas. Por isso, quando se estuda os processos sociais, com base em ideias construídas no âmbito científico, é importante considerar que esses são padrões são estabelecidos e disseminados por uma burguesia branca, a burguesia da “ciência de classes” e um projeto de Estado.

A hierarquia social foi definida pelos europeus direcionando o poder político e econômico mundial às “raças puras”: leia-se a burguesia branca (BENTO, 2002). Nesse sentido, as ideologias sobre as “raças” compactuam com a construção das hierarquias sociais na perspectiva da reprodução e manutenção da riqueza nas mãos da burguesia branca, afinal, elas se constituem em padrão de referência em quaisquer dimensões da vida social. Por esse ângulo, o racismo não deve ser compreendido sem um vínculo orgânico com os processos e as estruturas econômicas e políticas. Ao apresentar a simbologia do “ser branco”, a ideologia racista direciona as pessoas a lugares privilegiados e que protegem interesses burgueses.

As ideologias de dominação são criadas justamente para desqualificar as potencialidades, a cultura, a organização política dos/as oprimidos/as. Nesse sentido, a simbologia do autoconhecimento, da autoestima e da cultura refinada foi apropriada por um grupo em detrimento do outro e essa posse, no plano cultural, se articula com a legitimidade da supremacia branca na economia, política e social. As implicações dessa apropriação apresentam subjetividades, que do ponto de vista da construção Identitária, a autoculpabilização do/a negro/a tornou-se essencial para construção de uma identidade nacional através da miscigenação. Portanto, aqui penso que compactuar com a descrição de um processo ideologicamente inventado por um grupo que se coloca enquanto modelo universal da humanidade é reproduzir o racismo sobre diversas formas (BENTO, 2002).

Nesses termos, concordo com Jacino (2008) ao sinalizar que umas das formas mais expressivas desse racismo ideológico é sua expressão concreta no branqueamento do trabalho. Ao escrever sobre “O branqueamento do Trabalho”, e fazer um levantamento sobre a urbanização e o mercado de trabalho, o referido autor apresenta várias representações de como esse branqueamento econômico, social e sociológico se desenvolveu no Brasil. Ou seja, a branquitude brasileira deve ser entendida como uma construção sócio-histórica que falsamente produz a superioridade branca em todas as dimensões da vida social. Isto ocorre principalmente quando a naturalização da cor nas condições de subproletarização representa expressamente as desigualdades raciais inquestionáveis nas relações de trabalho. Assim, o resultado é uma sociedade estruturada e edificada pelo racismo nas relações de trabalho determinando que os sujeitos brancos adquiram privilégios e posições de poder material e simbólico proeminente aos negros/as.

Assim, compartilho do pensamento de Skidmore (1976) ao discutir que o branqueamento como elemento central na construção do racismo faz parte de uma ideologia de integração. Em verdade, os/as negros/as deveriam assimilar os valores dos homens e mulheres brancos/as para criar um imaginário de inexistência da diferença racial no país. Portanto, aproveitando da inexistência de conflitos abertos e disputas interraciais por espaços econômico e político, a maioria da elite brasileira vê esses aspectos como importantes para admitir uma estratégia política importante que presume no território nacional que os conflitos se davam apenas na esfera das lutas das classes sociais. Nesses termos, o branqueamento tratado como solução necessária à “integração” racial, passa a ser visto como um progresso nacional que iria garantir a extração do atraso representado pela forte presença do/a negro/a.

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] [é] aceita pela maior parte da elite [...] nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976, p.81).

Dessa forma, o branqueamento é proclamado pela burguesia brasileira como a possibilidade de predomínio de uma população mestiça, sem problemas de saúde, com qualidades culturais e, sobretudo, com habilidades profissionais capazes de aumentar a riqueza nacional (SKIDMORE, 1976). Além disso, a ideia de um país racialmente democrático tornou-se o ponto de partida para que burguesia se mantivesse no controle sobre o/a proletariado/a e, sobretudo, para criar uma imagem internacional do “paraíso” interracial.

Nesse caso, várias intervenções políticas, legislativas e culturais foram criadas e readaptadas objetivando despertar um sentimento de pertencimento a todos/as trabalhadores/as (GUIMARÃES, 1999). Uma grande contribuição para o “mito da democracia racial” é “Casa-grande & senzala”, de Gilberto Freyre (2004). Seus principais “subsídios” foram criar uma ideia de Nação em que transforma as diferenças no país em “cultura” e não mais em “raça”. As ideias de Freyre (2004) conquistariam o mundo e as mentes das pessoas. Essa ação iria contribuir no empenho do Estado reformista e interventor que Getúlio Vargas propagava. Assim, a miscigenação e o branqueamento são confirmados como uma criação ideológica para povo brasileiro que elevou a potência simbólica para integração nacional e reconhecimento global. Aqui o discurso da mistura entre brancos/as, indígenas e negros/as apresentaria o surgimento de uma “meta-raça”, que expressava a integração social entre as diferentes “raças”, foi essencial para que a nova dinâmica societária se apropriasse de um caminho inovador, porém com atributos extremamente conservadores em nome da integração racial e social. Isso projetando ideologicamente uma relação democrática entre todos os brasileiros. A esse episódio damos o nome de democracia racial, ou melhor, “mito da democracia racial” (HASENBALG, 1979).

Mas, o que de fato esse mito representou/representa é a insistente negação do racismo no país. A mitologia, chamada por Freyre de “democracia étnica”, ao difundir uma relação harmoniosa e pacífica entre negros/as e brancos/as, objetivava vender a ideia – para os países que conviviam com sistema jurídico de segregação racial e dificuldades de confirmação da identidade nacional -, da existência de uma admirável interrelação entre as “raças”. No entanto, ao reproduzir a partir da “casa grande”, do senhor de escravo, o pretense contexto de uma sociedade racialmente igualitária, as ideias de Freyre (2004, p.33) apoiam-se na “[...] escassez de mulheres brancas [o que] criou zonas de confraternização

entre conquistadores e conquistados, senhores e escravos”. Além disso, também negou a existência de qualquer tipo de organização de luta contra a discriminação e/ou exploração racial. Ao contestar as ideias de Freyre (2004) e a sua defesa de “confraternização” e “igualdade”, Hanchard (2001, p. 71-72) argumenta:

Se é que existiram, essas “zonas de confraternização” foram demarcadas no campo do erotismo, especificamente nos desejos dos homens brancos que eram senhores de escravos. Os homens negros ou de tez escura e as mulheres brancas ficam fora desse cenário. Também maus entendem fica qualquer possibilidade de que as chamadas zonas fraternas deixassem de ser espaços de uma intimidade bruta, nos quais as relações entre senhores se estruturavam-se numa relativa liberdade de escolha por parte do dono das terras e numa relativa falta de escolha por parte da escrava. Serva, nesse caso, tem uma conotação dupla, que tanto se relaciona com o trabalho quanto com a função sexual [...] Na reconstrução freyriana do Brasil pré-industrial, a miscigenação ocorre, a princípio, apenas entre homens brancos possuidores de terras e mulheres de grupos sociais indígenas e escravizados, e nunca entre homens escravizados e mulheres brancas. Portanto, seja qual for o grau de humanidade que Freyre infira dessas relações, elas eram, objetivamente, relações de dominação e subordinação entre possuidores e possuídos, nas quais os papéis raciais e sexuais eram transformados em mercadoria, conforme as preferências e escolhas dos senhores de escravos.

Assim, o mito da “democracia da racial” como conjunto de ideias que atua com o propósito de organizar as relações sociais, sem alterar, a realidade brasileira de desigualdade racial, se manterá influenciando as ações no âmbito social, político, econômico e cultural do país. Principalmente no plano econômico, o racismo se expressará nas condições de subproletarização dos/as negros/as, sem que nenhuma crítica ao sistema de produção de riquezas pudesse ser feita (JACINO, 2008). Fernandes (1978) dará conta de que a integração dos/as negros/as recém libertos/as na nova sociedade de classe foi sendo marginalizada e, por isso, seria impossível a existência de uma democracia racial no Brasil.

Nesses termos, diante da verticalização das relações na sociedade brasileira, os/as libertos/as não adquiriram propriamente a condição de trabalhador/a livre e cidadão/ã, sobretudo, dada a discriminação racial no âmbito do trabalho assalariado. A função da mitologia foi de manter a desigualdade sociorracial intocável para manter íntegra a relação de poder. Portanto, a concepção de uma democracia racial no país exerceu/exerce fielmente a função para a qual foi criada: silenciar e naturalizar as diferenças raciais entre os/as brancos/as e os não brancos/as. Ou

seja, conservar a dominação e o privilégio de uma burguesia branca sem que essa conservação fosse/seja vista como uma construção ideológica necessária à manutenção da exploração das “raças” negra e indígena.

Para situar os aspectos que apontam para a influência do mito da democracia racial no Serviço Social brasileiro, algumas mediações são necessárias. O entendimento do “mito” como uma construção ideológica exige uma reflexão acerca do papel da ideologia na sociedade brasileira. Ao discutir acerca da Ideologia, Chauí (1992) elenca as principais determinações da sua constituição. Para a autora

- 1) a ideologia é resultado da divisão social do trabalho e, em particular, da separação entre trabalho material/manual e trabalho espiritual/intelectual; 2) essa separação dos trabalhos estabelece a aparente autonomia do trabalho intelectual face ao trabalho material; 3) essa autonomia aparente do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtores desse trabalho, isto é, dos pensadores; 4) essa autonomia dos produtores do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtos desse trabalho, isto é, das ideias; 5) essas ideias autonomizadas são as ideias da classe dominante de uma época e tal autonomia é produzida no momento em que se faz uma separação entre os indivíduos que dominam e as ideias que dominam, de tal modo que a dominação de homens sobre homens não seja percebida porque aparece como dominação das ideias sobre todos os homens; (CHAUI, 1992, p. 101-102).

Assim, como “instrumento de dominação de classe” a ideologia tem origem na contradição de classes expressa pela separação “[...] entre proprietários e não proprietários das condições e dos produtos do trabalho, como divisão entre exploradores e explorados, dominantes e dominados e, portanto, se realiza como luta de classes” (CHAUI, 1992, p. 102). Nesse sentido, é papel da ideologia “[...] impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas. Para tanto, [a sua] função [é] dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem;” (CHAUI, 1992, p. 103).

Para Chauí (1992, p. 103-104), ao “[...] servir a uma classe na dominação”, a ideologia “[...] deve transformar as ideias particulares da classe dominante em ideias universais, válidas igualmente para toda a sociedade”. Contudo, “[...] a universalidade dessas ideias é abstrata”. E é através dessa abstração que se “[...] constrói uma rede imaginária de ideias e de valores que possuem base real (a divisão social), mas de tal modo que essa base seja reconstruída de modo invertido e imaginário”. **Ao servir à dominação burguesa, o mito da democracia racial,**

como ideologia dominante, serviu para esconder a existência de um racismo estrutural manifesto no plano da vida material da parcela majoritária da classe trabalhadora racialmente discriminada. Assim, como conjunto de valores interiorizados pela sociedade brasileira, o mito da democracia racial passa a fazer parte do conjunto de ideias explícitas e/ou implícitas em todas as dimensões da vida social, inclusive no conjunto de ideias que nortearam historicamente a formação profissional. No Serviço Social, essa ideologia pode ser apreendida ainda no notável silêncio da questão étnico-racial na sua formação profissional, aqui apreendido na proposta curricular de 1996 e nas pesquisas que tiveram como objeto analisar a sua presença no âmbito do Serviço Social.

Entendidas como resultado de um longo processo coletivo de formulação, as diretrizes curriculares expressam o amadurecimento teórico-metodológico conquistado pela categoria profissional nos anos 1980 e 1990. Ao “[...] agregar um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador de conteúdos da formação profissional” (RODRIGO; IAMAMOTO; WANDERLEY, 2002, p. 353), as diretrizes explicitam a nova lógica curricular sustentada no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Ao assumir como princípio o “[...] Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social [...]” como condição para a “compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 06 grifo meu), as diretrizes abrem a possibilidade para pensar e discutir as questões que estão na base da formação social brasileira – a questão étnico-racial é parte destas. O princípio de “[...] adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p.06) constrói a possibilidade de apreensão das particularidades da formação social brasileira, tão necessária à compreensão de uma “questão social” que é “[...] elementarmente determinada pelo traço próprio e

peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2001, p. 45). No entanto, “[...] no caso brasileiro, às relações raciais se entrelaçam as suas particularidades histórico-sociais interferindo, agravando e aprofundando a [sua] conformação”. (MARTINS 2013, p. 12).

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira ao direcionar para o “[...]conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira” (ABEPSS, 1996, p.11) não deixa dúvida da importância para a formação profissional às análises que buscam apreender os

movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, [...] os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas **desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.** (ABEPSS, 1996, p. 11 grifo meu)

Essa direção se fortalece nas diretrizes curriculares através da proposição de Formação sócio-histórica do Brasil como matéria básica necessária. **Ao indicar os seus conteúdos - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo** (ABEPSS, 1996, p. 16 grifo meu) - as diretrizes curriculares embora silenciem processos indissociáveis da gênese e manifestações da “questão social” na realidade brasileira - como a questão étnico-racial -, propiciam a oportunidade de pensar uma formação social que compreenda a questão étnico-racial no âmbito dos processos que a forjou, mesmo porque, no contexto brasileiro, ela

é [uma] construção social no marco do capitalismo mercantilista. Quando a colonização passa a servir de base para a constituição do modo de produção capitalista na Europa – dentro da função atribuída por Mello (1990) à economia colonial –, ela se expande. No Brasil, ela se define e se aprofunda no processo de constituição capitalista no país, ou seja, ela assume contornos próprios no processo de transição do trabalho escravo para trabalho livre, quando as bases sobre as quais se apoiava a acumulação capitalista na Europa exigem profundas transformações. Esse é o contexto em que vários argumentos a favor da imigração vão encobrir o projeto burguês de desenvolvimento capitalista brasileiro nos moldes europeu e branco. É nesse contexto de transformações e de necessidade de redefinir a força de trabalho no país que a questão étnico-racial se define e se

aprofunda, uma vez que o trabalhador submetido ao trabalho escravo é posto à margem do processo produtivo que começa a se instaurar no Brasil.(MARTINS, 2016, p. 21-22).

Assim, **ao percorrer as diretrizes curriculares, identifica-se o seu silêncio em relação à questão étnico-racial quebrado apenas pela indicação de observar nos “impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira [...] [a] diferenciação [...] étnico raciais [...]”** (ABEPSS, 1996, p. 11 grifo meu). Obviamente, quando se tenta compreender a questão étnica racial no âmbito dos processos implementados na nossa formação social, constata-se que

a relação estreita que permeia o processo de constituição do capitalismo brasileiro impõe inseri-la no âmbito do debate da formação econômico-social e da estruturação do capitalismo no Brasil. Considerando os impactos provocados pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país, essa requisição demanda apreender as condições de exploração do trabalhador brasileiro e as condições de superexploração em que o trabalhador oriundo do trabalho compulsório foi inserido após a emergência do trabalho livre. Evidentemente, exige também compreender, no interior do processo de desenvolvimento capitalista, como as diferenças étnico-raciais foram transformadas em desigualdades sociais e/ou como a condição étnico-racial reitera e aprofunda as desigualdades sociais de classe. Esse entendimento, no âmbito da formação profissional do Serviço Social, remete à discussão da questão étnico-racial articulada ao conteúdo que dá conta do conhecimento da constituição econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Nesse sentido, ela também deve perpassar o Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira integrante das diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (MARTINS, 2016, p. 22).

Portanto, **o notável silêncio na formação profissional pode ser assim apreendido como reflexo das diretrizes curriculares que, embora resultem do amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional, repercutem, no seu interior, os limites nas análises dos processos sociais concretos da formação social brasileira como consequência de uma ruptura profissional apoiada em uma apropriação do marxismo sem Marx. Soma-se a essa determinação, a crença de que a questão étnico-racial foi resolvida no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país. Diante dessa compreensão - mesmo estando frente a uma formação social com um passado de quase 300 anos de escravidão e de uma libertação processada sem nenhuma medida reparadora e/ou de inserção do/a trabalhador/a oriundo**

do trabalho escravo no processo de desenvolvimento do país, as diretrizes propõe num projeto de formação profissional que apreenda a diferenciação étnico-racial, em meio à apreensão dos impactos peculiares do padrão de desenvolvimento capitalista do país, sem, contudo, indicar no desdobramento dos objetos de análise aspectos que apontem minimamente para a questão étnico-racial brasileira. Decorre daí uma limitação para a apreensão de que a

imbricação entre a questão étnico-racial e a constituição da formação social brasileira é inequívoca. Os seus nexos podem ser encontrados no processo de colonização que serviu de base à constituição do modo de produção capitalista europeu. Nesse sentido, a questão étnico-racial tem relação estreita com o padrão de inserção da economia brasileira na dinâmica do capital internacional e com o processo de “revolução burguesa” no Brasil. (MARTINS, 2016, p.47).

Por isso, talvez o que a formação profissional em Serviço Social precise hoje é considerar - além do conceito de “questão social” aberto por Yamamoto e Carvalho (2003) respaldada pelo processo de consolidação da primeira fase da industrialização europeia -, o aprofundamento do contexto sócio-histórico e político do Brasil como fundamental na apreensão de uma “questão social” carregada de determinações étnico-raciais. Assim, as considerações de Ianni (1989) são essenciais nesse caminho quando afirma que

As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania. Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. (IANNI, 1989, p. 147)

Na visão de Ianni (1989), existe uma questão racial que antecede a “questão social” e ela merece destaque nos estudos das diversas formações sociais, porque

[...] Mais do que tudo isso, a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação (IANNI, 2004, p.21).

Nesses termos, levantar o debate na formação profissional sobre as desigualdades sociais que se iniciaram no Brasil Colônia é possibilitar aos/as

assistentes sociais chances de enxergar o racismo estrutural sob o qual se ergueu o capitalismo brasileiro. Apesar da “[...] ideia de que o Brasil viva uma democracia racial tenha sido rechaçada por diversos estudos ao longo do século XX e por militantes do movimento negro, a crença de que no país a questão do racismo é um fator secundário é ainda muito forte” (ROCHA, 2014, p. 145).

3.3.1 Influência do mito da democracia racial no silenciamento da questão étnico-racial na formação profissional do Serviço Social.

A persistência do silenciamento do debate da questão étnico-racial na profissão aponta, além de todas as determinações evidenciadas na trajetória do Serviço Social, para a sua intrínseca relação com a mitologia da sua inexistência nas relações sociais contemporâneas. A evidência dessa relação pode ser apanhada na persistência expressa nas pesquisas de autoras que tem como objeto a temática no Serviço Social. Rocha (2014) apresenta os avanços e desafios da incorporação da temática étnico-racial no processo de formação na profissão. Uma constatação é que a indicação da discussão étnico-racial pelas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social evidencia o reconhecimento da relevância desse tema para a formação profissional. No entanto, a materialização nas ementas das disciplinas ainda permanece em processo de consolidação. Mesmo após a Revisão Curricular da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, em 1996, que traz a necessidade de mediação da formação profissional com a formação sócio-histórica brasileira e diante dos indicadores sociais que confirmam a presença dos/das negros/as nas principais expressões da “questão social”, a questão étnico-racial ainda encontra-se bastante silenciada na formação profissional e por isso atinge a profissão em todos seus eixos: na graduação, na pós-graduação, no exercício e na produção do conhecimento.

Rocha (2014, p. 102) expõe os avanços e limites da incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social. A autora buscou nos currículos das 25 unidades acadêmicas federais filiadas à ABEPSS “[...] analisar em que medida e extensão os cursos de Serviço Social estão em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS, no que diz respeito à inserção da temática étnico-racial em seus currículos”. No conjunto das disciplinas dos 25 currículos analisados, 39 disciplinas apontam a temática étnico-racial como eixo de discussão.

Porém, em 26 dessas disciplinas só é possível identificar o direcionamento racial quando analisado as ementas, pois na nomenclatura não fica óbvio. A partir dessa amostragem, Rocha (2014, p. 121) aponta que “[...] 23 são de caráter obrigatório, oito são eletivas, sete são optativas e apenas uma aparece como atividade complementar. As disciplinas obrigatórias representam 59% do total das que abordam a temática étnico-racial”. Os resultados apresentam um avanço importante a ser considerando, principalmente quando se leva em conta a importância assumida pelo caráter de obrigatoriedade.

Apesar disso, e não distante das sinalizações de Rocha (2014), Oliveira (2015) analisa os currículos dos cursos de Serviço Social, a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos. A autora confirma sua hipótese de que o racismo permeia todas as relações sociais no país e o Serviço Social como profissão inserida nas relações sociais capitalista tem a sua identidade e formação determinadas por esse contexto. O racismo, portanto, se expressa nas matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social das agências de ensino federais. Ao mapear como os determinantes sociorraciais estão sendo trabalhados e/ou apresentados na formação de novos/as assistente sociais - através de meios eletrônicos oficiais das Universidades Federais -, Oliveira (2015) destaca que: das 32 instituições com cursos de graduação em Serviço Social, apenas 16 deixam disponíveis os Projetos Pedagógicos, mas ao expandir a pesquisa para matrizes curriculares em outros meios eletrônicos foram analisados 24 Universidades. Daí foi identificado que nesse universo 55% destas têm disciplinas que abordam a temática étnico-racial, o que representa 18 instituições com total de 22 disciplinas.

Embora algumas das disciplinas não disponibilizaram ementas, a autora identifica que a maioria estava na condição de optativa e no “caldeirão” de elementos e terminologias aproximados da temática racial (OLIVEIRA, 2015). Esta situação demonstra que, apesar do avanço na inclusão de temáticas voltadas para identidade racial, é possível perceber as lacunas e barreiras na consolidação de uma formação profissional mais coerente com a formação social do país acerca das questões étnico-raciais. Portanto, observo que tanto a pesquisa de Rocha (2014) como a de Oliveira (2015) defendem a

[...] transversalidade como estratégia educativa-formativa que possibilite o diálogo/a construção de pontes ideológicas e conceituais sobre temas fundantes, e construam uma perspectiva profissional

que enalteça ou respeite as questões étnico-raciais nos currículos dos cursos de Serviço Social (OLIVEIRA, 2015, p. 29).

Embora as pesquisas de Rocha (2014) e Oliveira (2015), dentre outras, tratem do “silêncio” da temática racial na graduação, consideramos que na pós-graduação e, também, no exercício profissional essa problemática do racismo estrutural se reproduz. Até porque por a Pós-Graduação ser formação profissional continuada, ela exerce uma função essencial na construção do conhecimento, na (re) qualificação para o exercício técnico e para a formação profissional de novos/as assistentes sociais, especialmente os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos em Serviço Social (KAMEYAMA, 1998).

Ao tomar como referência que no Serviço Social os programas de pós-graduação têm por objetivo desenvolver a capacidade de análise e crítica concreta sobre a realidade social, isso ponderando historicamente a “questão social” e suas formas de enfrentamento a partir da articulação direta e integrada entre pesquisa-ensino e a pós-graduação com a graduação (CAPES, 2013). Ela também se propõe a formar docentes e pesquisadores em Serviço Social, preparando-os para competência do ensino, pesquisa e extensão sob a perspectiva dos diversos paradigmas teórico-metodológicos contemporâneos, sem perder de alcance os referenciais clássicos. Além de tudo, os programas de pós-graduação podem ter como parâmetro para formação profissional a análise crítica da profissão a partir dos diversos tipos de formações e realidades sociais por considerar as especificidades regionais (CAPES, 2013).

Feita essas considerações, cabe investigar minimamente a presença da temática étnico-racial nos cursos de Mestrado e Doutorado. Em 2013 existiam 31 programas, divididos da seguinte forma: 12 na região Sudeste, 10 no Nordeste, 04 no Sul, 03 no Centro-Oeste e 02 no Norte (CAPES, 2013). Cinco anos depois realizamos um levantamento dos programas base nas informações contidas na Plataforma Sucupira (2018), realizado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Atualmente são 34 no total de Programas de pós-graduação, com 53 Cursos.

Para identificar quais programas abordam a questão étnico-racial foi necessário visitar os sites e/ou página dos 34 programas. Nesse universo, 17 programas têm em sua estrutura curricular componente que abordam a temática

racial, em 23 disciplinas. No entanto, 19 dessas disciplinas são de caráter eletivo ou optativo. Muitas delas, 14 no total, nem expressam sobre a temática raça/racismo/etnia no nome da disciplina, apenas identificamos a abordagem quando examinamos as ementas. Elas são identificadas transversalmente como: Violência, Conceito, Políticas e Estratégias de Enfrentamento; Gênero, trabalho e lutas sociais; Gênero e construção social da sexualidade; Seminários temáticos: paradoxos da modernização reacionário-subalterna da via-brasileira ao capitalismo; Trabalho, Classes e Movimentos Sociais; Envelhecimento Humano Ativo; Tópicos Especiais em Políticas Sociais; Serviço Social, gênero e diversidade humana; Gênero, desigualdade e políticas sociais; Violência, Poder e Prática Institucional Cultura e identidade; Leituras básicas em serviço social; Capitalismo, Trabalho e Questão Social; Estado, Sociedade e Formação; Social Brasileira.

Essa é uma realidade que me permite perceber as sinalizações de Rocha (2014) sobre o silêncio da temática racial presente nas nomenclaturas das disciplinas, isso porque a terminologia atribuída à disciplina é capaz de influenciar o/a discente na opção das disciplinas que irá cursar. As pesquisas revelam que o caminho direcionado pela formação profissional, graduação e pós-graduação, é desenhado pelo silêncio e/ou pela máscara da igualdade racial, expressa no fato de evitar a utilização direta das nomenclaturas étnico-racial. Aliás, a sinalização para o silenciamento também se apresenta nos “ementários [onde] notamos que [...] se assemelham a uma panela de pressão com vários elementos – tudo junto e misturado – pressionando para que de fato não ecloda a questão racial enquanto discussão e intervenção” (OLIVEIRA, 2015, p. 90). Assim, as características assumidas pelas disciplinas que tratam da questão étnico-racial no Serviço Social, conforme indicadas por Rocha (2014) e Oliveira (2015, p. 90), são expressões concretas dos melindres em que essa questão foi/está imersa. Não é por acaso, esses melindres evidenciam a forte influência do “mito da democracia racial”, daí a profissão evitar pautar o racismo como temática importante e que merece tratamento específico.

Um dado que também expressa a forma secundária com que o racismo é tratado na categoria pode ser percebida quando o silêncio da questão étnico-racial é investigado por Correia e Damasceno (2013, p. 31). Ao mapear e analisar os arquivos que constam no site do Conselho Federal de Serviço Social, as autoras tinha por objetivo identificar o posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS

sobre a temática racial relacionada à atuação do Serviço Social na Educação. Por considerarem a educação em todas as modalidades de ensino, as autoras direcionam o debate para “[...] os assistentes sociais na política de educação, tanto na docência, atuando na formação dos assistentes sociais, quanto na intervenção nos equipamentos sociais da política, como escolas e secretárias” (CORREIA; DAMASCENO, 2017, p. 30). Mas, das 257 publicações do conjunto CFESS/CRESS, apenas 06 com abordagens específicas da temática étnico- raciais. Além disso, no universo total das publicações sobre a temática étnico racial (06), metade (03) abordam o debate étnico racial relacionado às desigualdades educacionais nas edições do CFESS Manifesta, em comemoração ao “Dia da consciência negra”. Estes fatos demonstram uma pontualidade no debate interseccional entre desigualdade sociorracial com a educação brasileira e, sobretudo, “[...] Essa realidade é [apenas] um [dos] impacto da forma como a sociedade brasileira tem tratado a questão étnico-racial que reflete no sistema educacional” (OLIVEIRA, 2015, p. 90).

Portanto, há todo um arco de razões para creditar o silêncio da questão étnico-racial no Serviço Social à ideia de que no Brasil não há nenhum motivo justificador para o seu tratamento. Ora, o “mito da democracia racial” tratou de delimitar o olhar apenas para os episódios mais marcantes da história da questão étnico-racial no país. Assim, o cotidiano marcado de determinações étnico-raciais não é compreendido como importante para a formação profissional. **Evidencia-se que esse silêncio iniciar-se na formação em graduação, se fortalece na pós-graduação e solidificar-se na produção do conhecimento apontando, de um lado, o quanto o mito de paraíso racial fez silenciar a questão étnico-racial. Mesmo porque a “democracia racial” como ideologia dominante limita a compreensão da profunda repercussão dos processos implementados na formação social brasileira sobre os trabalhadores/as negros/as. De outro lado, indica para uma naturalização das determinações étnico-racial na conformação da “questão social” brasileira e, em decorrência da forma de apropriação do marxismo na profissão, a luta antirracista foi/é vista e analisada como dissociada da luta anticapitalista.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este item se propõe a demarcar as principais conclusões levantadas por esta pesquisa. E por isso, aqui não serão levantados novos questionamentos e/ou desfechos, trata-se de um resgate teórico das questões, concepções e interpretações-chaves que encontramos no caminho percorrido.

Nesses termos, considerando que, inscrita no âmbito das preocupações do debate acerca das lacunas presentes no Serviço Social brasileiro, a questão étnico-racial tem se constituído um dos temas crescentemente apontados como fundamental na formação profissional dada a nossa formação social. Este crescimento se deve a uma realidade social concreta carregada de indicações de uma estreita vinculação da questão étnico-racial nas determinações da “questão social” no Brasil e de suas principais expressões. Nesse sentido, compreender essa lacuna, aqui entendida como silenciamento, passa pela apreensão das determinações que fizeram/fazem com que o Serviço Social brasileiro silenciasse/silencie a questão étnico-racial, mesmo diante de indicadores sociais apontando para as principais expressões da “questão social” marcadas fundamentalmente pela condição de “raça”/cor.

Diante desse objeto, tornou-se exigência realizar um mergulho teórico nos chamados fundamentos do Serviço Social, e essa não foi uma tarefa simples. O caminho adotado para identificar determinações que silenciaram e persistem silenciando o debate da questão étnico-racial na profissão exigiu percorrer a história do Serviço Social e nela apreender os seus fundamentos teórico-metodológicos. A pesquisa partiu de pressupostos à luz da perspectiva do materialismo histórico e dialético porque entendemos que ela possibilitaria revelar o movimento da realidade considerando as suas contradições e conflitos. E como esperado, ao percorrer o caminho em busca de apreender o objeto, a lente orientadora de todo o processo de investigação encontrou várias intercorrências, lacunas e barreiras teóricas que exigiram reavaliações e delimitações mais explícitas do objeto de pesquisa.

Cabe sinalizar que mesmo com a realidade de desigualdade social e violações vivenciadas pelos/as trabalhadores/as negros/as, aqui demarcado a partir do processo de industrialização no Brasil, ao realizar o estudo bibliográfico tivemos dificuldades em encontrar dentro da historiografia do Serviço Social aspectos que conectassem diretamente com a temática racial. Portanto, essa vinculação foi

realizada a partir de autores de outras áreas, o que nos colocou o desafio de realizar aproximações periódicas e coerentes entre as obras analisadas. Assim, um caminho que se fez necessário foi analisar primeiramente em todos os capítulos as obras básicas e essenciais aos fundamentos do Serviço Social. Por isso, o uso de obras dos autores como Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho, José P. Netto, Carmelita Yazbek, Ângela Andrade, Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Karl Marx e Consuelo Quiroga, dentre outros/as, foram recorrentes ao longo da pesquisa.

Ao realizar as análises da questão étnico-racial foi imperativo dialogar com autores/as que trazem nos seus estudos a condição do/a negro/a na sociedade brasileira e/ou que discutem a dominação/opressão étnico-racial. Alguns destes partem da perspectiva teórico-metodológica crítica, outros não. Entre os autores com os quais dialogamos estão Kabengele Munanga, Octavio Ianni, Prado Junior, Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Lilia Moritz Schwarcz. Evidencia-se, portanto, que esse universo de escritores/as acabou caracterizando uma dissertação sobre questão étnico-racial com maioria de autores/as brancos/as.

Posto isso, os resultados da pesquisa surgiram da investigação dialética, analítica e qualitativa de fontes secundárias composta de livros, teses, dissertações, revistas e periódicos. Eles mostraram que o Serviço Social como profissão surge para atender às demandas das classes dominantes, direcionadas à reprodução do capital e ao controle da classe trabalhadora. A profissão consolida-se com as requisições advindas da formação da classe operária. Nesse sentido, é para a classe operária que as funções e atribuições do Serviço Social se voltam. As demandas oriundas dos/as trabalhadoras que não compunham a classe operária não fizeram parte das preocupações da profissão em sua origem até a reconceituação. Por essas causalidades as principais determinações do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social estão fincadas na sua origem e consolidação quando se demarca na conjuntura brasileira a diferença entre cidadãos/ãs protegidos/as pela “cidadania regulada” e os não/pré cidadãos/ãs desprotegidos/as pelo trabalho não regulado.

Em outras palavras, as determinações estão vinculadas ao distanciamento profissional do Serviço Social dos/as trabalhadores/as que, por comporem àquele exército que ficou à margem do trabalho formal e da cidadania regulada, não teve acesso aos direitos relacionados à política contributiva do regime de trabalho brasileiro. Até porque o racismo determinou uma transição do trabalho escravo para

o trabalho assalariado marcado pela política de imigração e marginalização dos/as trabalhadores/as oriundos/as do trabalho escravo. Esses trabalhadores/as são fundamentalmente os/as negros/as que se constituem em não/pré cidadãos/as pela sua condição de trabalhadores/as imersos no trabalho informal sem regulação estatal e subproletarizado/a.

Portanto, **as determinações do silenciamento da questão étnico-racial na profissão, identificadas no período que vai da origem à Reconceituação, estiveram associadas a uma profissionalização de base conservadora cujas atribuições foram direcionadas exclusivamente para o atendimento das respostas do Estado à “questão social” nos parâmetros delimitados pela cidadania regulada. Esse fato implicou o distanciamento da profissão dos segmentos da classe trabalhadora que por não está inserido no trabalho formal e regulado vegetavam na informalidade ou no exército de reserva. Por essa determinação, o/a trabalhador/a negro/a, que estava majoritariamente fora da cidadania regulada, também permaneceu, em sua maioria, distante do acesso às políticas sociais e, conseqüentemente, longe do alcance das ações e reflexões implementadas pelo Serviço Social no exercício profissional.**

No contexto de renovação, várias determinações poderiam ser encontradas, no entanto, o fato da pesquisa se voltar para a formação profissional impediu que outras dimensões da profissão fossem investigadas. Nesse sentido, é necessário dizer que foi importante tomar os documentos que dão materialidade à formação profissional para compreendermos as circunstâncias políticas e sociais em que foram elaborados. Assim, ao observar o movimento político que se instaurou objetivando o fim da ditadura militar, um marco foi a refuncionalização da universidade apresentando possibilidades de inclusões de debates teóricos em uma perspectiva crítica. No Serviço Social essa mudança se concretiza pela adoção da tradição marxista expressa no currículo mínimo de 1982 e em seguida pelas Diretrizes Curriculares 1996. No entanto, a aproximação com a tradição marxista não comportou uma leitura da realidade brasileira assentada nos aspectos fundamentais da formação sócio-histórica, de modo a possibilitar a compreensão da nossa classe trabalhadora, em suas características específicas, e da “questão social” no Brasil, carregada de determinações da questão étnico-racial. Essa limitação se apresenta como uma determinação com “traços pertinentes aos elementos constitutivos da

realidade” (NETTO, 2011, p.45), a qual se deve a uma apropriação do “marxismo vulgar ou marxismo sem Marx”.

A principal repercussão dessa determinação é a permanência do silenciamento do Serviço Social em relação aos/as trabalhadores/as negros/as, suas condições de trabalho e de vida, suas lutas e enfrentamentos no contexto brasileiro. Assim, por ter sido orientada por manuais de divulgação do “marxismo vulgar” e por autores em que as “produções foram seletivamente apropriadas, em função de exigências prático-imediatas [...] [acrescida por] rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser” [...]. (IAMAMOTO, 2014, p. 211), a renovação intelectual e política do Serviço Social se processaram com raízes conservadoras e positivistas. **Dessas determinações concretas que o olhar e pensar da profissão é despertado esforçando-se a adequar-se a realidade brasileira a partir dos traçados teóricos propostos por um “Marxismo” que, pelas limitações já expostas, encontra contradições e imprecisões na compreensão da realidade brasileira a partir das suas particularidades imprescindíveis e do conjunto de sujeitos que integram essa formação social.**

Praticamente a maioria das análises parte de uma classe operária genérica e sem incorporação da história que a constituiu como classe trabalhadora no país e, via de regra, abstraindo os/as trabalhadores/as oriundos/as do trabalho compulsório – os/as trabalhadores/as negros/as – como se o processo de transição do trabalho escravo ao assalariamento e de constituição do capitalismo no país os/as produzissem o desaparecimento do cenário brasileiro ou se constituírem em classe operária tal qual os/as imigrantes europeus/europeias. Conforme sinalizado no transcrito desta dissertação, com a constituição do capitalismo no país, o/a trabalhador/a negro/a foi “banido/a para a condição de reserva de força de trabalho a ser utilizada nas necessidades médias do capital agrário ou no momento que o capital industrial a requisitasse” (MARTINS, 2017, p. 282). Portanto, na condição de não assalariado/a o/a trabalhador/a negro/a tornou-se “[...] contingente [...] disponível [que] alimentará expansões posteriores da economia nacional, especialmente a industrialização” (IANNI, 1966, p. 81). Contudo, “[...] base ampla de ramos especiais de exploração do capital”. (MAR X, 2009, p. 746) (MARTINS, 2017, p. 282).

Por não se encaixar nos esquemas teóricos propostos por um “Marxismo” que separa/exclui as dimensões lógicas e históricas do método e

arquiteta uma dialética do conhecimento desconexa da história, a questão étnico-racial, como aspecto estruturador social da formação social brasileira, não é observada pelo Serviço Social. As repercussões dessa determinação se expressa no ocultar do processo de marginalização dos/as trabalhadores/as negros, quando na constituição do capitalismo no Brasil o projeto burguês de desenvolvimento brasileiro fundado no branqueamento da população, via política de imigração, determinou para essa parcela significativa uma “condição de vida [...] abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente por isso [...] base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência (MARX, 2009, p. 746)” (MARTINS, 2017, p. 289 grifo meu).

Embora a ruptura dos fundamentos tradicionais/ conservadores admite à profissão apreender a conjuntura econômica e política sob o aberto processo de submissão do Brasil à economia imperialista internacional, a leitura de que a classe burguesa dos países colonizados foi construída sob a dominação/opressão/exploração branca foi omitida. **É certo que a renovação imprimiu uma visão ampla da sociedade de classes, mas ocultou as características fundamentais das classes nas formações sociais construída e sustentada sob base escravista e, principalmente, as particularidades existentes no interior da classe trabalhadora que apontam para as diferenças e desigualdades dos segmentos remanescentes do trabalho compulsório no Brasil. Portanto, os determinantes raciais nos processos que estão na base da formação sócio-histórica brasileira e nas suas relações capitalistas são fundamentais para a compreensão da condição socioeconômica e política das classes no país e para compreender a conformação da “questão social” brasileira.**

Dito isso, apesar das determinações apreendidas no âmbito da constituição do Serviço Social e de sua formação profissional sejam fundamentais para a compreensão do silêncio presente em relação à questão étnico-racial, elas não são suficientes dadas à forte influência da ideologia das “raças” e do mito da democracia racial no Brasil. Essa influência desafiou a investigação da relação do racismo brasileiro e do “mito da democracia racial” com a persistência do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. A investigação possibilitou perceber que o racismo estrutural, amparado pelo “mito da democracia racial”, impossibilitou e

impossibilita a profissão a realizar uma compreensão das desigualdades sociais estruturadas sob os fundamentos racistas.

Se pensarmos as relações sociais constituídas a partir da exploração em qualquer modo de produção, chegaremos à conclusão de que a escravização e o racismo, no âmbito do capitalismo, foram essenciais para a produção e reprodução de poder econômico e social. No Brasil, o “capitalismo periférico” refuncionalizou o racismo ao adensar na exploração a mitologia da igualdade racial, silenciando as desigualdades sociorraciais. **Assim, a burguesia nacional, ao projetar política, social, econômico e culturalmente a identidade única, naturaliza, silencia e desconsiderar a diáspora que constitui a verdadeira nação brasileira. Por esse ângulo, não podemos deixar de considerar que: excluir, negar e/ou recontar a história de um povo a partir de conveniências políticas é um dado do racismo.**

Nesses termos, o Estado é fundamental para reproduzir o discurso de igualdade através do seu poder. Não rara às vezes, um poder substanciado na opressão, violência, e reprodução ideológica. Na trajetória do Estado brasileiro, foi possível encontrar concretamente as ideologias, através da construção do nacionalismo que afastaram a percepção de uma questão étnico-racial no interior dos conflitos de classes. E foi por via dessas ideologias que se introduziu o sentimento de pertencimento e democracia na vida dos/as brasileiros/as. Inclusive por ser uma ideologia que naturaliza e inviabiliza as demandas específicas da população negra, ela contribuiu/contribui para ocultar e silenciar as organizações políticas dessa parcela de trabalhadores/as.

Assim, as reivindicações e as lutas dos/as negros/as diante da subproletarização, informalidade e marginalização social, econômica, política e cultural são desconsideradas na maioria dos debates sobre lutas de classe. Nesse sentido, o reducionismo do debate anticapitalista, a partir da perspectiva contraditória do proletariado e burguesia, sem conexão com elementos concretos da formação social do Brasil é também um fato racista. Ou melhor, é uma expressão concreta do racismo estrutural, por compreender que o “racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p.23). Assim, não podemos negar que as relações étnico-raciais no Brasil continuam direcionadas para a divisão social do trabalho, para a reprodução do capital, para a conservação do poder político e dos privilégios sociais.

É fato, na contemporaneidade a questão e discriminação étnico-racial, entre outras, se expressam através dos/as trabalhadores/as negros/as ocupando os trabalhos precários e irregulares, com os piores salários e, por isso, inseridos nas políticas sociais cuja condição de acesso é a pobreza. Nessa condição, e somente por essa determinação, são majoritariamente os/as principais usuários/as das diversas políticas sociais nas quais os/as assistentes sociais desenvolvem os seus atividades profissionais, sobretudo, nas que compõem a Assistência Social. E, mesmo diante dessa realidade, persiste o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social contemporâneo que tem uma ruptura político-teórica e metodológica consolidada.

A persistência desse silêncio encontrou explicação no “mito da democracia racial”. Ele se comporta ideologicamente como um “instrumento de dominação de classe”, até porque a ideologia origina-se justamente na contradição de classes. No seu papel de dissimular e ocultar a realidade concreta, a democracia racial é uma ideologia que esconde na contradição de classe (CHAUI, 1992). **Ou seja, ao atender à dominação burguesa, o mito da democracia racial, como ideologia dominante, auxiliou na omissão do racismo estrutural que se expressa concretamente com a precarização, informalidade, e vulnerabilidade da parcela da classe trabalhadora que foi/é racialmente determinada.**

Apesar, do “Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social [...]” como condição para a “compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 06), ser indicado pelos princípios das diretrizes curriculares e abrir espaço para a introdução da questão étnico-racial na formação profissional, essa indicação ainda não é o suficiente. Isso porque, **a pesquisa dá conta de um persistente silêncio operado pela confluência do “mito da democracia racial” com uma apropriação do marxismo que distancia o Serviço Social da análise da formação social brasileira. Ao percorrer as diretrizes curriculares, identifica-se o seu silêncio em relação à questão étnico-racial quebrado apenas pela indicação de observar nos “impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira [...] [a] diferenciação [...] étnico raciais [...]”** (ABEPSS, 1996, p. 11 grifo meu). **Aliás, indicação pouco encontrada na formação profissional.**

O silêncio na formação profissional pode ser atribuído aos desdobramentos das diretrizes curriculares que, embora tenha se constituído como resultado do amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional repercutiu, no seu interior, os limites nas análises dos processos sociais concretos da formação social brasileira como consequência de uma ruptura profissional apoiada em uma apropriação do marxismo sem Marx. Somou-se a essa determinação, a crença da resolução da questão étnico-racial com o processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo no país. Diante dessa compreensão, as diretrizes propõem um projeto de formação profissional que apreenda a diferenciação e valorização étnico-racial, em meio à apreensão dos impactos peculiares do padrão de desenvolvimento capitalista do país, sem, contudo, indicar no desdobramento do objeto da formação profissional – a “questão social”- os aspectos que apontem minimamente para a questão étnico-racial brasileira.

Esse silêncio aponta, por um lado, o quanto o mito de paraíso racial fez silenciar a questão étnico-racial, mesmo porque a “democracia racial” como ideologia dominante limita a compreensão da profunda repercussão dos processos implementados na formação social brasileira sobre os trabalhadores/as negros/as. Por outro lado, aponta para uma naturalização da luta anticapitalista dissociada da luta antirracista em decorrência da configuração de apropriação do marxismo pela profissão. Essa é uma realidade que coloca o/a profissional de Serviço Social reproduzindo no cotidiano, mesmo que inconsciente, a naturalização do agravamento das expressões da “questão social” como uma das sequelas do racismo estrutural e da discriminação.

“[...] E como o assistente social garante a visibilidade da discriminação? Sendo mais competente teoricamente, buscando a teoria crítica como mediação para a explicação da realidade na qual a invisibilidade do racismo é produzida” (ALMEIDA, 2013, p. 234). Nesse caso, uma das estratégias que pode ser adotadas pelos/as assistentes sociais é provocar os debates, as reflexões teóricas e a sistematização do trabalho profissional fundamentado nas categorias de análise orientadas pela tradição marxista. A utilização dessas categorias no cotidiano profissional seja na docência, na pesquisa e/ou com os/as sujeitos sociais atendidos

pelos/as profissionais, significa que existe possibilidade de compreensão dos determinantes raciais a partir da lógica compreensiva da ontologia do ser social.

Assim, a formação e, conseqüentemente, o exercício profissional em Serviço Social pode encontrar caminhos que ultrapassem o plano da imediatividade, superficialidade, seletividade e exclusão, os quais muitas vezes são provocados pela dinâmica das políticas sociais, mas que reflete diretamente no posicionamento político dos/as assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Brasília, 1996.

_____. **Trabalhos aprovados ENPESS 2016**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/enpess/trabalhos-29>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ABRAMIDES, M. B C; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n.91, p.34-48, set. 2007.

ALMEIDA, N. L. T. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS**. n. 7 São Paulo, p.15-57, 1996.

ALMEIDA, Magali da Silva. Magali da Silva Almeida: depoimento. Entrevistadores: Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias. **Libertas**: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013.

_____. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: **Projeto ético- político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (org.) Rio de Janeiro: CRESS, 2013b.

_____. Diversidade Humana e Racismo: Notas Para Um Debate Radical No Serviço Social. In: **ARGUM**. Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Silvio. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. In: **Apresentação**. Revista da Biotempo. nº 27. Boitempo Editorial, 2016.

_____. **O que é racismo estrutural**. Entrevista TV Boitempo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>>. TV Boitempo, 2016b.

BARBOSA, R. N. B.; CARDOSO, F. G; ALMEIDA, N. L. A categoria 'processo de trabalho' e o trabalho do Assistente Social". In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 58. São Paulo, Cortez, ano XIX, nov. 1998, p. 109-130.

BENTOS, Aparecida M. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia Social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BIONDI, Pablo. **Capitalismo e racismo no Brasil**. História & Sociedade. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=5449>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BORGES, J. **Quando o racismo mora na esquerda**. Disponível em: <<<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/27/quando-o-racismo-mora-na-esquerda/>>>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho**: Paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: UnB, 2006.

_____. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL, Conselho Federal de Educação/ CFE: **Parecer nº 412**, de 1982.

_____. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Superior Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. **Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. (org). RODRIGO. M. B. P; IAMAMOTO, M. V.; WANDERLEY. M. B. 1999.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013**, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/cadastro-unico/publicacoes-cadastro-unico-1/>> Acesso em: 06 de jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Serviço Social**. 2017. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4683-servico-social>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório da Avaliação Quadrienal 2013 Serviço Social**. 2014. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4683-servico-social>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1987.

CARVALHO, Alba Maria Pinto O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**. n. 1. São Paulo, 1986.

CARVALHO, A. M. P. de. A Pesquisa no Debate Contemporâneo e o Serviço Social. **Cadernos ABESS-CEDEPSS**, n. 5, pp. 43-66, maio 1992.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas ensino superior. 2. ed. São Paulo: Attar, 2006.

CARONE, Iray. Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: **Psicologia Social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CARNEIRO, S. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. Uma guerreira contra o racismo. Entrevista. **Caros Amigos**. Ed. 35. São Paulo: Casa Amarela, 2000. p. 25-29.

CASTRO, Manoel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CFESS. **Revista Inscrita**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/revista-inscrita>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1992.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COELHO, Franklin D. **História urbana e movimentos sociais**: o movimento de reforma urbana (1950-1990). 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 1996.

CORREIA, A. N. S e DAMASCENO, H, J. A Temática Étnico-Racial no Posicionamento Político do Serviço Social e a Importância na Política de Educação In: **Serviço Social e Educação**: contribuições ao debate em uma perspectiva crítica. Aracaju: Criação, 2018.

COSTA, L. A. Natureza Dialética da Ação Docente: da Produção do Conhecimento Artístico e Científico. In: **TEATRO**: criação e construção de conhecimento [online], v. 3, n. 4 , Palmas/TO, jan/jun. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de (org.). **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

DEVULSKY, A. **Estado, racismo e materialismo**. Dossiê: Marxismo e questão racial. Margem Esquerda, n. 27, 2. sem./2016.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: nov. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941- **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo, 2000.

_____. **Estratégia em Serviço Social**. São Paulo. 4. ed.: Cortez, 2002.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. F.; BASTIDE, R. **Branços e Negros em São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na Gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936-1947). 01/09/2010 203 F. Mestrado Em Serviço Social Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: Cfch – Ufrj.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 9. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo, Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, Ano XX, Março 2000, p. 05-34.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1999.

_____. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Editora 34, 2002.

_____. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo, Cortez, 2008.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder**: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grassl, 2005.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IANNI, O. **Raças e classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Dialética e Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. A questão social. **Revista USP**. Setembro, Outubro e Novembro de 1989. p. 145-154.

_____. A Questão racial no Brasil. In: LOVELL, Peggy (Org). **Desigualdades Sociais no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

_____. A Questão Social. In: **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico – sociológico. São Paulo: Cortez/Celats, 2003.

_____. Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. Ano 2, n.3, jan/jun. 2001, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília/DF.

_____. Entrevista memória com Leila Lima Santos. Serviço Social na América Latina: 1970-1980”. **REVISTA EM PAUTA**. n. 20, Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

_____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho, questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014b.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. – 4. ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

JACINO, Ramatis. **O Branqueamento do Trabalho**. São Paulo: Nefertiti, 2008.

JESUS, G. S de. **Ao Som dos Atabaques**: costumes negros e as leis republicanas em Salvador (1890-1939). / Gilson Souza de Jesus – 2011.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do serviço social: uma abordagem crítica. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano II, Dez, São Paulo: Cortez, 1980.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997)**. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez/ABESS, nº 8, 1998.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: ática, 1991. 216 p. (Série temas, volume 24, Sociologia e Política).

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. São Paulo: Cortez, 2007.

LINHARES, Maria Yedda. **Terra prometida**. Uma história da questão na Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCENA, M. F. G. **Saúde, gênero e violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra**. Recife: Universitária UFPE, 2010.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Senzala, 1967.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da "questão social" no Brasil**. Tese (Doutorado) - UFPE, Recife, 2012.

_____. Racismo, "Questão Social" e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. In: **Revista Inscrita**. n. 14, dez 2013.

_____. Determinações do racismo no mercado de trabalho: Implicações na "Questão Social" Brasileira. In: **Revista Temporalis**. nº 28, jul./ 2014.

_____. Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, T. C. S.; SANTOS, V. N. (Orgs.). In: **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: UFS, 2016.

_____. Oposição entre as lutas anticolonialista e antirracista: realidade ou erro de análise? In: **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 275-295, jul.-dez./2017.

MARX, Karl. **O capital**. Livro primeiro. v. 1. Trad. Regional Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **O capital**. Livro 1, v. 2. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora**, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1. ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURÃO, Ana Maria Arreguy. **A particularidade das práticas políticas dos conselhos profissionais de Serviço Social nos anos 90**. Dissertação Mestrado em Serviço Social - UFRJ/ESS, Rio de Janeiro, 2002.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **O racismo como arma ideológica de dominação**, 1994. Disponível em: <<<<http://www.vermelho.org.br/noticia/233955-8>. Acessado em 27/03/2018>>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP) * Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Superando o racismo na escola**. Brasília, SECAD, 2008.

NETTO, J. P. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 1, p. 43-87, 1995.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis**. n. 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS (orgs). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011c.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2012.

_____. Lênin e a instrumentalização do Estado. In: **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2012b.

OLIVEIRA, Juliana Marta. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em serviço social das universidades federais brasileiras**. Salvador, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, 2015.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidade de um processo em construção**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. 2007.

PAIXÃO, M. (org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009 a 2010**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”? raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje**. Maceió. EDUFAL, 2007.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: um estudo de sua relação cm usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO JÚNIOR, **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

ROCHA, DA F. R. **A Incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: Avanços e desafios**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social

(Departamento de Métodos e Técnicas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madas, 2008.

SANTOS, Rosenverck E em História & Sociedade. 2013 Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=1399>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SANTOS, L. L. **Metodologismo**: Explosão de uma Época. In: SANTOS, L. L. Textos de Serviço Social, 5. ed. Cortez, São Paulo, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro: Campos, 1987.

SANTOS, Hélio. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999. Relatório ONU, 1999.

SARMENTO, H. B. M. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação política ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Caderno de capacitação em serviço social e política social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, módulo 4, p. 93-110, 2000.

SILVA, José Fernando. **Serviço Social**. Resistência e emancipação. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Formação profissional do assistente social**. São Paulo, Cortez, 2. ed. 1995.

_____. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, T. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Brasil**: de Getúlio a Castelo Branco; Tradução Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, N. W. **A Ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 48. São Paulo. Cortez, 1995.

UFES. **Revista Temporalis**. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita.(Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/ PUC/SP. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais. 1 ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p.126-141.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço Social** – Direitos Sociais e Competência Profissionais. 1 ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009b.